

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A FORMAÇÃO DA COLÔNIA ALEMÃ TERESÓPOLIS
E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA
(1860 – 1910)**

Toni Vidal Jochem

**FLORIANÓPOLIS
2002**

Toni Vidal Jochem

**A FORMAÇÃO DA COLÔNIA ALEMÃ TERESÓPOLIS
E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA
(1860 – 1910)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

FLORIANÓPOLIS
2002

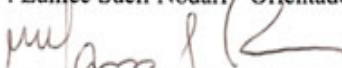
**"A FORMAÇÃO DA COLÔNIA ALEMÃ TERESÓPOLIS E A
ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA (1860-1910)"**

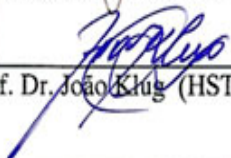
TONI VIDAL JOCHEM

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

BANCA EXAMINADORA


Prof.^ª Dr.^ª Eunice Sueli Nodari - Orientadora (HST/UFSC)


Prof. Dr. Marcos Justo Tramontini (UNISINOS)


Prof. Dr. João Klug (HST/UFSC)

Prof. Dr. Norberto Dallabrida - Suplente (UDESC)

FLORIANÓPOLIS, 21 DE JUNHO DE 2002.

Agradecimentos,

À professora Dra. Eunice Sueli Nodari, orientadora da dissertação, pela competência apresentada, interesse e acompanhamento do trabalho desenvolvido;

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – professores, funcionários e colegas – pelo convívio acadêmico e intelectual;

Ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; Arquivo Nacional; Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, Arquivo Histórico de Blumenau, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e Arquivo Histórico da Imigração Alemã do Instituto Martius-Staden;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pela concessão da bolsa de pesquisa;

Aos amigos Prof. Pe. José Artulino Besen, Prof^a. Débora Bendocchi Alves, Prof. Beat Richard Meier, Prof. Edson Armando Silva, historiadores competentes e minuciosos que, gentilmente, ofereceram sugestões e críticas ao presente trabalho, tornando-o mais consistente e preciso;

Aos amigos João Klug, Elza Daufenbach Alves, Clarícia Otto, André Fabiano Voigt, José Raulino Jungklaus, Valberto Dirksen, Elmar Joenck, Thereza Bobel, Sueli Maria Vanzuita Petry, Manoel da Silva, Osni Machado, Evandro Thiesen, Luiz Abel Silva e Renato Weingärtner que proporcionaram durante a realização deste trabalho interlocução constante e amizade sincera;

A meus familiares, pelo incentivo e carinho dados;

A todos os aqui não citados, mas que, direta ou indiretamente, deram apoio precioso para o desenvolvimento do trabalho.

O indivíduo se move em um sistema formado de aparelhos e equipamentos que ele próprio determinou e pelos quais é determinado, mas já há muito tempo perdeu a consciência de que este mundo é criação do homem.

Karel Kosik

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – O DISCURSO POLÍTICO X IMIGRAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL	17
1.1 Breve caracterização da imigração alemã para o Brasil	17
1.2 A imigração e a conjuntura político-econômica brasileira	19
1.3 Duas políticas de imigração no Império Brasileiro	35
CAPÍTULO II – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE IMIGRATÓRIA: MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	43
2.1 Fundação da Colônia Teresópolis	43
2.2 Atuação da Igreja Católica na Colônia Teresópolis.....	63
2.3 O Movimento do Kulturkampf na Alemanha	73
CAPÍTULO III – O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO E OS FRANCISCANOS: A LEGITIMAÇÃO DO MUNDO SOCIAL PELA RELIGIÃO	76
3.1 A relação da Igreja Católica com o Estado no Brasil	76
3.2 O Processo Católico de Romanização e os Franciscanos.....	84
3.3 Dificuldades na evangelização e transgressões dos preceitos religiosos pelos imigrantes.	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
FONTES	129
Instituições Consultadas.....	129
Periódicos, Relatórios e Legislação	130
Fontes Bibliográficas	133
Bibliografia	135
ANEXOS.....	145
Anexo 1 – Relação de comunidades filiadas e/ou constituídas na Paróquia Santa Teresa, de Teresópolis, confiadas aos pioneiros franciscanos, no período de 1891 à 1900.	146
Anexo 2 – Elenco dos Frades da Província Franciscana de Santa Cruz, da Saxônia, na Alemanha, que chegaram em Teresópolis em busca de “clima conveniente” e que resultou na restauração das duas antigas Províncias luso-brasileiras: Imaculada Conceição e Santo Antônio.....	147
Anexo 3 – Elenco dos padres que trabalharam na Paróquia Santa Teresa em Teresópolis, no período de 1862 – 1942.....	148
Anexo 4 – Elenco dos Sacerdotes e Religiosos nascidos na Paróquia Santo Amaro (Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz).....	150
Anexo 5 – Elenco das Irmãs Religiosas nascidas na Paróquia Santo Amaro (Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz).	152

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de colônias alemãs em Santa Catarina.....	41
Figura 2 – Colônias alemãs da região litorânea catarinense.....	42
Figura 3 – Mapa topográfico de parte do continente fronteiro a ilha de Santa Catarina com destaque a Colônia Teresópolis e, nela, os rios em cujas margens foram instaladas as famílias dos imigrantes.....	44
Figura 4 – Designação de lote de terra concedido na Colônia Teresópolis.	55
Figura 5 – Mapa da Colônia Teresópolis, com destaque à sua extensão, abaixo, à esquerda, para o Vale do Braço do Norte.....	60
Figura 6 – Casa Paroquial de Teresópolis. Fotografia da década de 1890. Acervo do Autor.	66
Figura 7 – Padre Guilherme Roer e carimbo da Paróquia de Teresópolis. Fotografia da década de 1880. Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.....	67
Figura 8 – Igreja Matriz de Teresópolis. Fotografia da década de 1880. Acervo do Museu Francisco Schaden, São Bonifácio.....	69
Figura 9 – Padre Francisco Xavier Topp. Fotografia da década de 1910. Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.....	72
Figura 10 – Os missionários alemães: Frei Humberto, Frei Maurício, Frei Amando e Frei Xisto. Fotografia do início da década de 1890. Acervo do Autor.....	93
Figura 11 – Vista parcial de Teresópolis. Fotografia do final da década de 1880. Acervo do Autor....	96
Figura 12 – Igreja de São Bonifácio, com destaque a seu homônimo padroeiro. Fotografia da década de 1960. Acervo do Museu Francisco Schaden, São Bonifácio.....	100
Figura 13 – Vista de Teresópolis. Fotografia da década de 1920. Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.....	102
Figura 14 – Cruzeiros. As duas primeiras fotos são da região da Vestfália, na Alemanha, e a terceira, em São Bonifácio, na Colônia Teresópolis. Fotografias de 1999. Acervo do Autor.	104
Figura 15 – Casa Paroquial e Igreja Matriz de Teresópolis. Fotografia da década de 1890. Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.....	105
Figura 16 – Gravuras com frases em alemão. Fotografia de 2002.	120

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de famílias de imigrantes da Colônia Teresópolis, por localidade.	48
Quadro 2 – População da Colônia Teresópolis, por localidades.....	51
Quadro 3 – Distribuição da população da Colônia Teresópolis, por confissão religiosa.....	64
Quadro 4 – Quadro demonstrativo de relação existente entre o nome da criança e a data comemorativa de santos.....	119
Quadro 5 – Relação de frases em idioma Alemão, com tradução em Português.....	121

JOCHEM, Toni Vidal. **A Formação da Colônia Alemã Teresópolis e a Atuação da Igreja Católica (1860 – 1910)**. Florianópolis, 2002. 154p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Eunice Sueli Nodari
Defesa: 21/06/2002

Este trabalho aborda aspectos da imigração alemã para o Brasil, as articulações que antecederam e fundamentaram a fundação da Colônia Teresópolis e, nela, a atuação da Igreja Católica. Outrossim, ressalta os desafios institucionais da consolidação do processo católico de romanização, num recorte cronológico que compreende o período de 1860 a 1910. Nesse contexto imigratório tornam-se salientes certos aspectos da atuação da Igreja, consubstanciados na ação pastoral desenvolvida pelos padres Guilherme Roer, Francisco Topp e pelos franciscanos, através da assistência religiosa aos imigrantes alemães instalados na Colônia Teresópolis e imediações.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Alemã; Colônia Teresópolis; História da Igreja; Franciscanismo; Religiosidade.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Arbeit spricht Aspekte der Deutsch Einwanderung nach Brasilien an, und die Artikulationen, die die Gründung der Kolonie Teresópolis vorangegangen sind und begründet haben, und in dieser, die Tätigkeit der Katholischen Kirche. Gleichfalls, betont sie die institutionellen Herausforderungen und die Festigung des katholischen Romanisierungs-Prozesses, in der Zeit 1860 bis 1910. In diesem Einwanderungskontext werden auffallend etliche Aspekte über die Betätigung der Katholischen Kirche zum Ausdruck in der Hirtenleistung gebracht, die von den Vätern Guilherme Roer, Francisco Topp und die Franciskane entwickelt wurden durch die religiöse Anwesenheit mit den Deutschen Einwanderern, die in der Nähe der Kolonie Teresópolis eingebaut waren.

SCHLÜSSELWÖRTER – Deutsche Einwanderung; Teresópolis; Die Geschichte der Kirche; Franciskanismus; Frömmigkeit.

INTRODUÇÃO

O binômio escravidão e imigração marcou o Brasil em seus aspectos sócio-econômicos, principalmente a partir do século XIX. Apesar da forte oposição dos latifundiários brasileiros, o trabalho escravo dava sinal de enfraquecimento diante do recrudescimento da política internacional em prol do trabalho livre.

Por outro lado, havia a necessidade do deslocamento de grandes contingentes humanos na Europa, inclusive na Confederação dos Estados Alemães, onde a maioria, depois de tomada a decisão de emigrar, optava pelos Estados Unidos da América do Norte como destino. Eram as conseqüências das transformações que se operaram na economia mundial em decorrência da Revolução Industrial, entre outros aspectos. No Brasil estas transformações exigiram mudanças no “estatuto colonial” vigente¹ e postulavam, entre outros aspectos, a transição do trabalho escravo para o livre, da monocultura para policultura, do latifúndio para o minifúndio.

Nesse processo de transição, os procedimentos de liquidação do “estatuto colonial” deram lugar à emigração estrangeira, para a qual, procurando atraí-la, o Brasil formulou leis a partir de 1808. Como o tráfico de escravos passou a ser severamente reprimido a partir de 1850, criando dificuldades para os latifundiários que necessitavam de braços para a lavoura, a imigração surgiu como solução. A partir de então, as experiências de imigração e colonização multiplicaram-se, embora sua demanda fosse insuficiente para substituir numericamente o braço escravo. Dessa necessidade consolidaram-se duas políticas imigratórias: uma voltada para suprir a mão-de-obra dos latifundiários e outra para a fixação de colonos, mediante a concessão de pequena propriedade

rural. A primeira, coordenada pelos fazendeiros, embora com apoio governamental; a segunda, promovida pelo Governo Imperial.

No entanto, o conflito de interesses entre os grandes latifundiários e o governo brasileiro não convenceu as autoridades alemãs a recomendar o Brasil como destino de significativas correntes migratórias, nem a opinião pública a escolhê-lo como tal. A Confederação dos Estados Alemães, por sua vez, desejou condicionar o fluxo de emigrantes para o sul do Brasil e região do Prata a benefícios econômicos. Mas, em face aos desmandos políticos e da situação decorrente do sistema escravocrata e latifundiário, alguns Estados Alemães chegaram a não só desaconselhar a vinda de imigrantes, mas também a proibir a atividade de seus agenciadores para o Brasil.

O sistema de colonização pela cessão de pequenas propriedades em terras devolutas e a substituição do trabalho escravo pelo livre nos latifúndios cafeeiros foram os principais instrumentos da política imigratória. Ele, entre outros aspectos, objetivava o povoamento de territórios onde havia vazios demográficos e o assentamento de trabalhadores brancos, considerados eficientes e capazes, procurando implantar no Brasil uma economia “moderna”. “A colonização visava instalar no país agricultores livres e europeus, portanto brancos, (...) em áreas não-ocupadas pela grande propriedade, num processo controlado pelo Estado”².

É também importante salientar que, entre outros objetivos da política de colonização, estava o desejo de compor uma classe média rural integrada por imigrantes europeus locados em pequenas propriedades, pois se acreditava que, como agricultores independentes, promoveriam equidade, justiça, e bem estar social³. A grande lavoura, nesta acepção, cederia lugar à pequena propriedade.

Neste contexto, os alemães eram considerados bons agricultores, portanto ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade rural. Em Santa Catarina essa política imperial resultou na fundação de diversas colônias, entre elas Teresópolis, hoje integrada aos municípios de Águas Mornas e São Bonifácio, na grande Florianópolis, objeto de estudo da presente dissertação. Nosso recorte cronológico compreende o período de 1860 a

¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 11.

² SEYFERTH, Giralda. “A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito”. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 279.

1910, entre a fundação da colônia e o final das atividades pastorais desenvolvidas pelos franciscanos. Em 1889, a queda do Império brasileiro e a conseqüente separação entre Igreja e Estado favoreceram, sobremaneira, o processo de romanização⁴ da vida religiosa. Por solicitação da Sé Romana, os franciscanos alemães decidiram vir ao Brasil, para reforçar o processo de implantação do catolicismo romanizado e restaurar a vida franciscana, ainda que, para isto, fizessem uso de outro pretexto: a catequização dos indígenas. Aconselhados pelos jesuítas, iniciaram sua missão por Santa Catarina, onde o clima ameno e a colonização alemã lhes dariam certo apoio efetivo. Outra conveniência de aqui se estabelecerem era a o fato de ficarem separados geograficamente dos frades remanescentes das províncias franciscanas de Santo Antônio e Imaculada Conceição, considerados “irrecuperáveis” diante das exigências postuladas pela romanização católica, que estava sendo implantada sob as coordenadas da Sé Romana. Desta forma, os franciscanos alemães encontraram em Teresópolis condições favoráveis para iniciar o processo de restauração da vida franciscana no Brasil nos moldes do catolicismo romanizado. Os conventos franciscanos multiplicaram-se numericamente a partir de Teresópolis: Lages e Blumenau, a partir de 1892; Rodeio, a partir de 1894; Petrópolis, a partir de 1896; Curitiba, a partir de 1898; Santo Amaro da Imperatriz, a partir de 1900.

Entre os aspectos históricos que envolveram a fundação da Colônia Teresópolis, pretende-se salientar assistência religiosa dada a ela, enquanto manifestação cultural⁵, protagonizada pela atuação dos Padres Guilherme Roer, Francisco Topp e pelos Franciscanos.

Alguns aspectos teóricos da pesquisa tiveram como referência a contribuição de Berger e Luckmann⁶ – para quem toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo, sendo ela mesma um produto humano e o homem um produto da sociedade. Este mundo construído compõem-se de

³ Revista A Imigração, n. 56, abril de 1889, apud, HALL Michael M. “Reformadores de classe média no império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”. **Revista de História**. São Paulo, n. 105, pp. 147-171.

⁴ Processo de romanização refere-se à implantação de um novo modelo de pastoral, caracterizando-se pela prática sacramental, por uma saliente centralização do poder na figura do Papa e por uma pastoral oriunda da teologia tridentina.

⁵ Cultura, aqui, é entendida segundo a definição dada por Peter Berger como consistindo “na totalidade dos produtos do homem”. BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado – Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985, p. 19.

⁶ BERGER, Peter Ludwig. Op. cit., pp. 15-64; BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 19ª edição, Petrópolis: Vozes, 2000.

uma ordem significativa – *nomos* – e seu oposto – *anomia*⁷. Aquele termo representa a ordenação de sentidos resultante da socialização, enquanto este traz implícito a ausência de sentido, o perigo, o medo do caos. É contra o medo do caos e a ausência de sentido que a socialização age na tentativa de perenizar a realidade socialmente construída. Neste contexto, a religião, historicamente construída, atua como poderosa força no processo de nomização, devido ao seu poder de legitimação⁸. “A religião legitima de modo tão eficaz, porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas”⁹.

A religião legitima as instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro sagrado e cósmico, porque o sagrado tem uma categoria oposta ao caos. “O cosmos sagrado emerge do caos e continua a enfrentá-lo como seu terrível contrário”¹⁰. Devido a sua capacidade de ocultar a realidade socialmente construída, à sua ação legitimadora da ordem social, ao seu caráter de verdade única e perene, a religião se estabelece enquanto “base” para o funcionamento e manutenção do *nomos* habitável.

Ao propor o estudo do processo de formação da Colônia Alemã Teresópolis associada à atuação da igreja católica, no período de 1860 a 1910, teve-se por objetivo, além de evidenciar a política de imigração e colonização do Governo Imperial frente à desestruturação do trabalho escravo, descortinar os aspectos fundamentais que determinaram a fundação da Colônia e a atuação da religião católica no contexto imigratório regional. Como a realidade é, segundo Berger, socialmente definida¹¹, objetivamos evidenciar a atuação da igreja católica, portadora do catolicismo romanizado, bem como a função social exercida pela religião enquanto elemento que confere sentido à realidade, materializada na atuação da igreja e, as vezes, nas transgressões de seus ensinamentos. Outro aspecto a salientar é sua ação enquanto poder disciplinar que penetrava no cotidiano dos imigrantes.

Aponta-se como peculiar na pesquisa a proposta de se evidenciar a atuação da Igreja Católica na Colônia Teresópolis frente aos problemas e

⁷ BERGER, Peter. Op. cit., p. 32ss.

⁸ Ibid., p. 48.

⁹ Ibid., p. 45.

¹⁰ Ibid., pp. 39-40.

¹¹ BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 157.

limitações decorrentes da imigração, bem como sua importância no “reinício” da vida dos imigrantes no “novo mundo”. A presença religiosa e as ações dela decorrentes constituiu-se na principal fonte de poder, influenciando e decidindo questões relacionadas à política, economia, educação, lazer e religiosidade, além de também em outros segmentos sociais de manifestação individual e/ou coletiva.

Para se alcançar os objetivos propostos, tivemos que trabalhar arduamente na reunião das fontes, considerando-se sua dispersão. Nesta busca, constatou-se que considerável documentação primária sobre a Paróquia de Teresópolis foi, sem qualquer critério, destruída¹². Aliado a isso o Livro do Tombo da paróquia de Teresópolis abrange somente o período de 1895 a 1940, deixando sem registros as atividades paroquiais desenvolvidas antes daquele período, além de também não ter sido localizado um “Livro de Registro”¹³ paroquial, referido no Livro do Tombo.

Não obstante, o acervo do arquivo da direção da colônia, apesar das limitações apresentadas abaixo, também não foi encontrado integralmente.

No arquivo da direção encontram-se cinco livros, todos abertos, rubricados e encerrados pelo delegado do diretor da repartição das terras públicas, os quais são destinados à escrituração da colônia da seguinte maneira: um para a matrícula dos colonos, outro para o lançamento do débito de cada um deles, um terceiro para o registro dos prazos coloniais, o outro para o lançamento da entrada e saída dos gêneros e, finalmente, o quinto para o registro da produção¹⁴.

Esse acervo significaria valioso material histórico-bibliográfico. Mas há limitações: “a escrituração de nenhum dos livros está em dia, sendo que nos dois últimos nada há escrito”¹⁵, disse o Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, em 1863.

Devido às exigências do tema proposto, o trabalho pautou-se, sobretudo, em fontes oficiais, encontradas em grande parte no Arquivo Público do Estado de

¹² Um dos vigários de Santo Amaro da Imperatriz, de cuja paróquia Teresópolis passou a integrar, “não avaliando o valor histórico dos livros manuscritos que abarrotavam os armários [da sacristia], ordenou que se fizesse uma fogueira dos livros em alemão. Mais compreensíveis foram os fiéis que salvaram algo, enchendo sacos de livros, levando uns para casa e mandando outros para amigos. Quando assumi a direção da capela, diz Frei Raul [Bunn], pedi que devolvessem os livros e manuscritos. Consegui algo de valor. O Livro do Tombo da igreja estava em São Bonifácio, assim como o primeiro livro de batizados”. DALL’ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do Autor, 1973, p. 35.

¹³ Livro do Tombo da Paróquia de Teresópolis (1895-1940), p. 36v.

¹⁴ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, pelo seu presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863. Desterro: Tipografia de J. A. do Livramento, 1863, pp. 24-5.

¹⁵ Ibid., p. 25.

Santa Catarina, em Florianópolis, e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Trata-se de Relatórios do Presidente da Província, Relatórios do Ministério do Império, Relatórios do Ministério da Agricultura, Relatórios do Diretor da Colônia Teresópolis, Ofícios, Requerimentos, Leis, Decretos e Jornais da época foram as principais fontes pesquisadas. Por outro lado, é flagrante a limitação da historiografia existente sobre Teresópolis e, dada a qualidade das fontes encontradas, optou-se por dedicar especial atenção na elaboração de seus aspectos históricos através do processo de formação da colônia. Muito ainda está por ser pesquisado e escrito sobre a Colônia Teresópolis.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado O Discurso Político X Imigração: A Construção de uma Nova Ordem Social, dedica-se a explorar o processo envolvendo a Imigração Alemã para o Brasil, a conjuntura político-econômica que a viabilizaram através de políticas públicas que sustentaram a lavoura cafeeira em São Paulo, voltada ao mercado externo, e pelo processo de colonização no sul do país voltado a pequena propriedade e ao crescimento do mercado interno.

O segundo, A Construção Social da Realidade Imigratória: Memória e Identidade, aborda a formação da Colônia Teresópolis como consequência da política de colonização voltada à pequena propriedade implantada pelo Governo Imperial, no século XIX. Ao ser abordada a atuação da igreja católica e a assistência religiosa dispensada aos imigrantes através da liderança do Pe. Guilherme Roer, foram pontuados alguns aspectos do Kulturkampf, enquanto movimento que provocou a restauração católica na Alemanha, de onde partiram os missionários para atuar na Colônia Teresópolis e região.

No terceiro capítulo, O Processo de Romanização e os Franciscanos: a legitimação do mundo social pela religião, são mostrados alguns aspectos da relação da Igreja Católica com o Estado no Brasil, o processo de romanização e, nele, é destacada a atuação dos frades franciscanos alemães. A atuação dos franciscanos na Paróquia de Teresópolis, após sua ampliação para outras regiões, resultou na restauração da vida franciscana no Brasil, dando maior consistência ao processo de implantação e consolidação do catolicismo romanizado, em detrimento do catolicismo popular. Neste capítulo aborda-se também a influência da religião no cotidiano dos colonos e sua importância na

construção do mundo dos imigrantes, evidenciando as dificuldades na evangelização e algumas transgressões dos preceitos religiosos pelos Imigrantes.

CAPÍTULO I

O DISCURSO POLÍTICO X IMIGRAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL

1.1 Breve caracterização da imigração alemã para o Brasil

A colonização alemã no Brasil e especialmente em Santa Catarina, se insere num amplo contexto, envolvendo peculiares circunstâncias políticas e sócio-econômicas européias no século XIX.

Estas circunstâncias fizeram com que parte do contingente populacional da Confederação dos Estados Alemães¹⁶ (1815-1866), da Liga Setentrional Alemã¹⁷ (1866-1871), dos Estados Meridionais Alemães (1866-1871), do Império Austro-Húngaro (1867-1918), do Império Alemão (1871-1918) e imediações, emigrasse para outros continentes. Entre os países receptores está o Brasil.

Ao analisar o processo imigratório alemão no Brasil depara-se com o problema de quem deve ser considerado alemão. Para dirimir as dúvidas e melhor elucidar os conceitos, é imprescindível considerar-se que, desde o século XIII, o povo alemão começou progressivamente a perder a unidade política que possuía como integrante do Sacro Império Romano-Germânico. A separação da Suíça e dos Países Baixos, em 1648, e a retirada da Áustria da Confederação Alemã, em 1866, caracteriza a instabilidade política em que a região estava inserida.

¹⁶ A composição da Confederação dos Estados Alemães foi estabelecida em 1815 pelo congresso de Viena, entre os soberanos dos estados alemães, o imperador da Áustria e os reis da Dinamarca e dos Países Baixos; vigorou até 1866. Em seus aspectos político-geográficos era muito diversificada. Além da Áustria, dela participaram os reinos da Prússia, Baviera, Württemberg, Hannover (sob o domínio do rei da Inglaterra) e Saxônia; os Grão-Ducados Mecklemburg-Schwering-Strelitz, Oldenburg, Hesse-Darmstadt, Saxe-Weimar e Baden; o eleitorado de Hesse-Kassel; os ducados de Brunswick, Nassau, Anhalt-Dessau-Bernburg-Göthen, Saxe-Koburg-Gotha, Saxen-Meiningen-Altenburg-Hildburghausen e Holstein (sob o domínio do rei da Dinamarca); os Países-Baixos (sob a jurisdição do Gran-Duque de Luxemburgo); as quatro cidades-livres de Frankfurt/Meno, Bremen, Hamburgo e Lübeck, além de um grande número de pequenos principados independentes. SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974, p. 18, e MEYER KONVERSATIONS-LEXIKON. Leipzig u. Wien, Bibliographisches Institut, 1895, p. 829, *apud*, CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos Alemães e a Fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke, 1987, p. 18.

Desde os tempos de Carlos Magno, o termo “alemão”, que originalmente só se aplicava ao idioma, já não é mais um termo com referência e conotação político-administrativa. Em tal sentido, considera-se alemães os imigrantes que falavam a língua alemã, através dos conceitos decorrentes do *jus sanguinis*: direito pelo sangue, direito pela herança. Por este conceito classifica-se como “alemão” todo aquele que faz uso das especificidades decorrentes do *jus sanguinis*, independente do País/Estado onde tenha nascido¹⁸. Provinham dos Estados do Reich, incluindo a Alsácia-Lorena, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Hungria, Romênia, Polônia, Rússia e suas Províncias Bálticas e das regiões que passaram a integrar o Império Austro-Húngaro e imediações. Dessa forma “a nacionalidade configura uma condição humana desvinculada da condição de cidadania”¹⁹. Se a nacionalidade – que pode ser denominada de *Volkstum* ou etnicidade – é um atributo cultural decorrente do povo, a cidadania decorre das prerrogativas do Estado enquanto unidade político-administrativa autônoma e soberana.

A maioria dos imigrantes de língua alemã instalados no Brasil era originária da Confederação dos Estados Alemães, cuja instituição política tinha atribuições muito limitadas; dispunha-se apenas a decidir sobre os problemas comuns aos Estados que o compunham cabendo a eles a execução das resoluções tomadas pelo poder central denominado *Bundestag*²⁰. Diante deste complexo mosaico político-administrativo-cultural, os imigrantes originários dos Estados Alemães até 1870, e depois do Reich e do Império Austro-Húngaro eram denominados, no Brasil, “alemães”. As autoridades constituídas usualmente classificavam os imigrantes de acordo com sua procedência,²¹ de conformidade com o Estado que lhe fornecia o passaporte ou, ainda, de acordo com o Estado ao qual pertencia o indivíduo ao nascer²².

¹⁷ União política dos Estados Alemães localizados ao norte do Rio Meno, criado com a dissolução da Confederação dos Estados Alemães, em 1866.

¹⁸ GERTZ, René E. “A Construção de uma Nova Cidadania”. In: **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994, p. 30.

¹⁹ RAMBO, Arthur Blasio. “Nacionalidade e Cidadania”. In: **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994, p. 43.

²⁰ WEIMER, Günter. **Arquitetura da Imigração Alemã**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS & São Paulo: Nobel, 1983, p. 22.

²¹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 136.

²² Nas listas que tivemos acesso, elaboradas pelas autoridades brasileiras, os imigrantes eram classificados pelo respectivo “lugar de nascimento” ou pela “naturalidade”. No primeiro item consta a aldeia/cidade de

No presente trabalho a imigração alemã a que se faz referência ocorre dentro do ciclo das grandes imigrações européias no século XIX, após as guerras napoleônicas e o início da primeira guerra mundial, notadamente no período compreendido de 1815 a 1914.

Nesse recorte cronológico cerca de 60 milhões de pessoas emigraram da Europa; desses cerca de cinco milhões eram alemães sendo que a maioria delas embarcou nos portos de Hamburgo e Bremen para os Estados Unidos da América; entretanto, outros se estabeleceram no Brasil, no Canadá, na Argentina e na Austrália²³.

Não há consenso em torno dos números, mas existe estatística que conclui que o Brasil recebeu imigrante das mais diversas procedências e nacionalidades no período entre 1819 a 1947²⁴. Desse total 235.846 são classificados como alemães.

1.2 A imigração e a conjuntura político-econômica brasileira

Eunice Nodari, em sua dissertação de mestrado, discute a questão da escolha de um país em relação a outro, afirmando ser este um processo bastante complexo. Excluindo as questões internas, tem-se que levar em consideração as

nascimento como, por exemplo, Assbeck, Maukhausen, Höhscheid, Solingen, Südlohn, Mühlheim etc.; no segundo item consta o estado/reino/ducado/país ou similar onde o imigrante nasceu: Prússia, Holanda, Luxemburgo, Baden, Oldemburgo, Bélgica, Baviera, Suíça, Vestfália, Saxônia etc. Fonte: "Coleção Ficker – Colônia Teresópolis", Arquivo Histórico de Joinville – SC.

²³ ALVES, Débora Bendocchi. "A Imigração Alemã para o Brasil". In: JOCHEM, Toni & ALVES, Débora. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois...** São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 9.

²⁴ NADALIN, Sérgio Odilon. Op. cit., p. 300. No período de 1824 e 1914, segundo estatísticas alemãs, 5.431.100 pessoas emigraram. Cerca de 90% deixaram a Alemanha para colonizar os Estados Unidos da América do Norte. Para o Brasil, – observe as distorções nas estatísticas – contam-se para esse mesmo período um pouco mais de 2% (93.000 pessoas) do número total de emigrados. CUNHA, Jorge Luiz da. "Alemães Emigrantes: As Causas". JOCHEM, Toni Vidal (Org.). **São Pedro de Alcântara – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 17. Lúcio Kreutz em seu livro **O Professor Paroquial**, à página 44, afirma que até 1929 o Brasil recebeu em torno de 223.000 imigrantes alemães. Há que se considerar que, devido a configuração político-administrativa, alguns grupos de nacionalidade tcheco-eslovaca, polonesa, ucraniana, iugoslava, húngara e outras, muitas vezes, para efeito estatístico, eram considerados austríacos. Também entre os russos que emigraram para o Brasil deveriam existir poloneses, lituanos, estonianos, ucranianos, como também *alemães do Volga*; outrossim, entre os alemães que se instalaram no Brasil deveriam estar os poloneses. Mas, para a quantificação de imigração seria conveniente levar em consideração o conceito étnico-linguístico de nacionalidade. Dessa forma deveríamos acrescentar aos alemães os que se apresentam como suíços e austríacos; já na soma dos austro-alemães devem ser subtraídos os poloneses, ucranianos, húngaros, tchecos, iuguslavos e outras nacionalidades tradicionalmente referidas aos austríacos até a desagregação do Império Austro-Húngaro. NADALIN, Sérgio Odilon. Op. cit., pp.298-299.

informações e as novidades da emigração, que chegavam a estes futuros imigrantes através de cartas, jornais, agentes, livros e panfletos.

A comparação entre as condições domésticas e as terras da esperança abalou muitos alemães. A insatisfação com a situação reinante em sua terra natal contrastava enormemente com a possibilidade de levar uma vida de prosperidade no além-mar. Com as informações de outros países, entre eles o Brasil, eram capazes de pesar suas condições domésticas e concluir que talvez teriam uma vida melhor se emigrassem²⁵.

A grande maioria do fluxo imigratório se dirigia aos Estados Unidos da América. Lá, a política de atração de imigrantes possibilitou uma rápida expansão do povoamento e das áreas de pequena propriedade; esse desenvolvimento era atribuído, em grande parte, à imigração. O Brasil espelhando-se nos Estados Unidos da América do Norte, fez com que o desenvolvimento daquele país fosse apresentado como um modelo.

Segundo Viotti da Costa, entre 1819 e 1856, saíram dos Estados Alemães 1.799.853 emigrantes, dos quais mais de 1.200.000 com destino aos Estados Unidos da América²⁶. Os demais se fixaram, como já vimos, em outros países, entre eles o Brasil.

Essa disparidade nas estatísticas a favor dos Estados Unidos em detrimento a outros países deve-se a uma série de fatores. Segundo Jürgen Schneider²⁷, os motivos que fizeram com que muitos emigrantes alemães optassem pelos Estados Unidos e não pelo Brasil como destino da emigração foram: a distância e o preço da passagem, duas vezes maiores para o Brasil, que para os Estados Unidos; a existência de latifúndios escravocratas hostis à colonização no Brasil; clima insuportável aos alemães em algumas regiões brasileiras; existência de epidemias; restrições religiosas e condições judiciais inseguras para o imigrante – direito à terra e naturalização; e inexistência de uma

²⁵ NODARI, Eunice. **German Emigration to Brazil in the Nineteenth Century: Images and Realities**. Davis, California, E.U.A., 1992. Dissertação (Mestrado em História). University of California, pp. 22ss.

²⁶ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 77. Segundo a mesma autora, à página 77, os emigrantes preferiam os Estados Unidos da América pelos seguintes motivos: “maior proximidade, o que significa preços de passagem mais baixos, melhores condições econômicas, oportunidades mais amplas de ascensão social, condições climáticas mais ou menos semelhantes às européias, liberdade de culto, maiores possibilidades de acesso à propriedade e organização política democrática”.

²⁷ SCHNEIDER, Jürgen. “Emigração Alemã para o Brasil – 1815/1870”. In: **III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre: Ed. da URGS, 1980, pp. 95-6.

política imigratória contínua e efetiva. Era preciso ainda considerar que a Inglaterra recrutava europeus para suas colônias na Austrália e a França estava povoando suas possessões na Argélia²⁸, portanto concorrendo com o Brasil.

Desta forma a imigração para o Brasil não se deu livre e espontaneamente e isso, em parte, era consequência da “falta de uma legislação de terras bem organizada”²⁹. Era preciso provocar, organizar, conduzir a imigração. Foram necessários estímulos sistemáticos para atrair imigrantes para o Brasil. Entre eles a adequação da legislação, a organização de um sistema de propaganda e a definição do recrutamento através de agentes na Alemanha. Segundo Handelmann, o Brasil precisaria, para proceder a uma ampla reestruturação econômica e social – a formação de uma classe de pequenos proprietários rurais –, atrair um fluxo espontâneo e livre de lavradores europeus; mas, para isso:

necessário é que se proceda a uma mudança no sistema de administração, como condição preliminar; e, como consequência, em lugar do sistema de plantação em fazenda, deve-se pouco a pouco adotar o da pequena lavoura; em vez do fazendeiro, o lavrador; em vez do trabalho escravo, o do braço livre³⁰.

Por outro lado, diversos foram os motivos que levaram os alemães a emigrar. A miséria a que estavam submetidos muitos alemães tornou-se o fator decisivo para muitos. Um depoimento faz alusão a esse aspecto: “A miséria de então que nos negava o pão e o sentido da vida, a sorte do proletariado que nos aguardava (...), fez com que (...) nos uníssemos e fôssemos à procura de um novo habitat”³¹.

Nas propriedades rurais, a terra já escasseava ao ser, a cada geração, exercido o direito de herança; o artesão e o comerciante tinham suas atividades restritas pela concorrência; o surgimento do processo de industrialização não bastou para absorver toda a mão-de-obra excedente, de modo que o operário não via oportunidade de ascensão profissional. Neste contexto sócio-econômico, é

²⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura. Ministro (Manoel Felizardo de Souza e Mello), relatório de 1860 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861, p. 18.

²⁹ HANDELMANN, Heinrich. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, tomo II, 1978, p. 348.

³⁰ *Ibid.*, pp. 346-7.

fácil inferir que muitos emigrantes dirigissem sua atenção além das fronteiras político-administrativas alemãs e fixassem interesse nas vastas extensões de terras escassamente povoadas do ultramar. Handelsmann argumenta que “o europeu, o lavrador alemão, quando transpõe o oceano, quer ser o que era no seu país ou o que debalde procurou ser: senhor livre no seu próprio pedaço de terra”³². Diégues Júnior³³ afirma: “o desejo do imigrante era possuir terras que pudesse cultivar em seu proveito e benefício”. Assim “não foi de admirar que muita gente se aprontou para ir ao encontro da felicidade. A maior parte dessa gente era dos que nada tinham a perder em sua pátria”, diz em seu diário o imigrante Matthias Schmitz,³⁴ que emigrou para o Brasil em 1846. É preciso considerar que, para alguém tomar a decisão de emigrar, são necessárias razões suficientemente fortes para justificar suas implicações e os riscos. Entre essas razões, o fator econômico foi um dos mais relevantes. A pobreza determinou a decisão de centenas de milhares de alemães de emigrar. “São os pobres que emigram, e emigram quando sua vida tradicional se torna difícil ou impossível, juntam então os últimos recursos, vendem seus trastes e partem na busca de um lugar onde supõem realizar sua utopia”.³⁵

Já Lúcio Kreutz, vê no excesso populacional um dos grandes motivos que determinaram a emigração:

A Alemanha, especificamente, recorreu cedo ao fenômeno de emigração. Não tendo colônias para as quais pudesse repassar os excedentes populacionais e com uma expansão industrial tardia para absorver os egressos do campo, na Alemanha a emigração passou a ser fenômeno desejável para contornar as tensões sociais provenientes do aumento demográfico³⁶.

Emílio Willems coloca ainda o misticismo existente entre os camponeses, principalmente entre os residentes na Alemanha ocidental, entre os elementos que motivaram a emigração. A saliência do misticismo, segundo Willems, fez com

³¹ HORN, Fr. Christoph. “Deutsche Katholiken kolonisieren”. Porto Alegre: Sociedade União Popular, s/d, datilografado. *Apud* KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991, p. 18.

³² HANDELMANN, Heinrich. Op. cit., p. 346.

³³ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 128.

³⁴ SCHAUFFLER, Henrique. “Da vida de um alemão no Brasil”. Crônica de Matthias Schmitz. In: **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo VII, n. 12, 1966, p. 229.

³⁵ CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos Alemães...**, p. 18.

³⁶ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 13.

que muitos alemães concebesssem a emigração como sendo “a vontade revelada por Deus”³⁷.

Na discussão sobre os fatores que possibilitaram a emigração é pertinente que se considere a Revolução Industrial, que colocou paulatinamente a Alemanha na condição de concorrente da França e Inglaterra. O surgimento de teares mecânicos movidos a vapor substituiu dezenas de trabalhadores. Segundo João Klug:

As décadas de 1820 e 30 marcaram o início da industrialização em território alemão. A industrialização gerava uma urbanização acelerada. Em 1820, por exemplo, 80% da população alemã ativa se dedicava às atividades agrícolas. Apenas trinta anos depois, em 1850, verifica-se que apenas 65% ainda está no campo. Para evitar a degradante proletarização, milhares preferiram a emigração³⁸.

É preciso considerar ainda que, ao tomar a decisão de emigrar, o emigrante necessitaria de uma série de informações para possibilitar a escolha do destino e orientar como proceder na organização de viagem. Neste ínterim agem dois elementos importantes: primeiro, os agentes de emigração; segundo, os jornais especializados de propaganda.

Os agentes de emigração estavam organizados num sistema composto por três níveis: nas cidades portuárias (Bremen e Hamburgo) havia os que contratavam as companhias de navegação, em cujo nome vendiam as passagens aos interessados; nas outras cidades, os agentes nomeavam, para igualmente vender as passagens, seus representantes. Com o aumento da emigração, os agentes gerais passaram a nomear subagentes: professores, prefeitos, padeiros, donos de hospedarias, carteiros e mesmo religiosos. Eles tinham a incumbência de fazer, nos vilarejos e aldeias, devido sua influência social, os primeiros contatos com os interessados. Os subagentes não viviam exclusivamente dessa atividade. Ao contrário dos agentes gerais, que recebiam um salário fixo, os subagentes eram pagos pela quantia de contratos que firmavam³⁹. O segundo elemento de promoção da “indústria da emigração” consistia nos jornais

³⁷ WILLEMS, Emílio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, pp. 26-53.

³⁸ KLUG, João. “As Razões da Imigração”. In: JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 33.

³⁹ ALVES, Débora Bendocchi. **A Imigração Alemã...**, p. 18.

especializados, revistas e jornais ilustrados⁴⁰ destinados exclusivamente aos emigrantes⁴¹. Sua linha editorial contemplava informações extremamente úteis a eles. Publicava artigos sobre os países receptores de imigrantes, sobre as colônias no sul do Brasil, listas de navios, nomes de seus capitães, seus destinos, os dias e meses das partidas e os preços das passagens, resenha de guias para emigrantes, cartas de emigrantes e anúncios⁴².

O grande fluxo de imigrantes possibilitou o surgimento de uma série de serviços oferecidos à população que desejava tentar a vida em outro continente: agentes, jornais, guias, anúncios, panfletos, hospedarias e, por fim, as companhias de navegação. Considerando que todos esses serviços visavam lucro e que a situação sócio-econômica da Confederação dos Estados Alemães tornou seus habitantes predispostos a atravessar o Atlântico, é fácil entender-se a grande proporção do movimento emigratório no século XIX.

Ainda é preciso considerar que, devido ao pauperismo de determinadas localidades européias, muitas autoridades da Confederação dos Estados Alemães e da Suíça foram levadas a estimular a emigração de habitantes que se tornavam onerosos às respectivas administrações municipais. Para amenizar tal problema, “várias municipalidades prontificaram-se mesmo a colaborar com os agentes de emigração adiantando ao emigrante as somas necessárias à passagem e sustento”⁴³.

Com a chegada do Príncipe Regente Dom João ao Brasil, em 1808, e a abertura dos portos em janeiro do mesmo ano, ficou possibilitada a vinda de estrangeiros para o Brasil, entre os quais negociantes, artistas, e operários profissionais que afluíram aos grandes portos do Pará, Pernambuco, Bahia e, principalmente, do Rio de Janeiro⁴⁴. Para reforçar o incentivo à vinda de estrangeiros, em setembro de 1808, o governo delibera por subvencionar os

⁴⁰ Os mais importantes foram o “Allgemeine Auswanderungs-Zeitung, de Rudolstadt (1847-1871) e o “Deutsche Auswanderer-Zeitung”, de Bremen (1852-1875); havia ainda o “Illustrierte Zeitung”, jornal ilustrado fundado em Leipzig em 1843; o “Daheim”, revista ilustrada, católica, fundada em Leipzig em 1865; o “Über Land und Meer”, jornal ilustrado, fundado em Stuttgart em 1858; e a revista ilustrada “Die Gartenlaube”, fundada em Leipzig, em 1856.

⁴¹ NODARI, Eunice. “Imagens do Brasil na Alemanha do Século XIX”. In: **Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH**. Porto Alegre, 1992, pp. 209-213.

⁴² ALVES, Débora Bendocchi. **A Imigração Alemã...**, p. 19.

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque da. “Prefácio”. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil (1850)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p. 28.

⁴⁴ HANDELMANN, Heinrich. Op. cit., p. 26.

imigrantes “proporcionando-lhes transporte, terras, sementes, animais, ferramentas e diárias”⁴⁵, evidenciando claramente sua política imigratória. Em 25 de novembro de 1808, um edital do Príncipe Regente concedeu aos estrangeiros o direito, até então reservado aos portugueses, de receber terras estatais – as chamadas sesmarias – com o objetivo de “aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado”⁴⁶. As concessões continuaram. Por um edital expedido em 25 de novembro de 1814, Dom João convida os europeus para emigrar. Em 1818, em carta régia datada de 16 de maio, que objetivava a fundação de uma colônia suíça, o governo possibilitou concessões ainda mais substanciais para os imigrantes. De acordo com a referida legislação, essas concessões consistiam em: passagem livre por mar e por terra ao Brasil; doação de terreno com casa provisória; um boi de tração ou cavalo, duas vacas leiteiras, quatro ovelhas, duas cabras e dois porcos para cada família de três a quatro pessoas; sementes de trigo, feijão, arroz, milho, linho cânhamo e óleo de rícino para lâmpadas⁴⁷.

Exigia-se dos imigrantes – a legislação concedia favores somente para os que professassem a religião católico-romana –, que trouxessem um médico, farmacêutico e dois a quatro religiosos. Comprometia-se, o governo, a construir e equipar uma capela⁴⁸.

Através de um decreto datado de 16 de março de 1820, o governo acha por bem estabelecer colônias no Reino do Brasil, concedendo terras, por doação, aos imigrantes. A cada família cabiam 160.000 braças quadradas, cavalos, vacas, bois, além de um terreno para a comunidade e área para a edificação de uma cidade⁴⁹. De acordo com este decreto, havia normas gerais a serem adotadas sempre que se fundasse uma colônia: os colonos ficavam isentos dos impostos durante dez anos, mas estavam obrigados, a exemplo dos demais súditos portugueses, a pagar o quinto do ouro eventualmente descoberto, além de taxas

⁴⁵ BROWNE, George P. “Política Imigratória no Brasil Regência”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 307, abril-junho, 1975, p. 38, referindo-se ao Decreto de 01 de setembro de 1808.

⁴⁶ IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e Colonização: Legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 42.

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 47-53.

⁴⁸ Decreto de 16 de maio de 1818, artigos 1º, 7º, 8º e 12. *Apud* IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Op. cit.*, pp. 47-53.

⁴⁹ Decreto Real de 16 de março de 1820, *apud* SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento-Imigração Colonização**. Joinville: Imprensa Alvorada Ltda., volume I, 1983, pp. 271-272. Cf. também ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, vol. I, 1969, p. 95.

sobre mercadorias comerciáveis. Havia a inalienabilidade das terras: caso os beneficiados as abandonassem antes de decorridos dez anos de permanência no Brasil, perderiam o direito sobre os terrenos doados. Uma vez estabelecidos na colônia, passavam a ser considerados súditos do Rei. Cada distrito colonial era administrado por um diretor nomeado pelo Rei até que sua população aumentasse a ponto de se poder organizar uma pequena cidade⁵⁰. Mas o citado decreto ressalta: “todos os colonos deverão ser de religião católico-romana e pessoas de bons costumes e princípios”⁵¹. E complementa: “deverão provar ambas as exigências mediante certificados, que deverão ser reconhecidos pelos Ministros ou outros funcionários de sua Majestade no Exterior”⁵².

A partir da abertura dos portos em 1808 inicia-se o movimento imigratório espontâneo para o Brasil, depois subvencionado pelo governo. A legislação promulgada em 1808, 1814, 1818 e 1820 fundamentava juridicamente “a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas”⁵³. Este movimento, no decorrer de todo o século XIX, devido a crise das lavouras tradicionais de cana, algodão e tabaco no norte/nordeste, em face da concorrência internacional, e da crescente valorização do café, cultivado no sudeste, acabou por deslocar a primazia econômica daquela para esta região. Para suprir a necessidade da mão de obra nos cafezais, até então mantidos por escravos, a imigração apresentou oscilações ora favoráveis, ora desfavoráveis, de modo que Diégues Júnior fixa três grandes fases imigratórias⁵⁴, tendo por base a transição do regime de trabalho escravo para o livre. Este período de transição, durante o qual estimula-se a imigração estrangeira, contempla as mais diversas etnias, entre as quais se pode situar a alemã. Por considerar imigração e escravidão como termos que se repelem, que a escravidão estava intimamente ligada à economia brasileira e que desta relação visualiza-se a imigração, Diégues Júnior afirma que “o crescimento da imigração corresponde ao decréscimo do trabalho escravo”⁵⁵. Por isso, complementa

⁵⁰ Decreto Real de 16 de março de 1820, *apud* SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Op. cit., pp. 271-272.

⁵¹ *Ibid.*, p. 272.

⁵² *Id.*

⁵³ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 46.

⁵⁴ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., pp. 121ss.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 121.

Diégues Júnior: “Não seria possível desenvolver-se o movimento imigratório paralelamente ao trabalho escravo”⁵⁶.

As grandes fases imigratórias referidas por Diégues Júnior são as seguintes:

De 1808 a 1850 – Inicia-se com a abertura dos portos e vai até a extinção do tráfico de escravos. Nesta fase se evidencia um índice de crescimento nas estatísticas de imigrantes até 1830 que, com a suspensão do financiamento da imigração, decaiu nos anos seguintes. A partir de 1845 esse movimento é retomado, aumentando-se, assim, as estatísticas imigratórias.

De 1850 a 1888 – Essa fase é marcada pela lei de extinção do tráfico de escravos e, conseqüentemente, pelo aumento do fluxo imigratório.

De 1888 em diante – Começa em 1888 com a abolição da escravatura, abrindo novas perspectivas para a imigração, e vem até nossos dias.

Localizando a imigração alemã nas fases imigratórias temos, em 1824, a fundação da colônia Linho-Cânhamo, posteriormente denominada São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Era baseada na pequena propriedade, na qual seguiu-se, basicamente, o mesmo teor das cláusulas anteriormente mencionadas. As condições e exigências eram quase as mesmas para todas as colônias fundadas após essa época e foram, por longo tempo, seguidas pelo governo central e mais tarde pelos governos das Províncias. Embora o Brasil reconhecesse uma religião do Estado⁵⁷, como novidade os contratos posteriores traziam, entre os direitos fundamentais, a liberdade de religião e o exercício de culto, ainda que seus ofícios divinos, por preceito constitucional, devessem ser realizados em residências ou em local destinado especificamente para tal fim, mas que não apresentassem o aspecto externo de igreja. Diz a Constituição: “Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de templo”⁵⁸.

⁵⁶ Id.

⁵⁷ “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império”. Artigo 5º da Constituição Brasileira de 25 de março 1824: In: **Constituições Brasileiras (Império e República)**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1ª edição, 1978, p. 535. A manutenção da religião católica estava ainda assegurada no juramento que presta sobre a constituição o imperador, o regente, o herdeiro do trono, os conselheiros de Estados antes de assumir o governo. Veja HANDELMANN, Heinrich. Op. cit., pp. 333 e 337.

⁵⁸ Artigo 5º da Constituição Brasileira de 1824: In: **Constituições Brasileiras...**, p. 535.

O Ato Adicional, Lei de Reforma Constitucional, de 12 de agosto de 1834, promulgado pela Regência, delega, em seu artigo 11, às Assembléias Legislativas Provinciais, competência para promover a fundação de novas colônias de língua estrangeira. Baseado nessa legislação, bem como na provisão imperial de 1823 em que o governo de Santa Catarina recebera autorização para distribuir sesmarias de um quarto de légua a “colonos residentes nessa Província, e a todas as mais pessoas que estiveram em circunstâncias de poderem fazer estabelecimentos rurais”⁵⁹, o governo provincial fundou, através da Lei n. 11, de 05 de maio de 1835, “duas colônias de nacionais e de estrangeiros, cada qual com seu arraial, uma à margem do rio Itajaí-açu e outra no rio Itajaí-mirim”⁶⁰. A primeira foi denominada “Pocinho” e a segunda “Tabuleiro”. Simultaneamente à fundação das colônias no vale do rio Itajaí, o governo cedeu terras para alguns imigrantes alemães descontentes em São Pedro de Alcântara, possibilitando sua transferência para o vale do Cubatão, fixando-os na Colônia Vargem Grande⁶¹.

A partir do Ato Adicional de 1834, as Províncias passaram a ter poder para promover a colonização e, na vanguarda, a Província de Santa Catarina, com a publicação da Lei n. 49, datada de 15 de junho de 1836 que, entre outras disposições, “permite a colonização por empresa, quer por companhias, quer individualmente, tanto nacionais como estrangeiras”⁶², além de outras iniciativas. Por disposição daquela legislação, o governo provincial autorizou, em 1836, a fundação da colônia “Nova Itália” composta por 180 imigrantes italianos provenientes da ilha da Sardenha⁶³. Mas, por decisão do Governo Imperial, de 21 de julho de 1837, a iniciativa de promover a colonização tomada pela Província de Santa Catarina foi sustada, com a argumentação de que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina “excedera a sua autoridade concedendo terras aos colonos”⁶⁴.

Tentando atrair imigrantes, o Brasil se fez valer de uma vasta legislação, alternando períodos de maior ou menor interesse, em função de distúrbios

⁵⁹ Provisão Imperial de 08 de abril de 1823 *apud* BROWNE, George P. Op. cit., pp. 44-45. Cf. também IOTTI, Luiza Horn (Org.). Op. cit., p. 72.

⁶⁰ PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 107.

⁶¹ SOUSA E MELO, Manuel Felizardo de. “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas de 1855”, pp. 25-26 *apud* BROWNE, George P. Op. cit., p. 45.

⁶² Lei n. 49, datada de 15 de junho de 1836. In: Leis Provinciais de Santa Catarina Promulgadas nas Sessões Legislativas de 1835 a 1840. S/l, s/e, s/d, pp. 89-94.

⁶³ BROWNE, George P. Op. cit., p. 45.

⁶⁴ Decisão de 21 de Julho de 1837, in: Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil, de 1837. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1887, p. 274 *apud* BROWNE, George P. Op. cit., p. 45.

políticos a que, em diversas circunstâncias, esteve submetido. Mas se fez constante a idéia da necessidade de se promover a imigração como condição para desenvolver as regiões mais remotas do país.

Na década de 1840, a emigração passou a ser considerada de grande significado para a Confederação dos Estados Alemães. Ao constatar que os emigrantes destinados aos Estados Unidos, ao Canadá, a Rússia e a Austrália acabavam por desfazer os laços com sua terra natal e que:

transformavam-se produtores e consumidores para nações estrangeiras, muitas vezes concorrentes e inimigas, provocou a formulação de uma nova idéia sobre emigração. Baseava-se no desejo de que os imigrantes mantivessem e desenvolvessem suas ligações culturais e econômicas com a Alemanha⁶⁵.

Desejava-se, na Confederação dos Estados Alemães, garantir, sobretudo, um mercado consumidor para os produtos de suas indústrias, então em expansão. Para tanto procurou estimular a preservação da língua e dos costumes alemães entre os emigrados. Considerando a falta de colônias para fornecer matérias-primas e para onde pudesse exportar seus produtos, pretendia-se desviar parte da corrente emigratória alemã da América do Norte para o Sul do Brasil e região do Prata. Os alemães pretendiam estabelecer um lugar geográfico onde seus emigrados pudessem, em proveito de seus interesses políticos e econômicos, manter-se ligados culturalmente à pátria-mãe⁶⁶. Jorge Luiz da Cunha diz que:

A América do Sul, mais precisamente o sul do Brasil, incluindo a região do rio da Prata, apresentou-se como a região ideal para onde deveria ser dirigida a emigração alemã em proveito dos interesses da Alemanha. A partir daí acreditava-se poder, em contraposição a uma América do Norte vinculada econômica e culturalmente a Inglaterra, desenvolver uma América do Sul vinculada a Alemanha. Era preciso direcionar a emigração para uma região onde os emigrantes pudessem continuar alemães em proveito da Alemanha⁶⁷.

Este projeto, que vinculava a emigração à economia alemã, por diversas razões não pôde ser implantado como fora concebido. Entraves políticos e os

⁶⁵ CUNHA, Jorge Luiz da. "Conflitos de interesses sobre a colonização alemã no sul do Brasil na segunda metade do século XIX". In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, vol. XXVI, n. 1, 2000, p. 186.

⁶⁶ De abril até final de 1845 as estatísticas apontam a chegada de 13 navios perfazendo o total de 2.097 imigrantes. Já no ano seguinte, 1846, chegaram ao Brasil 1.748 imigrantes alemães. MERGEN, Josef. **Die Auswanderungen aus den ehemals preussischen Teilen des Saarlandes im 19. Jahrhundert**. Veröffentlichungen des Institutes für Landeskunde des Saarlandes. Saabrücken, Bande 20, 1973, pp. 194 e 200.

⁶⁷ CUNHA, Jorge Luiz da. **Conflitos de Interesses...**, p. 189.

conflitos de interesses da aristocracia latifundiária do sudeste brasileiro fizeram com que a emigração para o Brasil não obtivesse a adesão da opinião pública alemã, além de sérias restrições de alguns Estados Alemães⁶⁸.

Baseada na pequena propriedade familiar, a imigração alemã esteve significativamente vinculada ao processo de colonização brasileiro, no século XIX, cuja política pautou-se na existência de conflitos nas fronteiras internacionais, devido às grandes áreas de terras devolutas, consideradas desabitadas, apesar da existência de grupos indígenas e posseiros. Conforme Handelmann, havia uma “pequena aristocracia de proprietários territoriais, em face de uma grande massa de povo sem propriedades”⁶⁹. Em função da existência dos grandes latifundiários no sudeste e nordeste brasileiro, era quase impossível para o pequeno produtor adquirir a sua propriedade. Ele cita um exemplo dessa dificuldade:

No ano de 1854 foi apresentado ao imperador d. Pedro II um ancião de mais de cem anos, (...) filho de pais brancos (...) na província do Rio de Janeiro, que havia reunido em torno de si uma prole de filhos, netos e mais descendentes, num total de 263 pessoas; e, entre todos, nem um só deles, nem o avô nem o neto, jamais havia podido chamar seu um só palmo de terra que fosse; sempre o trabalho de suas mãos havia beneficiado um estranho: o dono das terras⁷⁰.

E conclui: “como teria sido em tudo diferente a sorte de uma tal família nos Estados Unidos da América do Norte!”⁷¹ Evidencia-se, dessa forma, a estrutura social decorrente dos latifúndios, o que incentivou a introdução do regime da pequena propriedade, principalmente no sul.

A ocupação dessas terras tornou-se a principal meta dessa política de colonização, que alijou do processo os nacionais. Por outro lado, o regime da pequena propriedade não interessava aos grandes proprietários paulistas, que queriam imigrantes trabalhadores rurais para substituir o braço escravo⁷².

Na estrutura sócio-econômica do Brasil, predominava a realidade decorrente do latifúndio/escravidão. Mas esse sistema, em vigor por mais de três séculos, entrou em crise por conflitos oriundos de interesses econômicos. Ao lado

⁶⁸ Proibição das atividades exercidas pelos agentes bem como a propaganda efetuada para atrair emigrantes para o Brasil, através do *Reskript von der Heydt*, da Prússia.

⁶⁹ HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, s/d, 4ª ed, tomo I, p. 29.

⁷⁰ HANDELMANN, Heinrich. Op. cit., p. 17.

⁷¹ Id.

dos grandes aristocratas latifundiários de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais figuravam, na Inglaterra, os promotores da Revolução Industrial, avessos à grande massa de escravos, que consideravam um entrave à expansão de mercados consumidores e à modernização do método de produção. Enquanto os latifundiários almejavam braços para a cafeicultura em expansão, o governo central empenhava-se na promoção da colonização no sul do país através da concessão de pequenas propriedades agrícolas. Coagido internacionalmente, o Brasil, embora de forma relutante, teve que efetivar a extinção progressiva do tráfico de escravos. Mas, precisaria precaver sua economia diante da inevitável crise a ser provocada, cedo ou tarde, pela suspensão definitiva do tráfico de escravos. Pensava-se, como alternativa para isto, implantar um sistema de transição que possibilitasse a substituição da monocultura pela policultura, do latifúndio pelo minifúndio, do trabalho escravo pelo trabalho livre; para, desta forma, povoar o “*hinterland*” brasileiro, defender militarmente o país e assegurar a instituição de uma classe média – em detrimento dos ricos latifundiários de um lado e, do outro, dos pobres escravos⁷³.

Esse era o motivo sócio-econômico pelo qual a imigração era desejada pelo governo: a dinamização e transformação da estrutura econômica sob o advento do capitalismo industrial. Ele percebia a

... necessidade de se implantar a pequena propriedade que, assim como nos Estados Unidos, deveria constituir-se em agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. A pequena propriedade seria concomitante à grande, subsidiária desta e não concorreria com a mesma no mercado de trabalho. Ocuparia espaços vazios, promoveria a valorização fundiária e criaria condições para uma camada social intermediária entre latifundiário e escravo, uma camada de mercado consumidor, de diversificação da economia e de produção de gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava⁷⁴.

Confrontando o governo com o domínio de uma estrutura sócio-econômica baseada no latifúndio e no trabalho escravo, as reações contrárias não tardaram a aparecer. Os grandes proprietários acusaram a colonização efetivada pelo governo, de muito dispendiosa e “sem interesse para os brasileiros e como uma aquiescência à campanha internacional, principalmente inglesa, em favor da

⁷² SEYFERTH, Giralda. “Identidade étnica, assimilação e cidadania. A Imigração Alemã e o Estado Brasileiro”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, ano 9, São Paulo, 1994, p. 105.

⁷³ LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e Ideologia**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980, p.31.

⁷⁴ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 46.

abolição do tráfico de escravos⁷⁵. O parlamento reagiu contra o interesse do governo de promover a colonização através da pequena propriedade e, com a Lei de Orçamento de 15 de dezembro de 1830, suprimiu as dotações orçamentárias para a colonização estrangeira, paralisando-a.

A abolição da escravatura ameaçava a agricultura e, por isso, era preciso a imigração de colonos livres, pensava o governo. Urgia a produção de mudanças na estrutura social do país. Para efetivar essa transição, ele sinalizou com a substituição do sistema latifundiário monocultor pelo de minifúndio policultor; sendo que este estaria centrado na concessão aos imigrantes de terras públicas, em forma pequenas propriedades rurais.

Nesse ínterim, surgiu também o sistema de parceria, de iniciativa privada do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, em seu latifúndio na colônia/fazenda Ibicaba, em Limeira, no noroeste paulista. Comungava a concepção de que o sistema da pequena propriedade familiar era incompatível com os interesses dos grandes latifundiários por acreditar que o Brasil “necessitava de braços para a lavoura e não de núcleos de povoamento”⁷⁶. E acusava a política de povoamento, baseado no estabelecimento da propriedade, de consumir excessivamente verbas governamentais e, por revelar-se muitas vezes ineficazes e improdutivas⁷⁷. Em contrapartida Vergueiro efetivou seu próprio empreendimento. Contando com o apoio do Governo Imperial, trouxe imigrantes alemães e suíços para trabalhar na sua fazenda de café no estado de São Paulo. Depois, obteve subvenção do governo da província paulista, onde iniciou seu sistema, depois aplicado também por outros fazendeiros naquela mesma Província e na do Rio de Janeiro. Consistia no trabalho dos colonos em grandes fazendas onde, muitas vezes, os interesses dos fazendeiros tinham precedência sobre os interesses e o bem-estar dos imigrantes⁷⁸, associando o trabalho livre e o escravo⁷⁹. Os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para o Brasil. “Tinham sua viagem paga, bem como o transporte

⁷⁵ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. cit., p. 33.

⁷⁶ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p.65.

⁷⁷ Ibid., pp. 65-66.

⁷⁸ É importante salientar aqui que o barão Georg Heinrich von Langsdorff, em 1822, tomou a iniciativa de propor uma nova relação de trabalho, na Fazenda Mandioca, no Rio de Janeiro, de sua propriedade: o trabalho livre. Para tanto recrutou nos Estados da Confederação Alemã aproximadamente 100 imigrantes e os trouxe para sua fazenda. Mas a iniciativa não foi bem sucedida. ALVES, Débora Bendocchi. “Langsdorff e a Imigração”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 35, 1993, pp 167-181.

até as fazendas. Essas despesas, assim como o necessário à manutenção, entravam como adiantamento, até que pudesse sustentar-se pelo próprio trabalho”⁸⁰.

O sistema de parceria fundava-se na divisão do trabalho e não de propriedade; nele dividia-se “apenas as tarefas e o pagamento era feito em função do valor do produto e não em função da produção ou do trabalho”⁸¹. Não obstante adotava o método do “endividamento”, que de certa forma impedia a liberdade do trabalhador imigrante permitindo que o controle real da terra continuasse nas mãos dos grandes proprietários e, enquanto não saldasse as suas dívidas, os imigrantes teriam vínculo com a fazenda e impedidos de dela se desligar⁸². Nesse regime de parceria, o imigrante chegava já endividado na fazenda, pois teria que pagar as despesas da viagem terrestre e marítima, além de sua alimentação durante os primeiros anos e, muitas vezes, eram forçados, por meios indiretos, a acumular outras dívidas, “reduzindo-o assim, praticamente, à condição de servos”⁸³. O regime a que os fazendeiros submetiam os imigrantes tinha: “transformado a questão da imigração numa questão de ‘braços’, uma questão de sucedâneo para os escravos, e de manutenção, ou melhor, de garantia do seu domínio de classe”⁸⁴. Segundo Diégues Júnior, “o regime de parceria foi principalmente uma experiência de trabalho livre, reclamado pelas necessidades da lavoura cafeeira (...) e serviu, porém, de transição para o regime de assalariado”⁸⁵, no Brasil. Buarque de Holanda, falando sobre o sistema de parceria, afirma que este “não estabelecia para os colonos uma situação definitiva e ideal, mas preparava-os para a condição de proprietários ou foreiros”⁸⁶. Mas, Buarque de Holanda ressalta: “a estrutura dessas propriedades fundava-se tão profundamente na existência do braço escravo, que mal se podia conceber nelas

⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., pp. 80 e 83.

⁸⁰ Ibid., p. 81.

⁸¹ MANFROI, Olívio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grafosul, 1975, p. 28 *apud* LAZZARI, Beatriz Maria. Op. cit., p. 39.

⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., pp. 26 e 28.

⁸³ DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p. 32. Ainda que dissimulado de “trabalho livre” o contrato de parceria de Vergueiro apresentava indícios de escravidão, especialmente no Artigo 10: “Vergueiro & Cia. poderão transferir o presente contrato com todas as cláusulas nele contidas para qualquer outro fazendeiro, desde que o dito colono não tenha nenhum motivo justo ou fundado para recusar essa transferência”. Fonte: DAVATZ, Thomas. Op. cit., p. 258.

⁸⁴ OBERACKER Jr. Carlos H. **A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968, p. 301.

⁸⁵ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 130. Cf. também LAZZARI, Beatriz Maria. Op. cit., pp. 47-48. Cf. também COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 106ss.

o emprego proveitoso de trabalhadores europeus”⁸⁷. Segundo Viotti da Costa, os imigrantes “sentiam-se desamparados, sem ter a quem recorrer, uma vez que a Justiça estava sempre a serviço dos patrões. Enfim, consideravam-se espoliados pelos senhores e reduzidos à condição de verdadeiros escravos”⁸⁸.

A versão de que no Brasil muitos emigrantes eram considerados e tratados na condição de escravos, devido ao método do “endividamento” do regime de parceria, tornou-se aos poucos corrente na Europa. Em 1857 o cônsul suíço Von Tschudi visitou as colônias para conferir a situação de seus habitantes⁸⁹. Não poupou críticas ao sistema de parceria em seu relatório, reprovando inclusive a atitude do Governo Imperial que por “falta de prestígio ou de boa vontade não soubera pôr termo aos abusos e injustiças e fazer respeitar as leis em vigor”⁹⁰. A situação ficou tão crítica diante de informações desconstruídas e de interesses nem sempre explícitos, que diversos países europeus manifestaram-se contra a imigração para o Brasil⁹¹, num movimento denominado pelo então Ministro da Agricultura como “uma cruzada contra a colonização no Brasil”⁹². A Prússia, seguida por alguns outros Estados Alemães⁹³, chegou a revogar, em 03 de novembro de 1859, através de circular ministerial denominada de *Reskript von der Heydt*⁹⁴, a autorização concedida aos agentes

⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque da. Op. cit., p. 23.

⁸⁷ Id.

⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 87.

⁸⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura. Ministro (Manoel Felizardo de Souza e Mello), relatório de 1860 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861, p. 21.

⁹⁰ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 94.

⁹¹ Entre esses países estão a Suíça, a Sardenha, a França e Portugal. LAZZARI, Beatriz Maria. Op. cit., p. 42. Cf. também COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 124.

⁹² BRASIL, Ministério da Agricultura. Ministro (Manoel Felizardo de Souza e Mello), relatório de 1860 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861, p. 21.

⁹³ Entre os Estados Alemães que colocaram limitações à emigração para o Brasil estão: Baden, Württemberg, Saxônia, Hessen e Baviera. SCHNEIDER, Jürgen. **Emigração Alemã...**, p. 92.

⁹⁴ Teor da circular ministerial: “Em face do recente aumento dos testemunhos e queixas sobre a situação penosa e desesperadora dos imigrantes alemães no Brasil, aliás justificadas em grande maioria, como o provaram pesquisas minuciosas, tomaram-se providências para evitar tanto quanto possível tais irregularidades. Sem prejuízo de outras medidas futuras, devia-se primeiro, considerar inadmissível continuar a manter o transporte de imigrantes para o Brasil, mediante a proteção das concessões outorgadas. É verdade que estas, ultimamente, só existem sob a condição de excluir, sem exceção, os contratos pelos quais os imigrantes se comprometiam a amortizar, através de serviços ulteriores, os adiantamentos que recebessem (contratos de arrendamentos e meias). Esta determinação, entretanto, parece ser insuficiente. Por conseguinte, proclamamos, pela presente, a revogação de toda e não importa que autorização por mim concedida, com ou sem restrição, de conformidade com a lei de 7 de maio de 1853, a dirigentes de empresas de imigração, concernentes ao transporte de imigrantes para o Brasil”. Fonte: ROCHE, Jean. Op. cit., pp. 149-150. Segundo esse mesmo autor, p. 150, essa circular ministerial foi revogada para os três estados do sul do Brasil em 1896.

de imigração para a expedição de colonos ao Brasil em vigor desde 7 de maio de 1853. Segundo Débora Bendocchi Alves os

sub-agentes foram os principais responsáveis pela má fama que a categoria passou a ter, pois não possuíam nenhum escrúpulo na hora de assinar os contratos de emigração. Trapaceavam e faziam falsas promessas aos emigrantes, contavam maravilhas de países que não conheciam, prometiam vantagens que os governos dos países do Novo Mundo não tinham feito e, muitas vezes, não podiam cumprir. Enfim não poupavam artimanhas para vender passagens⁹⁵.

Mas, considerando que o governo brasileiro assinava contratos com firmas particulares ou com companhia de colonização para transportar e instalar certo número de imigrantes o *Reskript von der Heydt* não impediu, em absoluto, o fluxo emigratório para o Brasil. Esta informação é confirmada pela constatação de que, em 1860, o Brasil recebeu 3.019 imigrantes provenientes dos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Havre⁹⁶.

No final da década de 1850 esta “escravatura branca” nas fazendas de parceria foi criticada de forma tão veemente na Europa, que o governo brasileiro se viu obrigado a intervir: facilitou a migração para o sul do Brasil. Assim, em 1860, muitos imigrantes foram instalados na Colônia Teresópolis, em Santa Catarina e inseridos no sistema da pequena propriedade rural. Em 1862, a maioria das experiências feitas pelos fazendeiros através do sistema de parceria foram consideradas malogradas. Segundo Viotti da Costa, “os alemães, sempre que podiam, demandavam as colônias do sul, na esperança de se converterem em pequenos proprietários. Outros iam para as povoações mais próximas, onde se fixavam”⁹⁷.

1.3 Duas políticas de imigração no Império Brasileiro

Evidencia-se, assim, que a imigração alemã para o Brasil, principalmente a partir de 1850, pode ser classificada em duas categorias com relação ao método aplicado e objetivos propostos: uma “tendo por fim a criação e

⁹⁵ ALVES, Débora Bendocchi. *A Imigração Alemã...*, p. 18.

⁹⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório da Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Apresentado por Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, em 31 de março de 1861. S/l, s/d, p. 29.

⁹⁷ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 123.

desenvolvimento de núcleos coloniais e outra o suprimentos de braços nos estabelecimentos rurais existentes”⁹⁸. Nesta última categoria insere-se a imigração de parceria; utilizada principalmente em São Paulo, onde existiam grandes latifundiários. Utilizava-se o método do “endividamento” objetivando a resolução do problema decorrente da extinção paulatina da escravidão, geradora de falta de mão-de-obra no cultivo do café – que, a partir de meados do século XIX, passa a ser o principal produto de exportação brasileiro. A imigração baseada na pequena propriedade era composta por colonos livres e foi dirigida principalmente ao sul do Brasil, porque “no nordeste, o regime da grande propriedade pouco propiciava a fixação dos imigrantes. Daí a preferência pelo sul, com a circunstância de ser ainda diminuto o povoamento nas então províncias meridionais”⁹⁹. Assim, a imigração para o sul tinha entre seus objetivos, povoar a região e desenvolver uma agricultura voltada ao abastecimento do mercado interno. Daí a existência de duas políticas: a de suprimento de mão-de-obra e a introdutora de imigrantes povoadores.

No caso do sul, a preocupação era colonizar, isto é, povoar, criar núcleos destinados a produção, por um lado, a ocupação do território e, do outro, produzir gêneros para o mercado interno, o mercado urbano que se começava a constituir. É claro que havia também a preocupação de dinamizar o conjunto da economia como um efeito reflexo, por assim dizer, isto é, criar novas atividades, trazer economias de imigrantes¹⁰⁰.

O governo brasileiro pretendia, com a colonização baseada no regime de pequenas propriedades e trabalho livre, profundas mudanças sociais em curto e longo prazo. As principais são: demográficas, relacionadas ao povoamento das áreas devolutas; morais, através da dignificação do trabalho manual; sociais, pela formação de uma classe média; militares, promovendo a defesa das fronteiras, e econômicas, estimulando a produção de alimentos para os centros urbanos e para abastecimento das tropas envolvida em conflitos na bacia do Prata.¹⁰¹ Segundo o Ministro do Império, Sérgio Teixeira de Macedo:

⁹⁸ BRASIL, Ministério do Império. Relatório do ano de 1860 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 11ª legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 57.

⁹⁹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 128.

¹⁰⁰ IANNI, Octávio. “Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana”. In: **Imigração Italiana – Estudos**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul & Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979, p. 12, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., pp. 45-6.

¹⁰¹ Considerando a necessidade da produção de alimentos para os centros urbanos pode ser entendida a fundação da colônia São Leopoldo nas proximidades de Porto Alegre; Petrópolis e Nova Friburgo nas proximidades do Rio de Janeiro; Santa Isabel nas proximidades de Vitória e, por que não, São Pedro de Alcântara, Santa Isabel e Teresópolis nas proximidades de Florianópolis. WOORTMANN, Ellen F.

Coloniza-se para devassar desertos, para formar a ocupação de terrenos, para abrir e tornar seguras as estradas que conduzem a povoações já prósperas. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, para defender fronteiras, para aumentar a produção de gêneros que estão em mingua e, finalmente, até para dirigir a atividade de certas classes. A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos: colônias e presídios militares, aldeamento de índios, colônias de nacionais, de estrangeiros que já se acham no país¹⁰².

Com relação às mudanças sociais desejadas em longo prazo, pode-se citar a transformação do Brasil “numa nação branca, de língua portuguesa, civilização latina e economia capitalista”¹⁰³.

Segundo Giralda Seyferth:

As elites políticas e intelectuais queriam para o Brasil uma imigração preferencial de lavradores brancos europeus que pudessem implantar no país uma nova forma de produção agrícola baseada na pequena propriedade. O modelo imaginado ao longo do século XIX era o do *farmer* americano, isto é, do pequeno agricultor capitalista ocupando áreas pensadas como “vazios demográficos”; ou, no caso de São Paulo, o trabalhador livre ideal para substituir o trabalho escravo nas grandes propriedades¹⁰⁴.

A pequena propriedade estava associada à idéia da dignidade do trabalho e fonte de virtude e era considerada uma fonte de riqueza que confere direito à propriedade. Viotti da Costa diz que “o camponês médio era invocado como símbolo da frugalidade, moralidade, diligência e independência. Assim, a pequena propriedade era considerada a origem da moralidade pública, da riqueza, da igualdade e da estabilidade política”¹⁰⁵.

Prado Júnior alega a instabilidade da segurança pública, ao sugerir que o soberano, a corte, os fidalgos e os funcionários públicos, diante do reduzido núcleo da classe dominante de colonos brancos encontrados no Brasil, “nunca se sentirão suficientemente seguros e tranqüilos em meio dessa massa de escravos, libertos e similares que formavam o corpo da população do país, entre os quais, na falta de outros, tinha de recrutar suas forças armadas e de polícia”¹⁰⁶.

Herdeiros, Parentes e Compadres – Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC e Brasília: Edunb, 1995, p. 103.

¹⁰² Relatório do ano de 1858 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império [Sérgio Teixeira de Macedo]. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859, pp. 69-70.

¹⁰³ SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Região e Nação na América Latina**. Brasília; Editora da UnB & São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 87-8.

¹⁰⁴ SEYFERTH, Giralda. **Identidade Nacional...**, pp. 84-5.

¹⁰⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Grijaldo, 1977, p. 140, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 47.

¹⁰⁶ PRADO, Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 133. Em 1819 as estatísticas apresentam para o Brasil 3.617.500 habitantes assim distribuídos: 1.728.000

Com a independência política, em 1822, o Brasil passou por grave período de instabilidade política, econômica e social. A necessidade de assegurar a segurança pública e a integridade do império era premente. Uma efetiva política de povoamento se fazia necessária, tendo como principal função “transformar este aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que então constituía o país, numa base segura para o trono português e para a sede de uma monarquia européia”¹⁰⁷.

A superioridade numérica dos escravos em relação à população branca, a monopolização da cultura e o não desmembramento dos latifúndios gerou intranquilidade. Osmar Luiz Witt diz que as autoridades:

Temiam que se repetisse no Brasil uma revolução de escravos como a que ocorrera no Haiti em 1804. Desta maneira, ao implementar uma política de imigração européia, D. João VI também pretendia branquear o Brasil, ou seja, aumentar a população branca¹⁰⁸.

Essa instabilidade congênita do Brasil fez com que o governo do Imperador Dom Pedro I associasse o recrutamento de milhares de alemães e irlandeses. Estes vieram para o Brasil “disfarçados de colonos, mas em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros”¹⁰⁹. Depois de servir por um período de seis anos, receberiam terras no interior de Minas Gerais, na divisa com a Bahia e no Rio Caravelas nas proximidades do mar. Lá o governo fundaria colônias onde eles se estabeleceriam¹¹⁰. Para este recrutamento, o imperador se serviu dos serviços de agentes que, ao promovê-lo sob pretextos falsos, “deixou péssima impressão na Europa, dando ampla margem aos governos alemães, que se opunham à imigração na sua campanha, de pintar o Brasil como país inóspito”¹¹¹. Com esses soldados foi fundado, em janeiro de 1823, o Regimento de Estrangeiros, do qual o governo fez uso para assegurar a integridade do

– escravos negros; 202.000 – escravos mulatos; 426.000 – mulatos livres e mamelucos (mestiços de branco e índio); 159.500 – negros aforriados; 943.000 – brancos. A porcentagem de brancos era, na ocasião, de 23% do total da população. Fonte: FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão**, p. 14. Emília Viotti da Costa afirma que “às vésperas da independência, o Brasil contava, aproximadamente, 1.347.000 brancos e 3.993.000 negros e mestiços entre escravos e livres”. In: **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 13.

¹⁰⁷ PRADO, Jr., Caio. Op. cit., p. 133.

¹⁰⁸ WITT, Osmar Luiz. **Igreja na Migração e Colonização**. São Leopoldo: Sinodal, 1996, pp. 14-5.

¹⁰⁹ BROWNE, George P. Op. cit., p. 38.

¹¹⁰ “Instruções particulares para servirem de Regulamento ao Sr. Jorge Antônio Schäfer, na missão com que parte desta Corte para a de Viena da Áustria e outras”. In: SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Op. cit., pp. 273-276.

¹¹¹ BROWNE, George P. Op. cit., p. 38.

Império em diversas ocasiões, principalmente na questão Cisplatina. Ao término do tumultuado período de prestação de serviço militar, muitos soldados foram instalados nas Províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em que razões estratégicas, “ditaram a localização de muitos colonos alemães nas regiões isoladas (...), onde defenderiam vias de comunicação no interior daquelas províncias ainda mal povoadas”¹¹². Esse foi o caso da colônia São Pedro de Alcântara, fundada em 1829, em Santa Catarina.

Há referência à segurança nas vias de comunicação entre o sul e o centro do Brasil, no rol de razões estratégicas para povoar o Brasil meridional: “era preciso garantir o corredor de transporte de muares e vacuns para o centro do País contra ataques de aventureiros e de índios”¹¹³. Mas um dos principais objetivos da política de colonização era o da instituição de uma classe média rural composta de imigrantes europeus, que seriam agricultores independentes, para fazer frente ao poder dos latifundiários. “Através da pequena propriedade, trabalhada pelo imigrante e sua família, se pretendia conseguir uma camada social intermediária atuante entre senhores e escravos”¹¹⁴. Nesse intuito, é criada a Sociedade Central de Imigração, no Rio de Janeiro¹¹⁵. Ao declarar “guerra ao latifúndio (...) tentamos levar à vitória o sistema de pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”¹¹⁶; pregavam os membros da citada sociedade. O estabelecimento da pequena propriedade em substituição ao latifúndio seria a grande reforma social e econômica da qual adviria todas as outras, sob a argumentação de que da pequena propriedade surgiria uma forte classe média rural e esta seria um elemento de ordem e estabilidade para o Brasil. Segundo eles, da pequena propriedade viria “equidade, justiça, bem estar para quem trabalha, eliminação do parasitismo, da exploração do homem pelo homem”¹¹⁷. Criticavam com veemência o sistema latifundiário, característico da agricultura brasileira desde o século XVI, afirmando ser este ineficiente e atrasado, sobretudo

¹¹² Id.

¹¹³ PETRONE, Maria Theresa. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 30.

¹¹⁴ Ibid., p. 17.

¹¹⁵ A Sociedade Central de Imigração foi fundada no Rio de Janeiro em 1883 e tinha sua ação pautada na crítica contra os grandes proprietários de terra e no forte apoio à imigração e à pequena propriedade visando reformas básicas na estrutura agrária do Brasil. A meta principal da Sociedade Central era a criação de uma forte classe média rural composta de imigrantes europeus que seriam agricultores independentes. HALL Michael M. “Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”. **Revista de História**. São Paulo, n. 105, pp. 147-171.

¹¹⁶ KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil**, pp. 215-219 *apud* HALL Michael M. Op. cit., p.148.

porque estava baseado na exploração do trabalho escravo. Concebiam a grande propriedade como um resíduo da era da “barbaria e de obscurantismo” e, não obstante, “um fato monstruoso, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social”¹¹⁸.

Entretanto também podem ser indicados objetivos de ordem racial entre os motivos que levaram o Governo Imperial a optar pela imigração. Nesse caso, optar pela imigração significa optar pelo ideal de branqueamento da população. Ianni, sobre esse aspecto, afirma que:

Num primeiro momento houve um nítido racismo da parte daqueles que faziam a política imigratória. Daí porque se deu preferência grandemente à imigração dos europeus: alemães, italianos, poloneses. (...) É que os imigrantes europeus, vindos para o Brasil no século XIX, foram escolhidos a dedo para branquear o país. (...) Havia uma preocupação em eliminar ou reduzir a presença visível do negro e do mulato¹¹⁹.

Celso Furtado também destaca objetivos de ordem racial na política imigratória brasileira em detrimento ao fator econômico. Segundo ele:

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo Governo Imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta da dos europeus que tinham colonizado o país¹²⁰.

Mas com relação aos imigrantes alemães, Giralda Seyferth afirma que “não havia unanimidade sobre a conveniência desta etnia”¹²¹, surgindo argumentos contrários daqueles que não queriam a introdução de protestantes numa nação católica além de se preocuparem com a assimilação¹²². Ainda assim, os alemães eram considerados bons agricultores e, portanto, ideais para povoar vazios demográficos¹²³. Assim, em 1818, na Bahia, foi fundada a Colônia Leopoldina; em 1820, Nova Friburgo, no Rio de Janeiro; e, para encerrar, em 1822, com a Colônia São Jorge dos Ilhéus, no sul baiano, o ciclo da colonização alemã na região montanhosa do litoral médio brasileiro. Mas a colonização alemã

¹¹⁷ Revista **A Imigração**, n. 56, abril de 1889, *apud*, HALL Michael M. Op. cit., p. 155.

¹¹⁸ REBOUÇAS, André. A Agricultura Nacional. *Apud* HALL Michael M. Op. cit., p. 153.

¹¹⁹ IANNI, Octávio. Op. cit., p. 12, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 47.

¹²⁰ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1972, p. 124, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 48.

¹²¹ SEYFERTH, Giralda. **A colonização Alemã...**, p. 278.

¹²² *Ibid.*, p. 278.

¹²³ O Marquês de Abrantes assim destaca a preferência da imigração alemã: “A aptidão destes colonos para o trabalho da agricultura e para os ofícios e artes, e seu espírito pacífico e conservador acham-se provados por testemunhos os mais autênticos. [...] Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, são qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens”. ABRANTES, Visconde de. “Memória sobre os meios de promover a colonização”. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro, ano II, números 2 e 3, abril-julho de 1941, p. 834.

no Brasil sob o regime de pequena propriedade, por motivos já descritos, se concentrou em suas Províncias Meridionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em Santa Catarina, a colonização alemã se deu nas diversas regiões do estado, se bem que se tenha concentrado próximo do litoral norte e central, conforme fica evidenciado nas figuras 1 e 2 .

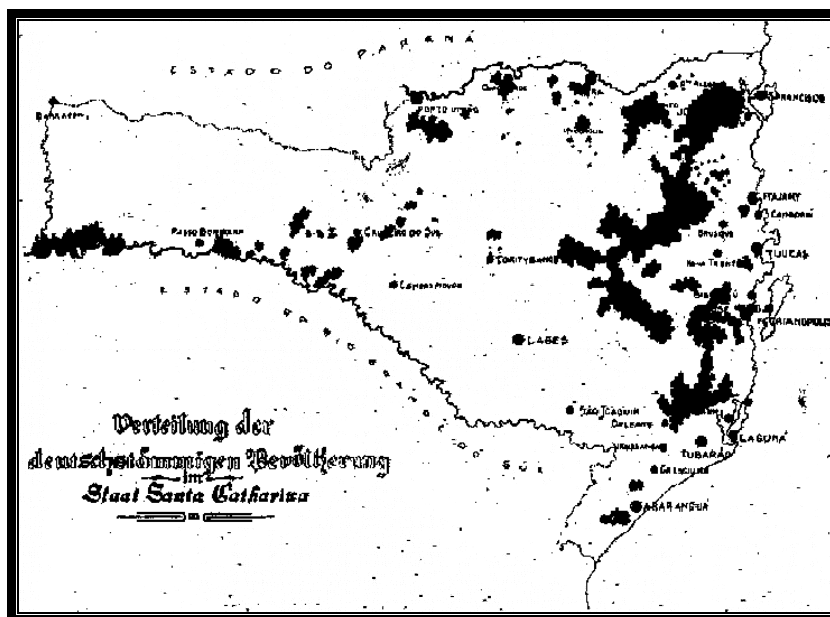


Figura 1 – Localização de colônias alemãs em Santa Catarina¹²⁴.

¹²⁴ ENTRES, Gottfried. **Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catharina**. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 104v.

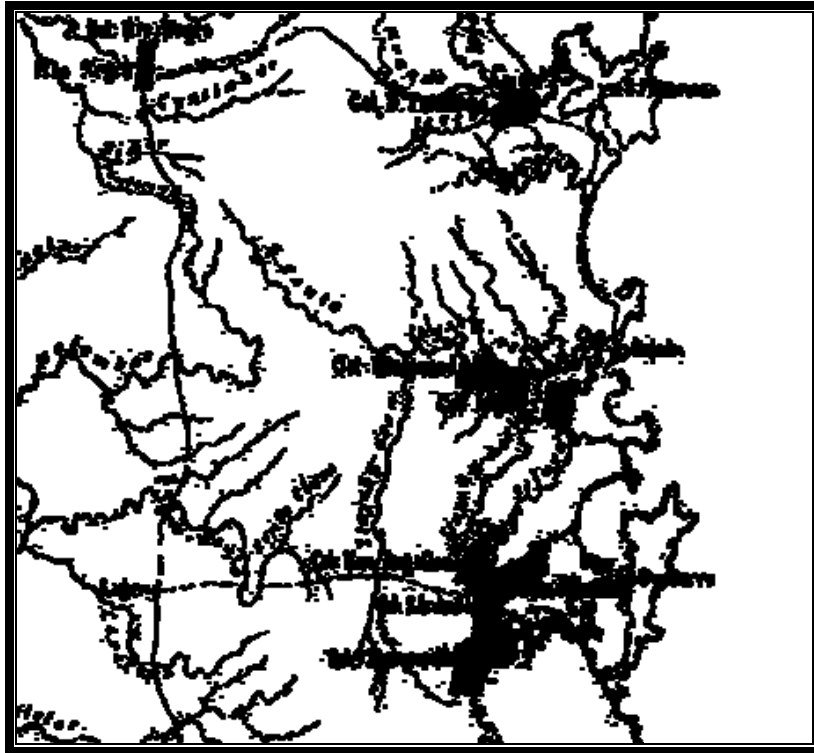


Figura 2 – Colônias alemãs da região litorânea catarinense¹²⁵.

¹²⁵ RELATÓRIO sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, do Dr. Ignácio da Cunha Galvão. Rio de Janeiro: Tipografia de J. I. da Silva, s/d [1867?]. Anexo s/p.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE IMIGRATÓRIA: MEMÓRIA E IDENTIDADE

O futuro desta Província prende-se intimamente à sorte da colonização. País essencialmente agrícola, o Brasil carece de braços livres e vigorosos para o trabalho, precisa de homens ativos e empreendedores que venham promover e fomentar o desenvolvimento de nossa lavoura, a criação de novas indústrias e o aperfeiçoamento das existentes¹²⁶.

2.1 Fundação da Colônia Teresópolis

Baseada na política da pequena propriedade familiar, o Governo Imperial determinou, conforme recomendação contida no relatório de Luiz Pedreira de Couto Ferraz, a fundação de um núcleo colonial em terreno já conhecido, nas imediações da colônia Santa Isabel. De acordo com o citado relatório a nova colônia deveria ser localizada às margens da estrada de Lages em “terrenos devolutos, notáveis por seu clima benigno e fertilidade”¹²⁷ e constituída por “colonos bem escolhidos”¹²⁸.

A argumentação para a fundação da colônia estava na existência do “clima ameno e salubre, a uberdade das terras, a facilidade de comunicação com a cidade de São José, onde os produtos da sua lavoura encontrarão pronto e imediato mercado”¹²⁹, além da conveniência de “atravessar a colônia a estrada de Lages”¹³⁰.

¹²⁶ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo seu presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu em 02 de abril de 1869. Desterro: Tipografia de J. J. Lopes, 1869, p. 18. Os relatórios referentes à Província de Santa Catarina, citados nessa dissertação, encontram-se no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹²⁷ BRASIL, Ministério do Império. Relatório do Comissário do Governo Luiz Pedreira do Couto Ferraz, datado de 24/04/1859, encaminhado ao Ministério do Império, apud Relatório do ano de 1858 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura pelo ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império [Sérgio Teixeira de Macedo]. Rio de Janeiro: tipografia Universal de Laemmert, 1859, pp. 4-5. Os relatórios ministeriais, citados nessa dissertação, encontram-se no Arquivo Nacional.

¹²⁸ BRASIL, Ministério do Império. Relatório do Comissário do Governo Luiz Pedreira do Couto Ferraz, datado de 24/04/1859, encaminhado ao Ministério do Império, p. 4.

¹²⁹ Ibid., p. 5.

¹³⁰ Id.

A determinação para sua fundação data de 18 de novembro de 1859, tendo sido destinada ao então Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, que deveria abrigar inicialmente 40 famílias de imigrantes alemães. Esse núcleo colonial seria instalado “a 48 quilômetros da capital sobre a estrada de Lages”¹³¹ onde o “rio Cedro encontra o Cubatão, e estende-se pelas margens deste último e seus afluentes: Cedro, São Miguel, Novo, Salto; e do Capivari e Antas”¹³² em demanda ao oeste. Na figura 3, pode-se visualizar a localização geográfica da colônia.



Figura 3 – Mapa topográfico de parte do continente fronteiro a ilha de Santa Catarina com destaque a Colônia Teresópolis e, nela, os rios em cujas margens foram instaladas as famílias dos imigrantes¹³³.

Segundo informações da imprensa da capital catarinense, em 06 de janeiro de 1860, após ter sido nomeado pela Província, o agrimensor Joaquim José de Souza Corcoroca seguiu com cinco companheiros a fim de “escolher boas terras e localidades, medi-las e demarcá-las para serem distribuídas aos colonos”¹³⁴, quando chegassem. Salienda o mesmo jornal que o Presidente da Província “empenha-se fortemente para que a nova colônia seja bem aquinhoadada de terras, que, oferecendo

¹³¹ MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados Históricos e Estatísticos (1640 – 1916)**. Florianópolis: Tipografia O Dia, 1917, p. 71.

¹³² SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, pelo seu presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863. Desterro: Tipografia de J. A. do Livramento, 1863, p. 23.

¹³³ Mapa Topográfico do Estado de Santa Catarina, 1906 – Organizado pelos engenheiros Leopoldo J. Weiss e Emílio Odebrecht. Arquivo Histórico Martius-Staden, São Paulo.

a fertilidade necessária sejam, o menos possível, montuosas”¹³⁵. O mesmo artigo ainda sentencia: “é da escolha das terras em boas situações que a colônia poderá prosperar e, por conseguinte, dar excelentes resultados ao progresso industrial e agrícola de que tanto necessita nossa terra”¹³⁶.

Realizada a escolha das “boas terras e localidades” e, após demarcá-las, iniciou-se a construção das casas provisórias para receber os imigrantes. A Colônia Teresópolis voltava a ser notícia no jornal “O Argos” ao término da construção das casas provisórias, ocasião em que não faltaram elogios ao novo empreendimento:

A localidade onde foram feitas as casas provisórias (...) encerra todas as condições necessárias para estabelecimentos coloniais. As terras são boas, a comunicação é fácil e o mercado para sua produção será esta mesma capital. Partindo do ponto em que se reúnem os rios Cedro e Cubatão foram traçadas duas linhas seguindo o curso de cada um destes rios. Em cada uma destas linhas estão as casas e os lotes que têm de ser distribuídos. (...) Os caminhos que foram abertos prestam-se com pequeno trabalho ao trânsito de carros. Se forem laboriosos os imigrantes que virão povoar esta colônia em pouco tempo ficarão felizes¹³⁷.

A fundação da colônia efetivou-se em 03 de junho de 1860¹³⁸, com 91 imigrantes chegados dois dias antes a Desterro, provenientes do porto de Antuérpia, a bordo do patacho belga “Meuse”¹³⁹. Relatórios oficiais afirmam que a chegada dos pioneiros imigrantes representaria para a província “novos elementos de trabalho e de riqueza assentando-se destarte uma nova sociedade no meio das majestosas matas que assoberbam nas margens daqueles rios”¹⁴⁰. Eram católicos e luteranos provenientes, em sua maioria, da região da Renânia e Vestfália¹⁴¹, enclaves prussianos, transportados pela empresa de navegação Daniel Steinmann & Companhia, de Antuérpia¹⁴². Para a direção da colônia foi nomeado um ex-oficial austríaco Theodor Todeschini.

¹³⁴ Jornal **O Argos**, Desterro, n. 542, de 12 de janeiro de 1860, p. 1.

¹³⁵ Id.

¹³⁶ Id.

¹³⁷ Jornal **O Argos**, Desterro, n. 576, de 21 de abril de 1860, pp. 2 e 3.

¹³⁸ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 08 de março de 1861, à Assembléia Legislativa Provincial. S/l, s/e, s/d, p. 9. Cf. também Jornal **O Argos**, Desterro, n. 675, de 19 de março de 1861, p. 1 e MATTOS, Jacinto Antônio de. Op. cit. p. 71.

¹³⁹ Jornal **O Argos**, Desterro, n. 589, de 05 de junho de 1860, p. 1.

¹⁴⁰ Jornal **O Argos**, Desterro, n. 675, de 19 de março de 1861, p. 1. Cf. também SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 08 de março de 1861, à Assembléia Legislativa Provincial. S/l, s/e, s/d, p. 9.

¹⁴¹ Regiões de: Ahaus, Billerbeck, Bocholt, Coesfeld, Dülmen, Heek, Hilden, Horstmar, Legden, Metelen, Ochtrup, Ottenstein, Schöppingen, Solinger, Stadtlohn, Südlohn, Wessun, Wüllen, Vreden, entre outras.

¹⁴² SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, pelo seu presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863. Desterro: Tipografia de J. A. do Livramento, 1863, p. 46. Segundo o jornal **O Argos**, n. 576, de 21/04/1860, pp. 2-3, o Governo Imperial contratou com a “casa expedidora” [Daniel] Steinmann & Companhia a introdução de mil

Interessado que era no desenvolvimento da colônia, em julho de 1860, o Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, foi inspecionar a instalação dos imigrantes sobre o que a imprensa publicou:

S. Excia. ficara satisfeito por achar os colonos sofrivelmente acomodados, contentes e animados, cuidando de fazer derrubadas nestas matas virgens, onde talvez, nunca se pensou que a mão do homem lhes tocasse tão cedo; mas é um fato incontestável que grandes derrubadas se operam e em pouco tempo uma parte dessas matas, outrora habitada por selvagens e feras serão transformadas em viçosas searas, cujos produtos vão abastecer o mercado desta capital(...). E se as esperanças de S. Excia. se realizarem de introduzir ainda este ano número avultado de colonos, então teremos um aumento considerável nas produções coloniais, visto a excelente escolha que se fez das terras para a situação da colônia, escolha essa que S. Excia. muito se esmerou¹⁴³.

Neste mesmo ano, o núcleo colonial recebeu várias famílias de imigrantes procedentes das fazendas do Rio de Janeiro¹⁴⁴, onde trabalhavam desde 1849 no cultivo de café através do sistema de parceria. Essas famílias seriam em número de quarenta e eram originárias de Schleswig-Holstein, no norte da Alemanha¹⁴⁵.

Com a chegada dos imigrantes, a colônia foi se delineando através da geografia local. Em março de 1861, o presidente da província assinala 622 colonos, considerando-se as sucessivas chegadas de novos imigrantes, o pequeno núcleo cresceu: “ergue-se, hoje, cheio de esperanças um novo núcleo colonial composto por 149 famílias”¹⁴⁶, exclama Francisco Carlos de Araújo Brusque. Muitos desses imigrantes “têm sido chamados por seus parentes e amigos”¹⁴⁷ já instalados em Teresópolis, por cartas, para a eles juntar-se e “gozar de uma vida mais tranqüila, em um solo fértil e localidade saudável”¹⁴⁸. Teresópolis ainda recebeu 17 colonos alemães “das vizinhanças da Vargem Grande, que trabalhavam em terras de outros,

imigrantes para Santa Catarina; muitos foram instalados em Teresópolis. Posteriormente [19/10/1861] outro contrato foi assinado com essa companhia para a introdução de mais 2.000 novos imigrantes. Cf também BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório da Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Apresentado por Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, em 31 de março de 1861. S/l, s/d, p. 33.

¹⁴³ Jornal **O Argos**, Desterro, n. 602, de 21 de julho de 1860, p. 1.

¹⁴⁴ GALVÃO, Ignácio da Cunha. **Relatório sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. I. da Silva, s/d [1867?], p. 46. Cf. também Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 19, ano 10, de 11 de maio de 1872, p. 75.

¹⁴⁵ SCHRÖDER, Ferdinand. “Brasilien und Wittenberg”. Berlin-Leipzig: Walter de Gruyter, 1936. *Apud* STOER, Hermann. “Crônica da Paróquia de Santa Isabel – A mais antiga Colônia Alemã-Evangélica em Santa Catarina”. In: JOCHEM: Toni Vidal (Org.). **Sesquicentenário da Colônia Alemã Santa Isabel 1847 – 1997 Celebração e Memória**. Águas Mornas: Comissão dos Festejos, 1998, p. 109.

¹⁴⁶ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 08 de março de 1861, à Assembléia Legislativa Provincial. S/l, s/e, s/d, p. 9.

¹⁴⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório da Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Apresentado por Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, em 31 de março de 1861. S/l, s/d, pp. 32 e 38.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 50.

tendo em compensação um terço dos produtos”¹⁴⁹. Ao final de 1861, a colônia possuía 200 famílias, sendo 137 prussianas, 40 provenientes de Holstein, 13 holandeses e 10 de Hessen¹⁵⁰.

A sede da colônia foi implantada “nas margens do rio Cubatão, numa pequena vargem circundada por medianas montanhas, constituindo-se num núcleo colonial”¹⁵¹. Quanto à sua infra-estrutura, a sede da colônia compunha-se, em março de 1861, “da casa do diretor, rancho de recepção e apenas poucos e pobres casebres de palmitos”¹⁵².

A chegada de novas levas de imigrantes fez com que a colônia se expandisse territorialmente e, conseqüentemente, viabilizasse a abertura de novas linhas coloniais, em cuja denominação foi adotada a dos cursos d’água de cada localidade. Assim surgiram linhas coloniais denominadas: Rio do Cedro, Rio Miguel, Rio Cubatão, Rio Novo, Rio Salto e Alto Capivari. Nas linhas coloniais, após sorteio, aos imigrantes foram distribuídos os lotes de terra, “bem demarcados”¹⁵³, com 100 braças de frente por 1.000 de fundos. O preço fixado nos contratos da Steinmann & Companhia era de três réis a braça quadrada¹⁵⁴.

O então Presidente da Província de Santa Catarina, Ignácio da Cunha Galvão, em 1861, concebia a colonização como um “objeto de suma importância para os interesses gerais do Estado e, particularmente, para os desta Província”¹⁵⁵. As dificuldades não tardaram a aparecer para os instalados na colônia. Em novembro de 1861, o Presidente da Província reconhece as dificuldades às quais os imigrantes estavam submetidos, ao afirmar que:

A colônia Teresópolis está passando atualmente, pela primeira vez, pelo período crítico de sua existência, que é aquele em que, terminado o prazo durante o qual os colonos recebem subsídios do Governo para sua manutenção, têm os mesmos de subsistir das plantações que fizeram e de seus próprios recursos¹⁵⁶.

¹⁴⁹ Id.

¹⁵⁰ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As Colônias de Santa Catarina**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988, p. 77.

¹⁵¹ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 34, ano 3, de 26 de agosto de 1865, p. 134 e n. 15, ano 5, de 13 de abril de 1867, p. 59.

¹⁵² TSCHUDI, Johann Jakob von. Op. cit., pp. 73-74.

¹⁵³ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 34, ano 3, de 26 de agosto de 1865, p. 134.

¹⁵⁴ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., p. 51. Veja também parágrafo 5º do artigo 10º do “Contrato celebrado entre o governo Imperial e a casa comercial de Steinmann e Cia., de Antuérpia, tendo por fim a expedição de emigrantes para o império”. *Apud* BRASIL, Ministério da Agricultura. Ministro (Manoel Felizardo de Souza e Mello). Relatório de 1861 apresentado à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 11ª Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia da Universal de Laemmert, 1862, Anexo A 1, p. 3.

¹⁵⁵ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Ignácio da Cunha Galvão, ao conselheiro Vicente Pires da Motta, em 17 de novembro de 1861, p. 3.

¹⁵⁶ *Ibid.*, pp. 3-4.

Apesar das dificuldades, a colônia se estruturava e o aumento de sua população era constatado por levantamentos estatísticos, feitos por seu diretor. Em julho de 1862, indica que havia 1.042 imigrantes¹⁵⁷. Em 1863, a colônia já contava com 1.500 habitantes, num total de 392 famílias, distribuídos nas seis linhas coloniais:

Nome das Linhas	Número de Famílias Instaladas
• Cubatão	• 71 Famílias
• Rio Novo	• 42 Famílias
• Cedro	• 70 Famílias
• São Miguel	• 76 Famílias
• Salto	• 28 Famílias
• Capivari	• 105 Famílias

Quadro 1 – Distribuição de famílias de imigrantes da Colônia Teresópolis, por localidade.¹⁵⁸

Apesar dos elogios da imprensa relacionados à boa escolha das terras para a instalação da colônia e da idéia de que das colônias viria a prosperidade da província¹⁵⁹, as reclamações e descontentamento não tardaram a aparecer. “Eu porém, entendo, que não foi acertada a escolha daquela localidade para estabelecimento da Colônia”¹⁶⁰, escreveu o Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, em 1863. No seu entender:

Os terrenos que bordam os rios Cubatão e Cedro são pouco férteis e mal retribuem o trabalho dos colonos, que se mostram por isso descontentes. (...) O progresso da colônia é muito lento no que diz respeito à produção (...) para o consumo da colônia são os colonos obrigados a procurar fora dela os gêneros de primeira necessidade, que ali deveriam abundar¹⁶¹.

A constatação da baixa fertilidade da terra gerou insatisfação nos imigrantes. Preocupado com a situação, tentando minimizar os efeitos causados pelo descontentamento, o diretor da colônia, Theodor Todeschini, procurou promover a migração interna para outras linhas coloniais. Diz o diretor:

¹⁵⁷ SCHADEN, Francisco. Início da Organização da Vida Espiritual de Teresópolis”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 2º sem., vol. XIII, 1944, p. 20.

¹⁵⁸ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, pelo seu presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863. Desterro: Tipografia de J. A. do Livramento, 1863, p. 23.

¹⁵⁹ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado ao Presidente da Província de Santa Catarina Pedro Leitão da Cunha pelo Vice-Presidente João Francisco de Souza Coutinho em 26 de dezembro de 1862. Desterro: Tipografia de Joaquim Augusto do Livramento, 1863, p. 13.

¹⁶⁰ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863, p. 24.

¹⁶¹ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863, pp. 23-5.

A maior parte dos terrenos do Rio Cubatão, onde foram instalados os primeiros colonos é de tão má qualidade que achei necessário mudar esses colonos para Capivari. Onde era possível juntei os lotes no Cubatão, deixando um colono em dois lotes de 100 braças [cada] e mudando o outro para o Capivari onde os terrenos garantem a prosperidade do trabalhador¹⁶².

Johann Jakob von Tschudi, nomeado pelo Governo da Confederação Helvética – Suíça ministro plenipotenciário no Brasil, visitou a colônia em 1861. Veio, para, entre outras finalidades, verificar a nova situação dos “escravos brancos” que trabalhavam nas fazendas de parceria e que foram transferidos para a Colônia Teresópolis pelo governo brasileiro. O estabelecimento destes ditos “escravos brancos, por sua vez, foi causado, entre outras razões, pelas veementes críticas emanadas dos governos europeus. As observações de Tschudi evidenciam sua insatisfação com a localização geográfica da colônia, como se pode constatar em seu relatório da visita:

O presidente da Província de Santa Catarina, senhor Francisco Carlos de Araújo Brusque, que fundou esta colônia em 1860, não deu nenhuma mostra de seu talento como colonizador pela escolha dessa localidade. É simplesmente incompreensível, que numa Província, que possui centenas de milhas quadradas de ótimos terrenos, fosse escolhido para colonização um recanto em vales fluviais estreitos, cuja posição topográfica é tão pouco apropriada para tal finalidade¹⁶³.

A migração interna promovida pelo diretor Todeschini não satisfaz a todos e, assim, alguns imigrantes instalados em Teresópolis optaram por migrar para outras regiões como, por exemplo, Brusque¹⁶⁴ e Blumenau¹⁶⁵. Escolhidos os destinos da migração, os colonos requereram a necessária autorização do governo provincial. Deferida a petição, esta migração de certa forma comprometeu o desenvolvimento sócio-econômico da colônia¹⁶⁶, ainda que, com a migração de algumas destas famílias, “muito ganhou a colônia pela conduta das pessoas que as compunham”, diz seu diretor¹⁶⁷.

¹⁶² Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Ministério da Agricultura em fins de 1864 *apud* JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992, p. 139.

¹⁶³ TSCHUDI, Johann Jakob von. Op. cit., p. 75.

¹⁶⁴ Família de Henrique Wenning e Germano Brünning em setembro de 1863.

¹⁶⁵ Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província de Santa Catarina, datado de 15 de janeiro de 1867, referente ao ano de 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 142. Cf. também *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 5, ano 4, de 3 de fevereiro de 1866, p. 18.

¹⁶⁶ Alguns colonos migraram de Teresópolis para a América do Norte onde juntaram-se a seus parentes lá estabelecidos. Outros preferiram a colônia Santa Cruz como destino da migração. *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 42, ano 6, de 17 de outubro de 1868, p. 167.

¹⁶⁷ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório do Presidente da Província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves apresentado à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1865. Desterro: Tipografia Catarinense de Ávila e Rodrigues, 1865, p. 18.

No tocante à agricultura, Teresópolis produzia, em 1863, batatas, milho e feijão. A cana-de-açúcar, o algodão e o café, devido às circunstâncias climáticas, não se adaptaram. Isso pode ser constatado no relatório apresentado pelo Presidente da Província, onde ele constata que:

O progresso da colônia Teresópolis é muito lento no que diz respeito à produção; a marcha é ainda mais difícil, tanto assim que, para o consumo da colônia são os colonos obrigados a procurar fora dela os gêneros de primeira necessidade, que ali deveriam abundar¹⁶⁸.

No mesmo relatório, quando se refere aos imigrantes, ele assim o faz: “Os colonos em geral são laboriosos e morigerados; alguns há, porém, que, recrutados nas praças públicas da Europa por agentes pouco escrupulosos, são e serão sempre verdadeiros parasitas dos cofres públicos”¹⁶⁹. Já a imprensa não destacava a existência dos citados “parasitas” em Teresópolis, ao afirmar que, referindo-se aos imigrantes, “todos são muito trabalhadores e bem comportados”¹⁷⁰. No que tange à colônia Santa Isabel, o mesmo órgão noticiou: “A maioria da população é trabalhadora, mas também existem alguns beberrões e vadios entre os quais, em sua maior parte, estão aqueles que vieram das fazendas da Província do Rio de Janeiro”¹⁷¹. E Tschudi, apesar de ter visitado a Colônia Teresópolis apenas por poucos dias, o que torna sua afirmação precipitada, complementa: “havia inúmeros vagabundos, indivíduos preguiçosos e avessos ao trabalho, os quais já valiam pouco em sua pátria”¹⁷².

A falta de uma boa estrada para Desterro, principal mercado consumidor para seus produtos, também se fez sentir. Segundo Todeschini, “é dela que depende a prosperidade deste estabelecimento colonial”¹⁷³. Em 1864, afirma Todeschini em relatório que:

a colônia não pode prosperar não tendo um caminho de rodagem para a exportação e importação; o custo da condução com cargueiros absorve todo o lucro e é o maior impedimento do progresso. (...) A exportação limita-se, por ora, aos gêneros que servem para abastecer o mercado da capital como ovos, aves, legumes, manteiga, fubá e feijão¹⁷⁴.

¹⁶⁸ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863, pp. 23-4.

¹⁶⁹ Ibid., p. 24.

¹⁷⁰ Jornal *Kolonie Zeitung*, n. 19, ano 2, de 07 de maio de 1864, p. 77.

¹⁷¹ Jornal *Kolonie Zeitung*, n. 21, ano 2, de 21 de maio de 1864, p. 85.

¹⁷² TSCHUDI, Johann Jakob von. Op. cit., p. 75.

¹⁷³ Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província de Santa Catarina em 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. *Pouso...*, p. 141.

¹⁷⁴ Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Ministério da Agricultura em fins de 1864, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. *Pouso...*, pp. 139-40. Em 1866 a colônia exportou para a capital: 500 alqueires de milho, 250 alqueires de feijão, 1.000 alqueires de batata inglesa, 370 arrobas de manteiga, 500 arrobas de toucinho, banha e lingüiça, 7.000 mil dúzias de ovos, 8.000 aves domésticas. Relatório enviado pelo

Em janeiro de 1867, o diretor solicita a atenção das autoridades constituídas com relação ao mesmo problema:

A estrada que liga a colônia à capital é a estrada geral de Lages, se é possível se dar o nome de estrada a semelhante (via) de comunicação. Ela é a única via desta colônia que não tem rio navegável, nem outro qualquer meio de importação e exportação¹⁷⁵.

O Governo Imperial, em dezembro de 1865, determinou a unificação administrativa da Colônia Teresópolis com a de Santa Isabel, ocasião em que exonerou o diretor desta última e incumbiu a administração de ambas a Theodor Todeschini¹⁷⁶. A Colônia Teresópolis tinha 1.530 habitantes nesta ocasião, assim distribuídos nas diversas linhas coloniais:

Nome da Localidade	Moradores	Residências
Sede – Teresópolis	84	22
Rio Cedro	239	48
Rio São Miguel	260	52
Rio Salto	115	24
Rio Novo	160	31
Rio Cubatão	250	46
Capivari	422	89

Quadro 2 – População da Colônia Teresópolis, por localidades¹⁷⁷.

A ausência de escolas também era uma preocupação. Na Colônia Teresópolis “a juventude cresce quase selvagem”, afirmava a imprensa referindo-se à falta de escolas¹⁷⁸. Todeschini também lamenta, em 1866, a ausência de escolas, afirmando:

Outra necessidade urgente deste estabelecimento é uma escola. A educação – este grande motor da civilização que contribui tão fortemente para a prosperidade de um país – está inteiramente descuidada por falta de meios. Não há escola. Não há professor. É uma barbaridade não dar os meios necessários para que os filhos dos colonos possam gozar das lições que uma escola lhes pode dar para sua vida. É um erro administrativo descuidar das escolas porque compreendendo-se (sic) a população de brutos, torna-se esta administração muito mais difícil¹⁷⁹.

Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província em fins de 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, 1992, p. 141.

¹⁷⁵ Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província, datado de 15 de janeiro de 1867, referente ao ano de 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 141.

¹⁷⁶ A união administrativa das duas colônias vigorou até 1902, quando em 22 de setembro, o Conselho Municipal de Palhoça aprovou a Lei n. 8, instituindo um Distrito de Paz independente do de Teresópolis, com sede em Santa Isabel.

¹⁷⁷ Fonte: **Jornal Kolonie Zeitung**, n. 7, ano 4, de 17 de fevereiro de 1866, p. 26.

¹⁷⁸ **Jornal Kolonie Zeitung**, n.11, ano 5, de 16 de março de 1867, p. 43.

¹⁷⁹ Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província em fins de 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 141.

Preocupados em constatar o desenvolvimento de Teresópolis e, a partir dele, traçar diretrizes administrativas para seu futuro, no período de 5 a 12 de abril de 1867, o comissário do Governo Imperial, Dr. Ignácio da Cunha Galvão, que em 1861, por sete meses fora Presidente da Província de Santa Catarina, em companhia de seu intérprete o senhor Von Kessel e do senhor Trompowski, de Desterro, visitou a Colônia Teresópolis. Percorreram a cavalo todas as linhas coloniais para inspecionar o seu real estágio de desenvolvimento. O senhor Von Kessel registrou minuciosamente as queixas e petições dos imigrantes apresentadas ao comissário do governo. No rol das reivindicações, consta o pedido da não obrigatoriedade do ressarcimento das subvenções efetuadas pelo governo e na doação das terras a eles distribuídas argumentando serem de baixa produtividade. Caso o governo desconsiderasse a reivindicação dos imigrantes eles “seriam obrigados a abandonar suas terras e migrar para outro lugar”¹⁸⁰. Também incluíram no rol de reivindicações a instalação de um Distrito de Paz, cujo titular falasse o idioma dos imigrantes, escolas públicas, a nomeação de um médico, a melhoria na estrada de acesso a Desterro e a implantação de uma estrada para Laguna¹⁸¹. Terminada a inspeção e anotadas as reivindicações, coube ao Dr. Galvão a redação do respectivo relatório para apresentá-lo às autoridades de quem era representante. Nele, não eximiu o governo brasileiro, ocasião em que o responsabilizou pela escolha do terreno no qual foi estabelecido o núcleo colonial. Entre outros aspectos o relatório foi contundente: “a fundação dessa colônia não deixa de ser um erro, e um erro crasso”¹⁸². E segue:

A sede da colônia foi assentada à margem do rio (Cubatão)... a escolha do local foi muito má; não oferece senão limitadíssimo espaço para edificações; o quadro marcado no mapa para a povoação admite apenas no terreno uma rua à margem do Cubatão e outra a pequena distância nos fundos desta; seguindo-se logo morros de forte declividade; na margem oposta do rio, um morro alto, quase a prumo, vem terminar na beira do rio. (...) A configuração do terreno não admite arruamento regular, nem locais especiais para edifícios e logradouros públicos. (...) A escolha do terreno da colônia foi ainda menos acertada que a da sede da povoação. (...) Em toda extensão do vale observam-se grandes derrubadas e plantações, são visíveis os esforços que empregam os colonos; plantações de milho se encontram muitas vezes quase despenhando-se de íngremes encostas e estendendo-se até ao cume dos morros. (...) Para abrir uma braça de estrada (no Rio Cubatão) é preciso fazer grandes cortes na rocha, ora compacta ora desagregada; vi corte em rocha de mais de 50 palmos de altura para dar 8 ou 10 de largura ao caminho; outras vezes é preciso muralha para sustentar o aterro e evitar os cortes. (...) A maior parte dos colonos (do Rio Cubatão) já abandonaram seus lotes e foram para outras colônias e para o Capivari. (...) Encontram-se,

¹⁸⁰ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 29, ano 5, de 20 de julho de 1867, p. 115.

¹⁸¹ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., pp. 46-52.

¹⁸² Ibid., p. 49.

entretanto, grandes plantações de milho e mandioca [no Rio Novo] porém falhadas e mirradas, e vê-se que a miséria dos colonos não provém de falta de esforços¹⁸³.

E questiona-se sobre as razões do insucesso da colônia:

Muitas vezes, visitando esta colônia, me vieram a mente as seguintes considerações: o que era mais para admirar, se a constância dos colonos em querer arrancar uma miserável subsistência de um solo ingrato...; se a sua resignação à uma sorte tão dura na terra apregoada da abundância; se a energia do diretor em subjugar todos os ímpetus da resistência que não podiam deixar de aparecer; se a sua tenacidade em rasgar custosas estradas por grotas ínvias e rochedos, para assentar domicílios desgraçados! E comigo dizia: se as grossas somas que o governo ali despendeu; se as qualidades viris que desenvolveu o diretor; se os perseverantes e estrênuos esforços dos colonos tivessem sido empregados em terreno próprio, que florescente e próspero núcleo não teria sido o resultado, em lugar da miséria e sombria resignação que ali se encontra!

Os colonos, entretanto, nenhuma queixa apresentaram contra o diretor; queixavam-se das más terras, da má estrada para a capital etc., mas contra o diretor nenhuma palavra.

A razão porém o diz e fatos passados o confirmam, que sem lutar primeiro e sucumbir na luta não se teriam eles resignado àquela triste condição; houve ocasião em que chegaram quase a morrer de fome, em que quiseram pela força expelir o diretor a quem atribuíam a sua desgraça.

Estão hoje subjugados pela sua superioridade, pela sua autoridade, pela sua força de vontade, pela confiança que tem que ele procura, quando está em suas mãos promover o seu bem-estar.

O diretor educado sob o regime militar da Áustria, onde foi oficial, inexperiente quando lhe foi confiada a direção da colônia, entendeu que sua missão consistia em colocar os colonos nas terras que lhes apresentaram, ali fixá-los e fazê-los delas tirar a sua subsistência, custasse o que custasse, empregando ele os dinheiros, com que o governo concorria nos melhoramentos designados.

Esta missão ele a cumpriu e a ditadura que exerceu foi com boas intenções e sinceridade. Os colonos vencidos na luta, reconhecendo o seu empenho em promover a prosperidade possível da colônia submeteram-se ao jugo do homem superior que dispunha da autoridade e do dinheiro, aderiram e identificaram-se com ele. Mas a fundação dessa colônia não deixa de ser um erro, e um erro crasso. Se o emigrante na Alemanha só tivesse notícia do Brasil e seus núcleos coloniais pelo de Teresópolis, que juízo errado não faria do nosso ubérrimo solo, do regime de liberdade que aqui se goza?¹⁸⁴

Mais adiante, resumindo seu relatório, deixou as seguintes recomendações, a fim de evitar contratempos futuros:

O meu primeiro impulso ao ver as péssimas condições do terreno da colônia Teresópolis quer para a lavoura, quer para a factura (sic) de caminhos foi indicar que se abandonasse aquele núcleo e nem mais um real se gastasse com ele. Mas considerando a sorte dos míseros colonos que para ali foram encaminhados pela mão do governo; vendo depois o fértil vale do Capivari onde podem mui vantajosamente ser colocados os que quiserem mudar, melhorando ao mesmo tempo a situação dos outros; atendendo enfim a que com esse abandono perder-se-iam completamente os frutos dos dinheiros ali gastos modifiquei o meu pensar, chegando à conclusão que nem mais um colono deverá ser dirigido para Teresópolis enquanto não estiverem convenientemente colocados os atuais; ou enquanto terras convenientes não tenham sido descobertas; (o vale do Capivari chegará apenas para estabelecer os das outras linhas e os de Santa Isabel); e se reconhecer que tais terras não

¹⁸³ Ibid., pp. 46-48.

¹⁸⁴ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., pp. 48-9. Cf. também Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 40, ano 5, de 5 de outubro de 1867, p. 159.

existem, completada a deslocação para o Capivari, seja a colônia entregue ao regime comum¹⁸⁵.

O citado relatório foi enviado ao Governo Imperial que, ao tomar conhecimento de suas recomendações, não tardou em adotar parte delas. Desta forma o diretor da colônia Theodor Todeschini foi instruído a conceder títulos provisórios de propriedade, através de “designação de lote de terras”, aos imigrantes, o que fez no início de 1868. A designação do lote de terra, documento bilíngüe, contendo inclusive as armas do império como se pode observar na figura 4 consistia num impresso onde se declarava o nome do imigrante, o lote que lhe era designado, seus direitos e deveres. Ele representou a garantia da aquisição definitiva da propriedade, depois de ter pagado integralmente o seu valor, o que devesse à Fazenda Nacional e provado ter habitado e cultivado o mesmo lote pelo, no mínimo, um ano.

A concessão dos títulos provisórios de posse de terra era um passo na preparação para a emancipação da colônia, cuja independência não agradava aos imigrantes. Nesse ínterim, o diretor Todeschini foi exonerado, sendo nomeado o coronel Gaspar Xavier Neves para substituí-lo no cargo¹⁸⁶, o que muito desagradou aos imigrantes. “A população perdeu um grande arrimo”¹⁸⁷, exclamavam os imigrantes ao se referirem à demissão de Todeschini. Devido à baixa fertilidade das terras, a precariedade das estradas internas, bem como a de acesso a Desterro, que apresentava trechos intransitáveis, nos quais “corre-se perigo de vida”¹⁸⁸, os imigrantes consideravam precipitada a emancipação. Tentando evitá-la ou mesmo postergá-la, redigiram requerimento nessa intenção e o enviaram ao Imperador e ao embaixador da Prússia, sendo ele subscrito por 242 imigrantes¹⁸⁹. Mas não foram bem sucedidos nesse pleito; o governo seguia as recomendações contidas no relatório do Dr. Galvão e a oficialização da emancipação não tardou.

¹⁸⁵ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., p. 52.

¹⁸⁶ Jornal *Kolonie Zeitung*, n. 28, ano 7, de 10 de julho de 1869, p. 111.

¹⁸⁷ Jornal *Kolonie Zeitung*, n. 2, ano 7, de 9 de janeiro de 1869, p. 6.

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ Ibid.

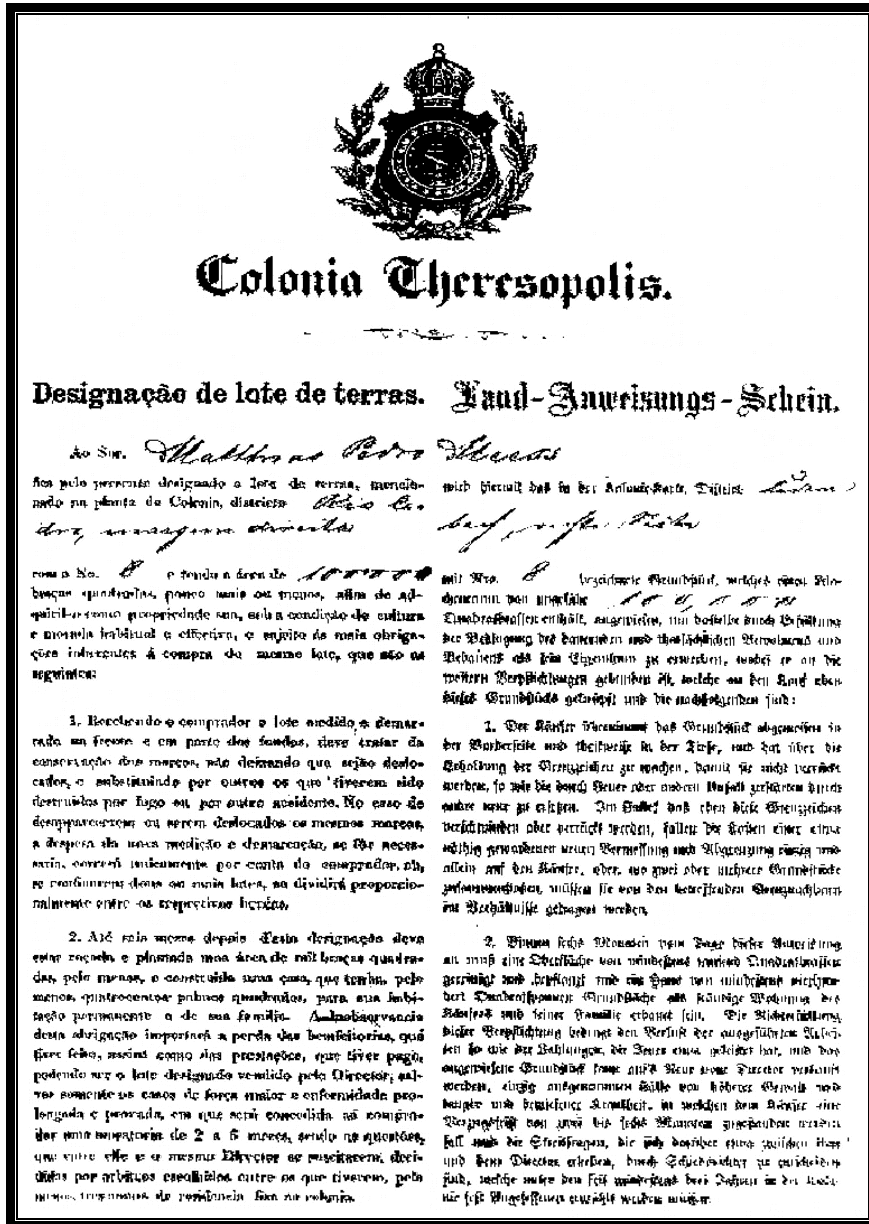


Figura 4 – Designação de lote de terra concedido na Colônia Teresópolis¹⁹⁰.

As observações do Dr. Galvão contidas no mencionado relatório contribuíram para que o governo constatasse a ineficiência da política imigratória no Brasil. Por sua vez, Joaquim Antão Fernandes Leão, Ministro da Agricultura, expõem em seu relatório que a política imigratória estava aquém do desejado. Aponta como responsáveis pelo insucesso do plano de imigração a pela falta de critério dos agentes de seleção de imigrantes, a instabilidade das medidas oficiais, o isolamento das colônias e a oposição de certos países europeus à emigração para o Brasil,

¹⁹⁰ Fonte: Livro “Designação de Lotes de Terra – Colônia Teresópolis”. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

principalmente da Alemanha¹⁹¹. Resumindo a atuação governamental na promoção da imigração e colonização, em 15 de maio de 1869, o Ministro da Agricultura, redige em seu relatório:

Em matéria de imigração e colonização temos ensaiado todos os sistemas, consumido grossas somas sem, entretanto, haveremos logrado ainda resolver o problema que mais interessa ao presente e ao futuro do país, principalmente quando urge conservar no mesmo pé a não ser possível aumentar, as suas forças produtoras, ameaçadas de grande enfraquecimento, se não for com prudência e profundo estudo dirigida a transformação do trabalho. A história da imigração no Brasil compõe-se de uma longa série de tentativas, todas mais ou menos abortadas. Quanto aos meios temos experimentado: a ação direta do governo, a do particular, e ambas combinadas. Quanto à forma: a parceria, os núcleos coloniais, como focos de atração, sob a base da pequena propriedade, a venda de terras devolutas. Quanto às nacionalidades: os portugueses, alemães, suíços, chins, norteamericanos e os ingleses. Finalmente quanto aos incentivos. O prêmio, por indivíduo, abonado aos agentes externos, pagamento do preço integral das passagens, diferença deste preço entre os das passagens para os Estados Unidos. Nenhum desses sistemas tem apresentado resultados satisfatórios, e a despeito dos pesados sacrifícios, que os cofres têm feito em seus ensaios, ainda não podemos afirmar na prática a preferência, que qualquer deles deva merecer¹⁹².

Foi neste clima que o Ministro dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas enviou, em 28 de maio de 1869, ao Presidente da Província de Santa Catarina um aviso determinando ações efetivas objetivando a emancipação da Colônia Teresópolis:

Achando-se as Colônias Teresópolis e Santa Isabel nas circunstâncias de serem emancipadas, ficando os seus habitantes sujeitos à legislação comum às demais povoações do Império, recomendo a V. Excia. que mande desde logo declarar destituídos os diversos empregados que ali serviram, cessando todos os seus vencimentos(...) Quanto às dívidas dos colonos é mister que V. Excia. remeta à Tesouraria da Fazenda a sua liquidação pela maneira mais conveniente ao Tesouro Nacional e aos próprios colonos, cujas circunstâncias devem ser cuidadosamente atendidas.¹⁹³

Após a divulgação desse aviso, todos os funcionários da colônia foram exonerados¹⁹⁴ e, obedecendo às determinações do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, o Presidente da Província de Santa Catarina, Carlos Augusto Ferraz de Abreu, em 11 de junho de 1869, através da lei provincial n. 628, emancipa a colônia. A oficialização da emancipação da colônia representou, na

¹⁹¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, p 61ss.

¹⁹² Ibid., p. 61.

¹⁹³ Jornal **O Despertador**, Desterro, ano VII, n. 663, de 05 de junho de 1869, p. 1.

¹⁹⁴ O Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 28, ano 7, de 10 de julho de 1869, p. 111, afirma: “Juntamente com o diretor foram exonerados todos os demais funcionários: 2 fiscais, 14 inspetores de quarteirão, 6 representantes do povo. Até do padre e do pastor e dos 5 professores foram cortados os respectivos salários”. Em 1872 o Jornal **Kolonie Zeitung**, em 11 de maio, p. 75, afirma: “O padre católico que antigamente recebia seu salário do governo, agora está sem vencimentos. Mas ele não abandonou a colônia e cumpre suas obrigações como sempre o fez. [...] Se ele não tivesse alguns bens próprios, passaria mal financeiramente”.

prática, a inviabilidade de seu desenvolvimento sócio-econômico. A partir da emancipação ao invés do diretor, o governo passou a nomear um subdelegado de polícia para prestar serviços à população – seria esta a resposta à reivindicação efetuada pelos imigrantes ao Dr. Galvão e por ele recomendada às autoridades constituídas¹⁹⁵. Mas, para desgosto de muitos imigrantes que chegaram a se naturalizar brasileiros para que a colônia pudesse ter semelhante serviço público, o titular do cargo de subdelegado de polícia, Dr. Manoel Antônio Marques de Faria, desconhecia o idioma alemão¹⁹⁶. Esta situação muito desagradou aos imigrantes que, por sua vez, ameaçaram na imprensa não contribuir com a desejável reputação internacional do Brasil para atrair novos imigrantes, nesses termos:

Nenhum dos habitantes dessas duas colônias (Teresópolis e Santa Isabel) escreverá para a Alemanha para convidar parentes e conhecidos para vir para cá. Antes escrevermos aconselhando para que não venham para o Brasil porque os direitos que em outros lugares são concedidos a todos os habitantes, aqui, aos colonos alemães são negados de toda maneira¹⁹⁷.

Mesmo após a emancipação, os imigrantes foram lançados à própria sorte, estimulando a migração de significativa parte de seus habitantes para novos núcleos coloniais, desestruturando a colônia. Em 1870 a imprensa noticiava:

O comércio na colônia está totalmente decadente. A localidade que até então se desenvolvia bem, agora vai declinando. Já migraram cerca de trinta por cento dos moradores. Suas casas estão vazias, pois não acham compradores, nem inquilinos. (...) Assim como as casas particulares também os prédios públicos estão arruinando. A casa da Diretoria, uma construção palaciana singular e que consumiu altas somas em sua construção, brevemente desabarará. Ninguém faz manutenção de suas instalações. O jardim – com muitas árvores e videiras – está totalmente abandonado e não se configura enquanto tal¹⁹⁸.

Entre os culpados pelo estado decadente da colônia, segundo a imprensa, está o governo: “Tudo isso poderia ter sido evitado se o governo, apesar dos contos que já gastou aqui, tivesse melhorado os caminhos e, principalmente, tivesse aberto a estrada que vai para Lages, considerada de importância vital para a colônia”¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 29, ano 5, de 20 de julho de 1867, p. 115; n. 30, ano 5, de 27 de julho de 1867, p. 119, e n. 42, ano 6, de 17 de outubro de 1868, p. 167.

¹⁹⁶ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 42, ano 6, de 17 de outubro de 1868, p. 167. Parece-nos que a solicitação dos imigrantes foi atendida pelas autoridades com a nomeação dos senhores Calos Lange, Miguel Stephan Koerig e August Heeren para a subdelegacia de polícia. Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 30, ano 7, de 24 de julho de 1869, p. 119.

¹⁹⁷ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 42, ano 6, de 17 de outubro de 1868, p. 167.

¹⁹⁸ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 2, ano 8, de 8 de janeiro de 1870, p. 7.

¹⁹⁹ Id.

É interessante observar que no contexto sócio-político do Brasil do século XIX, apesar da imagem de auto-suficiência, associada ao abandono e descaso das autoridades constituídas, o sistema de colonização nem sempre se mostrou eficiente. Segundo Seyferth:

o sistema de colonização não se caracterizou pela organização, ficando longe dos planos traçados pela legislação e nos relatórios técnicos do Ministério da Agricultura. Além dos problemas resultantes da demarcação malfeita de linhas coloniais e do desconhecimento de títulos de posse e sesmarias que invalidaram a concepção de “terras devolutas” em muitos lugares, as verbas eram insuficientes para implementação de escolas e outros serviços públicos demandados pelos colonos²⁰⁰.

Quanto ao conteúdo das publicações em jornais, relatórios e documentos oficiais, por ocasião da fundação de Teresópolis, constata-se exagerado otimismo, relacionado à escolha das terras da colônia e seu real desenvolvimento, o que os torna tendenciosos sob o ponto de vista crítico e os revela a serviço de uma conjuntura ideológica. Mas, com relação à insuficiência de verbas “para implementação de escolas e outros serviços públicos”²⁰¹, é de se acreditar que não fosse uma exclusividade das colônias alemãs, menos ainda de Teresópolis. Quer-se crer que os demais habitantes do Brasil possuíam as mesmas limitações e, por isso, não se poderia exigir das autoridades constituídas todos os “serviços públicos demandados pelos colonos”²⁰² que, por sua vez, estavam inseridos num contexto sócio-político mais amplo.

Após a emancipação, o padre Guilherme Roer, que já estava na colônia desde 1862, tomou para si a preocupação do bem-estar da população. Ao tomar ciência da existência de novas terras na região de Braço do Norte²⁰³, cuja fertilidade era recomendada para a agricultura e que o governo acenava com a possibilidade de nelas estabelecer núcleos coloniais²⁰⁴, informou à população da conveniência de requerê-las das autoridades constituídas para posterior ocupação. Concebeu um plano: chamou a Teresópolis os descontentes, propondo-lhes instalarem-se todos na região do vale do Braço do Norte. O imigrante Bernhard Schlickmann foi quem apoiou com maior entusiasmo a idéia do vigário²⁰⁵. Acompanhou o padre Roer para observar *in loco* a “terra da promessa” e confirmou, satisfeito, sua fertilidade.

²⁰⁰ SEYFERTH, Giralda. “A Identidade Teuto-Brasileira numa Perspectiva Histórica”. In: **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 14.

²⁰¹ SEYFERTH, Giralda. **A Identidade Teuto-Brasileira...**, p. 14.

²⁰² Id.

²⁰³ Hoje município de São Ludgero e região.

²⁰⁴ Jornal **O Despertador**, n. 737, de 19 de fevereiro de 1870, p. 3.

Regressando, dirigiu-se a seus conterrâneos para ver os que desejavam migrar com ele²⁰⁶. Muitos resolveram acompanhá-lo ao novo “canaã”. Padre Roer encarregou-se dos preliminares burocráticos e, nesse intuito, solicitou a necessária autorização do governo. Organizados sob a liderança do padre Roer e de Bernhard Schlickmann, 52 signatários, em 21 de outubro de 1872, enviaram uma petição ao Governo Imperial, solicitando que lhes fossem concedidas terras no Vale do Braço do Norte²⁰⁷.

Sabedor que era das recomendações contidas no relatório do Dr. Galvão, entre elas a transferência dos imigrantes para outras localidades, em novembro do mesmo ano, o governo atendeu a solicitação e enviou mensagem ao Presidente da Província, informando que disponibilizaria lotes de terras com a extensão de 125.000 braças quadradas, medidas à custa do governo, sob o preço de meio réis a braça quadrada, com pagamento à vista²⁰⁸. A partir de 1873, as 52 famílias que haviam assinado a petição transferem-se para o vale do Braço do Norte²⁰⁹, fazendo com que a população de Teresópolis diminuísse. Na figura 5 pode-se observar a localização do vale do Braço do Norte, para onde migraram os colonos.

²⁰⁵ SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p. 22.

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., p. 52. O embaixador alemão também intercedeu junto ao governo brasileiro a favor da migração dos colonos. *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 24, ano 10, de 15 de junho de 1872, p. 95.

²⁰⁸ Por este preço, um lote de 125.000 braças quadradas, ou 605.000 m²(60.5 hectares) custou 62\$500 mil réis, além dos emolumentos e selos do título definitivo: 15\$000. DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., p. 52. Cf. ainda *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 25, ano 10, de 22 de junho de 1872, p. 99.

²⁰⁹ DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., p. 52. Cf. também *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 25, ano 10, de 22 de junho de 1872, p. 99.



Figura 5 – Mapa da Colônia Teresópolis, com destaque à sua extensão, abaixo, à esquerda, para o Vale do Braço do Norte²¹⁰.

O deslocamento interno não correspondia à imagem que o imigrante construiu do Brasil quando o escolheu para destino. A baixa fertilidade do solo e o terreno excessivamente montanhoso impediram a estabilização financeira de muitos imigrantes. Nesse sentido, é sugestiva esta citação de uma imigrante. Ela escreveu: “... O Brasil é um paraíso. E por causa dessa mentira nós chegamos (imigramos)

²¹⁰ Fonte: Mapa Topográfico da Província de Santa Catarina organizado pela Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas segundo os trabalhos de dos engenheiros Carlos Rivierre, Manoel da Cunha Sampaio, Emílio Odebrecht, Pedro Luiz Taulois e Henrique Kreplin, datado de 1872. Arquivo Histórico de Joinville.

para o Brasil”²¹¹. Esta citação revela a possibilidade de idealização excessiva da terra procurada, “terra prometida”, criando, muitas vezes, imagens falsas e ilusórias. Buarque de Holanda²¹² diz que “certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as migrações de grande escala”. Esta busca do paraíso traz em seu bojo a concepção de “fazer a América”, cuja expressão tem duplo significado: por um lado, significa construir socialmente o mundo habitável da colônia, conferindo sentido a seus elementos; por outro, refere-se ao “fazer-se na América”, com o significado de ser “bem-sucedido” individual e coletivamente.

Dentro desta perspectiva, nem sempre os imigrantes puderam realizar seus projetos idealizados. As migrações internas, evidentemente, acabaram por abalar a idéia do “paraíso” e os significados de “fazer a América”.

A falta de assistência, o flagrante desinteresse por parte das autoridades e o difícil acesso à propriedade da terra continuava e, em 1902, o senhor Alberto Probst, morador de Teresópolis²¹³, reclama do governo. Ele diz:

É do conhecimento de todos que a colônia Teresópolis, em toda a sua extensão, se constitui de péssima terra, onde somente milho, feijão, batatas e mandioca podem ser cultivados, e isto também em quantidade reduzida. De uma quarta de sementes de milho, são colhidos apenas de 6 a 8 sacos. Com os outros produtos o resultado não é melhor. Devido à má qualidade da terra, a mesma foi doada em 1868 pelo Governo Imperial aos imigrantes. Mas, infelizmente, nada receberam por escrito a este respeito, e hoje apresenta-se (sic) o governo estadual, e exige um significativo preço pela mesma. Certamente não receberá o dinheiro exigido, pois este não existe. (...) Os lavradores sofrem as conseqüências do descaso. (...) Apresento aqui uma relação que demonstra claramente a decadência que aconteceu de 1868 a 1902:

Nome da Localidade Colônia Teresópolis	Extensão Territorial	Número de Famílias em 1868	Número de Famílias em 1902
Foz Rio dos Bugres até a sede	4,5 Km	21	14
Freguesia de Teresópolis	-----	38	06
Rio dos Cedros	12 Km	65	34
Rio Miguel	10 Km	70	24
Rio Cubatão	14 Km	64	25
Rio Salto	06 Km	26	05
Rio Novo	08 Km	40	18

²¹¹ In: **A Colonização Alemã no Vale do Mucuri**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993, p. 151.

²¹² HOLANDA, Sérgio Buarque da. Op. cit., p. 19.

²¹³ Em 31 de dezembro de 1943 a denominação Teresópolis foi mudada para Queçaba mediante o Decreto-Lei estadual n. 941, por determinação do Decreto-Lei Federal n. 311, de 02 de março de 1938, que não permitia mais de uma cidade ou vila, no Brasil, com a mesma denominação. Esse é um ato conseqüente da política de nacionalização adotada no Brasil nas décadas de 30 e 40 do século passado. Dessa forma, considerando a existência de uma cidade no estado do Rio de Janeiro com o nome Teresópolis, por sugestão da legislação, foi escolhido o termo indígena “Queçaba” para denominar o então Distrito de Teresópolis. Em 1961 a estrutura administrativa do Distrito de Queçaba foi emancipada político-administrativamente de Santo Amaro da Imperatriz, em 19 de dezembro, tornando-se município independente, através da lei estadual n. 790, com a denominação de Águas Mornas.

Capivari	50 Km	180	80
Rio Ferro e Gromelbach	10 Km	08	14
Rio Mandel	12 Km	15	20
Rio Sete	18 Km	38	27
TOTAL	144 Km	565	267

As escolas demonstram como o governo se desinteressou de nossa colônia. No ano de 1868 existiam 6 escolas do governo, hoje somente uma... É natural que os moradores tenham de apelar para seu próprio bolso e instalar escolas particulares, que hoje são dez. Naturalmente que essas escolas passam por dificuldades financeiras, pois muitas comunidades são pobres²¹⁴.

Apresenta a estatística da colônia em 1868, relacionando-a a seu grau de desenvolvimento de 1902. É preciso levar em consideração que na estatística de 1868 encontram-se contempladas as melhorias que a colônia recebeu em função da visita e das providências tomadas pelo Dr. Galvão. Atendendo os reclames dos imigrantes²¹⁵, em seu relatório, o Dr. Galvão recomendou explicitamente que o governo perdoasse as dívidas dos imigrantes, afirmando que tal ato “seria uma justa reparação que o governo lhes faria pelo trabalho e tempo que a má escolha das terras lhe fez perder”²¹⁶. Foi por ocasião da emancipação da colônia que os imigrantes receberam os títulos provisórios das terras e a observação do “corte dos subsídios para a colônia”²¹⁷. Porque a emanciparia, os subsídios seriam suspensos e as dívidas contraídas pela compra de terras, perdoadas. “Estávamos sem dívidas, mas também entregues a nós mesmos”²¹⁸, escreve um imigrante. Entretanto, em contrapartida, cabia-lhes a abertura de estradas, pois “a doação foi motivada pelo fato de que o governo daquela época omitiu-se do contrato de construir uma estrada transitável até a colônia”²¹⁹. Apesar da recomendação do Dr. Galvão, em 1902, o certo para os imigrantes tornou-se duvidoso:

Agora estamos vivendo o maior de todos os escândalos. Após 38 anos de permanência neste pedaço de morro, cedido pelo Governo Imperial, e onde deixamos tanto suor e tantas lágrimas, estando várias propriedades ainda em mãos da terceira e quarta geração, por compra ou herança, vem o governo atual e exige pagamento por estas terras²²⁰.

²¹⁴ PROBST, Alberto. “Uma Colônia Regredindo”. **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXX, n. 2, fevereiro de 1989, pp. 61-2. Em setembro de 1871 existiam 7 escola na colônia: 2 na sede – 1 era pública, fundada pelo governo, e destinava-se a moças e 1 particular para rapazes; havia ainda as seguintes escolas particulares: 1 em Rio Salto, 1 em Rio novo, 1 em Rio Miguel e 2 em Capivari. *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 36, ano 9, de 9 de setembro de 1871, p. 145.

²¹⁵ *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 29, ano 5, de 20 de julho de 1867, p. 115.

²¹⁶ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., p. 51.

²¹⁷ Artigo publicado no jornal **Der Urwaldsbote**, Blumenau, em 10 de maio de 1902, sob o título “Uma Correspondência de Capivari”. In: **Revista Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XIV, n. 12, 1973, p. 237.

²¹⁸ Id.

²¹⁹ Ibid., p. 238.

²²⁰ Id.

É neste contexto que se pode entender a insatisfação dos imigrantes quando constataram que o governo, segundo eles, deixava de cumprir sua palavra em relação à doação das terras.

2.2 Atuação da Igreja Católica na Colônia Teresópolis

Como foi visto, os primeiros imigrantes alemães que se instalaram na Colônia Teresópolis eram, em sua grande maioria, provenientes da Renânia do Norte-Vestfália. Embora constituídos por praticantes de diversas profissões²²¹, possuíam, como elemento de uniformização, a pobreza. Esse elemento foi tão relevante nos primórdios da imigração, que, segundo Elza Daufenbach Alves,

Atualmente (1998) ainda os habitantes do local (São Ludgero) falam com orgulho sobre a pobreza de seus antepassados: uma pobreza digna, limpa de vícios, distante do ócio e da luxúria, denotando que a miséria fora estabelecida por questões que independiam deles e não por vontade ou relaxamento na observância dos valores inerentes ao homem cristão²²².

Esta uniformidade da população propiciou as condições elementares para o projeto de “construção do mundo”²²³, a ser elaborado diante das condições de vida da colônia. Para Peter Berger, a construção do mundo refere-se ao processo de tornar-se homem, significando desenvolver uma personalidade e assimilar cultura. Isto porque o homem, ao nascer, possuindo estrutura de instintos insuficientemente especializada/programada pela sua própria constituição, configura-se num mundo aberto, isto é, um mundo que deve ser modelado, personalizado pela própria atividade humana na qual o homem faz/constrói um mundo para si²²⁴.

Nesta construção do mundo a religião exerceu um papel preponderante entre os imigrantes, tanto os de confissão católica, que eram a maioria, como os

²²¹ Em 1864 existiam na colônia Teresópolis: 8 alfaiates, 7 carpinteiros, 2 ferreiros, 1 funileiro, 7 marceneiros, 4 negociantes, 2 pedreiros, 7 sapateiros, 6 tamanqueiros e 1 tanoeiro. SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Francisco José Oliveira apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1864. Desterro: Tipografia Catarinense de F. V. Ávila & Cia., 1864, p. 21. Em 1866 as profissões na colônia Teresópolis estavam representadas por: 10 vendeiros, 5 sapateiros, 2 alfaiates, 3 tamanqueiros, 1, torneiro, 1 funileiro, 5 padeiros, 5 carpinteiros, 1 tijoleiro, 5 marceneiros, 2 ferreiros, 1 padeiro, 1 charuteiro e 1 charqueador. Relatório enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província de Santa Catarina, datado de 15 de janeiro de 1867, referente ao ano de 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 142. Cf. também GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., anexo, s/p.

²²² ALVES, Elza Daufenbach. Discurso Religioso Católico e Normatização de Comportamentos (São Ludgero-SC, 1900-1980). Florianópolis, 1988. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 18.

²²³ É extraída de Peter Berger a expressão “construção do mundo”. Refere-se à criação de significados, de atribuição de sentido visando o estabelecimento da ordem social. Em outras palavras, para Berger, construção do mundo é construção da ordem social. BERGER, Peter. Op. cit., p. 19.

²²⁴ BERGER, Peter. Op. cit., p. 17ss.

luteranos. Tem-se a seguinte estatística na Colônia Teresópolis com relação aos credos citados:

Ano	Habitantes	Católicos	Luteranos	Observação
1861	622	106	516	Fonte ²²⁵
1862	1.042	440	602	Fonte ²²⁶
1863	1.282	680	602	Fonte ²²⁷
1864	1.498	891	607	Fonte ²²⁸
1865	1.530	895	635	Fonte ²²⁹
1866	1.614	926	688	Fonte ²³⁰
1867	1.631	931	700	Fonte ²³¹
1868	1.631	----	----	Fonte ²³²
1869	1.694	963	731	Fonte ²³³

Quadro 3 – Distribuição da população da Colônia Teresópolis, por confissão religiosa.

Os luteranos recebiam assistência religiosa da paróquia da Colônia Santa Isabel, enquanto os que professavam o credo católico estavam sem assistência de um padre. Para sanar esse problema, “veementes apelos haviam sido feitos por carta, através do consulado alemão do Rio de Janeiro, insistindo na vinda de um sacerdote que falasse a mesma língua dos colonos”²³⁴. A solicitação dos colonos fez

²²⁵ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 08 de março de 1861, à Assembléia Legislativa Provincial. S/l, s/e, s/d, p. 9. Cf. também SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p.18. Tschudi cita em 1861 que das 200 famílias de imigrantes 167 eram luteranas e 33 católicas. TSCHUDI, Johann Jakob von. Op. cit., p. 77. É importante ressaltar que pode oscilações no resultado das estatísticas o que creditamos à fonte utilizada como referência, bem como à respectiva data de seu levantamento e/ou publicação.

²²⁶ SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p. 20.

²²⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório das Terras Públicas e Colonização apresentado em 04 de março de 1863 ao Ministro da Agricultura pelo Diretor da Terceira Diretoria Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1863, p. 100.

²²⁸ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina Francisco José Oliveira apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1864. Desterro: Tipografia Catarinense de F. V. Ávila & Cia., 1864, p. 20.

²²⁹ Jornal **Kolonie Zeitung**, n. 7, ano 4, de 17 de fevereiro de 1866, p. 26.

²³⁰ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., anexo, s/p. Veja também relatório do diretor Theodor Todeschini referente ao ano de 1866 datado de 15 de janeiro de 1867. In: JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 142.

²³¹ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, p. 43.

²³² SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao 1º vice-presidente, comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 18.

²³³ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo seu presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu em 02 de abril de 1869. Desterro: Tipografia de J. J. Lopes, 1869, p. 21.

²³⁴ Citação de Fredolino Kuerten, in: DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., p. 107.

coro em solo alemão. Padre Guilherme Roer²³⁵, ao saber do abandono religioso a que os imigrantes germânicos em terras catarinenses estavam submetidos, embarcou para o Brasil. Chegara no Rio de Janeiro ainda em 1860, mas logo em seguida dirige-se à então Província de Santa Catarina, enviado pelo bispo a Joinville, onde deveria auxiliar o padre Carlos José Leonardo Boegershausen que lá trabalhava. Permaneceu em Joinville pouco tempo, partindo em princípios de 1862, para a Colônia Teresópolis.

É plausível imaginar que, devido à carência inerente do início da colonização, os imigrantes utilizassem o espaço físico de um barracão construído para recepcioná-los, antes de serem instalados em seus lotes, para servir de capela. Esse barracão pode ter servido como capela por, aproximadamente, dois anos e meio. Em março de 1863, o relatório da Diretoria das Terras Públicas e Colonização afirma que os católicos “fizeram em um rancho uma capela provisória e estão dispostos a empenhar esforços para a construção de uma igreja decente”²³⁶.

Nessa época em Teresópolis, além dessa uma simples capela provisória construída pelos colonos e financiada com os seus próprios recursos financeiros dedicada a Santa Teresa²³⁷, existiam algumas casas de orações espalhadas pela vizinhança: Rio Novo, Rio Salto, Vargem Grande e Löffelscheidt²³⁸.

O campo de atividade do padre Roer, além da Colônia Teresópolis onde fixou residência, abrangia também a região de Santa Isabel e Vargem Grande. Com o tempo cresceram ainda as comunidades existentes ao longo do caminho para o planalto catarinense. Com o desbravamento do vale do Capivari, a ação pastoral do padre Roer se estendeu até a região de Tubarão.

²³⁵ Padre Wilhelm Friedrich Clemens Roer é natural de Münster, Alemanha, onde foi ordenado sacerdote diocesano em 19 de agosto de 1848. Chegou ao Brasil em 1860 e à Colônia Teresópolis em 1862 à qual dedicou 27 anos de seu apostolado. Cansado e doente (Gehirnerweichung) doeu, aos 69 anos de idade, a Santa Casa de Porto Alegre, 1:800\$000 bem como todos os bens que estivesse com ele depois de sua morte: juros, livros, roupas, etc. e nela internou-se para passar seus últimos dias. Faleceu aos 8 de outubro de 1891 em Porto Alegre. JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 255 e DIRKSEN, Valberto. “Padre Roer – Um Santo Sem Milagres”. **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, n. 24, 1998, pp. 85-9. Cf. também LEIDINGER, Paul. “Warendorf und Santa Catarina – Münsterländische Kolonisten und Missionare in Südbasilien”. **Warendorf Schriften**. Warendorf: Schnell Busch & Druck, 1993, pp. 151-3.

²³⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório das Terras Públicas e Colonização apresentado, em 04 de março de 1863, ao Ministro da Agricultura pelo Diretor da Terceira Diretoria, Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1863, p. 101.

²³⁷ Denominação em homenagem a Teresa Cristina, Imperatriz do Brasil, assim como o é o nome da Colônia Teresópolis: *Cidade de Teresa*. Interessante observar que, não raras vezes, as denominações das colônias homenageavam a família imperial; assim temos as seguintes colônias: São Leopoldo – RS, Petrópolis – RJ, Santa Amélia – PE, São Pedro de Alcântara das Torres – RS, Teresópolis – SC, Leopoldina – SC, Santa Leopoldina – ES, Santa Isabel – SC e ES, entre outras.

²³⁸ SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, pp. 19 e 21.

O Diretor da Colônia, Theodor Todeschini, entusiasmado com a chegada do padre Guilherme Roer, imediatamente solicitou uma portaria ministerial, para que o mesmo gozasse de todos os direitos inerentes ao cargo de pároco²³⁹. Articulou também a construção de uma casa que servisse de moradia para o padre, pois, apesar de Teresópolis ter um padre residente, ainda não havia se constituído em Freguesia, o que equivaleria à elevação do núcleo colonial à condição de Paróquia. Neste sentido em abril de 1867, Dr. Galvão, refere-se à casa paroquial como sendo de “boa construção e aparência”²⁴⁰.

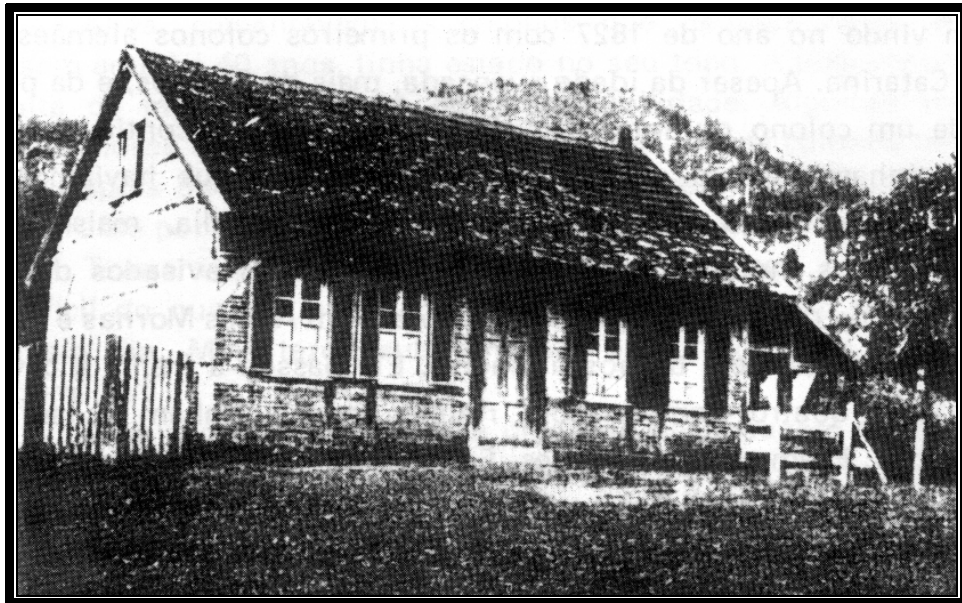


Figura 6 – Casa Paroquial de Teresópolis. Fotografia da década de 1890. Acervo do Autor.

Considerando a carência material entre os imigrantes, a metodologia da assistência espiritual da qual fez uso o padre Roer consistia em visitas regulares às casas dos colonos, bem como a presidência de missas esporádicas nas “casas de oração” distribuídas nas linhas coloniais e vizinhança. Com o passar do tempo e o conseqüente aumento da população, devido à chegada de novos imigrantes, tal método se tornou insustentável. Havia a necessidade de construções de igrejas com maiores, bem como a sistematização da liturgia e estruturação paroquial nos moldes tradicionais.

O dinamismo da atuação e a liderança, exercidos pelo padre Roer, favoreceram a subordinação da população à autoridade reguladora da Igreja. Resultou num tácito controle, coordenado pelo padre Roer, no sentido de disciplinar

²³⁹ Mais detalhes confira JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso...**, p. 164.

e dirigir a comunidade paroquial nos preceitos da igreja institucionalizada, nos moldes do catolicismo romanizado, o qual não era novidade nem para o padre, nem para os imigrantes.

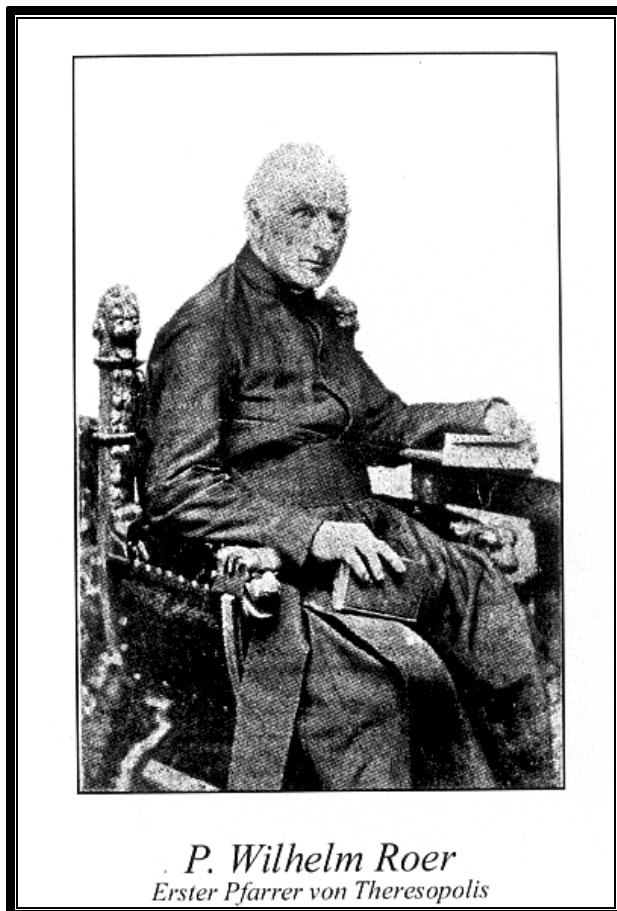


Figura 7 – Padre Guilherme Roer e carimbo da Paróquia de Teresópolis. Fotografia da década de 1880; Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.

Aos poucos Teresópolis se estruturava enquanto núcleo colonial de referência. Em agosto de 1865 existiam na colônia três edifícios públicos: a Casa da Direção, a Casa de Oração Evangélica e a residência do padre católico²⁴¹. Como igreja católica existia uma pequena capela que se achava em péssimo estado de conservação, mas o governo provincial já havia deferido o pedido para a sua substituição por uma nova, em 9 de novembro de 1863. A inauguração da recém-construída capela católica teve lugar aos 24 de setembro de 1865²⁴² com a presença de um grande número de pessoas. O *Jornal Kolonie Zeitung* assim a descreveu: “a

²⁴⁰ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., p. 46.

²⁴¹ *Jornal Kolonie Zeitung*, n. 34, ano 3, de 26 de agosto de 1865, p. 134.

igreja não é grande, mas é bonita e bem edificada”.²⁴³ Em abril de 1867 o Dr. Galvão refere-se à nova igreja afirmando que a “pequena capela provisória, rebocada e coberta de telha é mui decente, e pode servir ainda por muitos anos”²⁴⁴.

Dois anos depois, simultaneamente à emancipação da Colônia, foi conferido a Teresópolis o *status* de Freguesia – povoação em seu aspecto eclesiástico²⁴⁵. Era o que determinava a Lei Provincial n. 628, datada de 11 de junho de 1869 que, em seu artigo 1º, assim reza: “Fica criada uma Freguesia, com a invocação de Santa Isabel, no território das Colônias de Santa Isabel e Teresópolis, ora emancipadas, precedendo as licenças do Prelado Diocesano”²⁴⁶. Abrangendo as Colônias Teresópolis, Santa Isabel e Vargem Grande, estendendo-se até os limites de Tubarão, à nova paróquia estavam submetidas todas as linhas coloniais da região.

Entretanto, apesar de ser elevada à condição oficial de matriz, as dependências físicas da igreja de Teresópolis ainda deixavam a desejar, devido ao aumento da população nos primeiros anos de colonização. Com a migração de muitas famílias para outras regiões, conforme foi visto anteriormente, a quantidade de católicos e a população de Teresópolis diminuíram. Ainda assim, a imprensa anunciava, em 1872, que a igreja católica em Teresópolis era de dimensões reduzidas e até em domingos comuns somente podia abrigar a metade dos fiéis²⁴⁷. O referido meio de comunicação noticia o início da realização de uma coleta entre os colonos, a fim de viabilizar a construção de uma nova igreja com dimensões bem maiores. Enquanto a construção não tivesse o seu fim, os imigrantes solicitaram do governo o uso do espaço físico de um prédio localizado ao lado da Casa da Diretoria, no que o Governo consentiu.

A notícia publicada no Jornal *Kolonie Zeitung*, em Joinville, do dia 19 de julho de 1873, nos informa sobre a realização de uma ampla campanha para angariar donativos para a construção da igreja definitiva em Teresópolis. Conseguido os materiais básicos como tijolos, telhas e madeiras deram início às obras em 1874. Argumentando que a Colônia fora emancipada e constituída em paróquia sem ter uma igreja católica definitiva, reivindicaram subsídios governamentais para as

²⁴² TSCHUDI, Johann Jakob von. Op. cit., p. 74.

²⁴³ Jornal *Kolonie Zeitung*, n. 41, ano 3, de 14 de outubro de 1865, p. 163.

²⁴⁴ GALVÃO, Ignácio da Cunha. Op. cit., p. 46.

²⁴⁵ Freguesia era sinônimo de paróquia ou área territorial em cujo âmbito os habitantes ficavam sob uma jurisdição espiritual.

²⁴⁶ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Coleção das Leis da Província de Santa Catarina Promulgadas na Sessão do ano de 1869. Desterro: Tipografia Lopes, 1869, p. 44.

obras. Parece que não foram atendidos. Um ano após o início das obras, cuja direção estava sob a responsabilidade do padre Roer, as mesmas tiveram que ser paralisadas por 12 meses, devido à falta de recursos financeiros. Entretanto a primeira igreja definitiva de Teresópolis teve seu término e foi inaugurada em 1876²⁴⁸.



Figura 8 – Igreja Matriz de Teresópolis. Fotografia da década de 1880. Acervo do Museu Francisco Schaden, São Bonifácio.

Com o desbravamento da região do Capivari e depois do vale do Braço do Norte, incorporada à Colônia Teresópolis, lá também se fez sentir a presença e liderança do padre Roer. Comprometeu-se pessoalmente a assistir os colonos no novo território.

E cumpriu sua palavra. Anunciou a primeira missa no Braço do Norte. Celebrou-a sob a folhagem de gigantesca figueira, cujas enormes raízes arqueadas lhe serviram de confessionário²⁴⁹. Mas logo à sua chegada, de todas as picadas da floresta vieram agradecidos os colonos e suas famílias beijar as mãos de quem lhes conseguira as terras

²⁴⁷ Jornal *Kolonie Zeitung*, n. 26, ano 10, de 29 de junho de 1872, p. 103.

²⁴⁸ Livro do Tombo da Paróquia de Teresópolis (1895-1940), p. 8v.

²⁴⁹ SCHADEN, Francisco. *Início da Organização...*, p. 22. Confira também: DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., pp. 45-9.

férteis. (...) Com a união de todos, ergueu-se em poucos dias uma capelinha de ripas de palmitos, na margem direita do rio, bem em frente da atual de São Ludgero²⁵⁰.

O intenso trabalho apostólico integrando toda a vasta região da “grande Teresópolis”, na qual estava inserida a região de Braço do Norte, distante mais de 90 Km da sede paroquial, fizeram com que o padre Roer recebesse a ajuda do padre Jacob Pies, que residia em São Pedro de Alcântara, no período de 1883 a 1888.

Ao final de quase 30 anos de apostolado, cansado e doente, padre Roer pede aos colonos residentes em São Ludgero, na região do vale do Braço do Norte, comunidade filial de Teresópolis, que escrevam à Diocese de Münster, na Alemanha, solicitando o envio de um sacerdote para substituí-lo²⁵¹. Sendo pioneiro da religião em Teresópolis, padre Roer passou a maior parte de sua vida em lombo de cavalo em visitas assistenciais aos seus paroquianos. Apesar do acúmulo de tarefas atendendo os católicos de tão vasto território paroquial, o padre Roer ainda atuava como artesão; trabalhava em torno manual, fabricando objetos para os cultos em suas capelas, algumas já existentes quando chegou, construídas sob sua supervisão.. Além do vasto território, também lhe foi confiado por onze anos consecutivos, no período de 1872 a 1883, a cura das almas da paróquia São Pedro de Alcântara²⁵².

Ainda que Teresópolis se constituísse na sede da paróquia, padre Roer ali pode permanecer por pouco tempo usufruindo o que podia oferecer a casa e a igreja paroquial. O dever o chamava nas mais diversas capelas da vasta extensão paroquial a ele jurisdicionada. Henrique Buss, residente na região do Braço do Norte, comenta:

Eram poucas as semanas do ano que o Pe. Roer podia permanecer em sua residência (em Teresópolis), pois a maior parte de sua vida passou-a o nosso pároco em lombo de cavalo. Postos em dia os livros (de registros) paroquiais, gostava de trabalhar no torno, fazendo belos objetos para a igreja e para o altar²⁵³.

O andar a cavalo em viagens longas, tornou-se-lhe um martírio. “Quando ficou velho, mesmo com muleta na mão, ainda atendia aos doentes, sem olhar o sol ou a chuva, dia ou noite”²⁵⁴. Em sua última visita pastoral a São Ludgero, ficou

²⁵⁰ DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., p. 54.

²⁵¹ A solicitação foi redigida por solicitação do Vigário Guilherme Roer, em 1889, a qual foi subscrita por João Bernhard Steen por incumbência da Direção da Capela de São Ludgero. LEIDINGER, Paul. Op. cit., p. 155.

²⁵² SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p. 21.

²⁵³ *Apud* SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p. 21.

²⁵⁴ DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit., p. 109.

acamado por três meses na residência do senhor Henrique Hobold, atacado por reumatismo e bronquite. Lá, certa vez, teve que ser carregado nas costas para atravessar o rio. Sempre atendia ao chamado dos doentes, dois cavalheiros amparando-o sobre o cavalo, lá ia padre Roer atender seus fiéis²⁵⁵. Precisando de repouso e de tratamento de saúde, em 1889, ao saber da chegada de seu sucessor, padre Roer deixa suas atividades e se retira para tratamento de saúde no Hospital Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre.

Os colonos teuto-brasileiros costumam manter viva a memória dos sacerdotes que se sacrificavam no atendimento aos fiéis. Em Teresópolis não é diferente. O senhor Miguel Mayer, perguntado sobre o padre Roer, assim se expressa:

Todos os antigos tinham uma grande veneração por ele. Foi enterrado em Porto Alegre, mas, no cemitério daqui (Teresópolis), foi-lhe levantado um monumento fúnebre com uma lápide de mármore, feita na Alemanha, muito bem trabalhada, gravada em alemão²⁵⁶.

Desejando perpetuar a memória do saudoso Vigário, a população de Teresópolis lhe prestou homenagem com a denominação de uma via pública, a “Rua Padre Roer” ou “Roerstrasse”, como carinhosamente a denominavam os moradores. Com o passar do tempo e a não-consolidação do núcleo urbano de Teresópolis, porém, essa rua perdeu sua função.

Francisco Schaden também escreve sobre a memória do padre Roer em seus paroquianos e afirma: “Tanto em Löffelscheidt como nas outras localidades a quem serviu o operoso vigário, continua viva a recordação de sua extraordinária personalidade”²⁵⁷.

Fridolino Kuerten, em depoimento inserido no livro “O Vale do Braço do Norte”, demonstra a atuação e o interesse do padre Roer pelos problemas sociais e necessidades espirituais da população da Colônia Teresópolis: “Nossos pais o tinham por santo, um santo bom que sofria com o povo, que o amava, que se interessava pelos seus problemas sociais, que não media sacrifício algum para atender as suas necessidades espirituais”²⁵⁸.

²⁵⁵ Ibid., p. 110.

²⁵⁶ Ibid., p. 35. A referida lápide traz os seguintes dizeres: “Em memória do primeiro Vigário de Teresópolis, Guilherme Roer, nascido em Warendorf na Westfália em 1821 e falecido no hospital de Porto Alegre, em 8 de outubro de 1891. Sacrificou-se pelo bem das almas de seus paroquianos”. Há uma informação equivocada nesse texto. Como informamos anteriormente Padre Roer nasceu em Münster e não em Warendorf.

²⁵⁷ SCHADEN, Francisco. **Notas para a história da localidade de Löffelscheidt**. São Bonifácio: Edição do Autor, 1946, p. 17.

²⁵⁸ DALL’ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**, p. 107.

O Jornal da Diocese de Münster *Kirchliche Amtsblatt*²⁵⁹, na Alemanha, em maio de 1889 publica a carta redigida pela direção da capela de São Ludgero, da paróquia de Teresópolis, solicitando sacerdotes para substituir o padre Roer. Padre Francisco Xavier Topp²⁶⁰ lê a carta e sente-se entusiasmado pelo desafio. Dirige-se a seu Bispo em Münster, Dom João Bernardo, e obtém a licença para partir para o Brasil. Embarca com destino ao *Novo Mundo* em outubro de 1889. Chegando ao Rio de Janeiro, sede do Bispado ao qual Teresópolis pertencia, recebe as Faculdades de Vigário Missionário, isto é, a anuência do bispo para atuar no território de sua diocese na condição de vigário missionário. Chega a Teresópolis nas proximidades do Natal de 1889 e fixa residência junto à capela de São Ludgero, no Vale do Braço do Norte, substituindo o padre Roer. Sem o saber, padre Topp iniciava a Missão da Diocese de Münster no estrangeiro, sendo o antecessor de expoentes religiosos da Igreja catarinense²⁶¹.

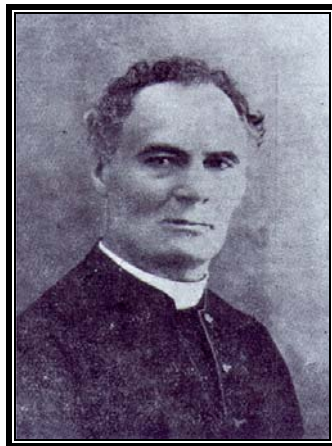


Figura 9 – Padre Francisco Xavier Topp. Fotografia da década de 1910; Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.

Quando da chegada do padre Topp, a situação religiosa em Santa Catarina não era das melhores, especialmente com relação à escassez do clero romanizado.

²⁵⁹ Ano XXIII, n. 6, pp. 42-3, *apud* LEIDINGER, Paul. Op. cit., p. 152-3.

²⁶⁰ Francisco Xavier Topp nasceu em Warendorf, no dia 19 de setembro de 1854. Ao ler no jornal diocesano *Kirchliche Amtsblatt* uma carta dos colonos alemães de Braço do Norte – SC, embarca para o Brasil. Padre Francisco Topp chega a Florianópolis em janeiro de 1890. De muitas maneiras e por muitos momentos marcou profundamente a Igreja em Santa Catarina. É o articulador da criação do Bispado de Santa Catarina e foi o seu primeiro vigário-geral. Morreu no dia 25 de dezembro de 1925, em Florianópolis, onde está sepultado. BESEN, José Artulino, “Mons. Francisco Topp – o idealizador da Igreja Catarinense”, in: **Vida Franciscana**, dezembro de 1992, pp. 83-92. Segundo BESEN é “impossível compreender a história católica deste estado Brasileiro [Santa Catarina] sem se referir ao grande apóstolo Padre Topp: reimplantador do catolicismo em Florianópolis e Santa Catarina”, in: **A Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis: Cúria Metropolitana, 1983, pp. 33-34. Cf. também LEIDINGER, Paul. Op. cit., pp. 153-83.

²⁶¹ A Diocese de Münster foi grande “fornecedora” de padres, irmãs religiosas e professores leigos para as áreas de colonização alemã no estado de Santa Catarina, num processo que ficou conhecido como “Missão de Münster”. ALVES, Elza Daufenbach. Op. cit., p. 28.

Dos padres brasileiros ainda existentes, a maioria tinham perdido o “interesse pelo apostolado”²⁶² e não podiam servir de referência para o catolicismo romanizado a ser praticado nas zonas de colonização e implantado nas demais áreas catarinenses. Era preciso, segundo padre Topp, a vinda de novos sacerdotes da Alemanha que comungassem das diretrizes da romanização. Percebendo todas as necessidades dos imigrantes, bem como as longínquas distâncias entre as comunidades, e que, sozinho, não poderia atender a vasta região colonial, padre Topp escreve à Diocese de Münster, solicitando o envio de mais sacerdotes. A sua carta é publicada no Jornal daquela Diocese. Dois sacerdotes, coadjutores da Igreja de São Maurício, de Münster, se prontificaram a viajar para o Brasil: padre Antônio Eising e o padre Francisco Auling. Em 1º de janeiro de 1891 embarcam no porto de Bremen e no mês seguinte, após seis semanas de viagem, chegam ao novo campo de trabalho²⁶³.

Com a anuência do bispado do Rio de Janeiro, a cuja Diocese Santa Catarina pertencia, o trabalho apostólico nesta vasta região colonial catarinense é dividido entre padre Francisco Topp, em Teresópolis, padre Francisco Auling, em São Ludgero e o padre Antônio Eising²⁶⁴, em Capivari e Vargem do Cedro.

2.3 O Movimento do *Kulturkampf* na Alemanha

Sobre a importância histórica da atuação do padre Topp em Santa Catarina, escreveu o padre José Besen:

Impossível compreender a história católica deste estado brasileiro sem se referir ao grande apóstolo do Pe. Topp: reimplantador do catolicismo em Florianópolis e Santa Catarina. Formara-se na época das lutas religiosas, da *Kulturkampf*. Estava preparado para enfrentar o laicismo e o anti-clericalismo da recém-nascida República Brasileira²⁶⁵.

O termo *Kulturkampf* significa “luta cultural”. É a versão regional prussiana da *Aufklaerung*, caracterizando-se por um otimismo no poder da razão e na possibilidade de organizar a sociedade com base em princípios racionais. Afirmou-

²⁶² BESEN, José Artulino. “Monsenhor Francisco Xavier Topp – O Institucionalizador da Igreja Catarinense”. *Revista Encontros Teológicos*, ano 5, n. 2, 1990, p. 27.

²⁶³ BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Xavier Topp – O Institucionalizador..., p. 28.

²⁶⁴ Padre Antônio Eising nasceu em Boscholt, diocese de Münster, no dia 16 de janeiro de 1847. Veio para o Brasil em 1891. Depois de trabalhar pouco tempo na Paróquia de Capivari, foi pároco em Brusque. Aos 58 anos de idade e 34 de padre, entrou na ordem franciscana – OFM, em 1905, com o nome de Frei Capistrano. Morreu em Blumenau, no dia 18 de setembro de 1921.

²⁶⁵ BESEN, José Artulino. *A Arquidiocese...*, pp. 33-34.

se um maior espírito científico e maior autonomia das ciências em relação à religião. Na Prússia tomou uma feição anticlerical, com campanha de oposição à igreja católica e seus padres, em particular aos jesuítas. Por isso o Kulturkampf “rejeitou a supremacia das Igrejas, retirou-lhes o registro civil, secularizou o casamento e só consentiu em solicitar auxílio do clero no ensino público quando se tratasse de uma ordem moral”²⁶⁶. Segundo Kreutz, as disposições legais do Kulturkampf provocou a Restauração Católica na Alemanha através de um movimento de maior unificação e solidariedade do catolicismo. Também determinou, conforme ele, a maior união em torno do Partido do Centro – Zentrumspartei; a ligação mais estreita a Roma – ultramontanismo-romanização; rearticulação para maior liderança política do clero, e formação de uma mentalidade de gueto, em consequência do isolamento da Igreja Católica em relação ao Reich e à sociedade como um todo²⁶⁷.

No litígio entre a Igreja Católica e os governos de língua alemã, especialmente o governo da Prússia, entre 1871 a 1886, sob o comando de Bismarck, “queria-se (sic) obrigar a Igreja a aceitar o progresso, o então chamado modernismo (liberalismo). E isso se fez de forma agressiva, violenta”²⁶⁸. Segundo Clarêncio Neotti, “Bismarck chegou a defender os católicos que se rebelavam contra as decisões do Concílio Vaticano I, apenas para enfraquecer a igreja central... Nessa política, procurou enfraquecer ao máximo o Vaticano, criando uma igreja nacional”²⁶⁹. Limitou o campo de ação da Igreja Católica, principalmente as atividades dos jesuítas, por saliente liderança e submissão ao papa, e dos franciscanos, afastando-a do Reich, o que facilitou sua aproximação com Roma²⁷⁰. As ações de ordem ideológicas não param por aí; veja a seguinte citação:

Durante a guerra com a França em 1870/1871, dos 200 jesuítas na Alemanha, 159 foram para o campo de guerra ajudar os feridos, e destes, 80 foram condecorados por Guilherme I por “fidelidade na guerra”. Um ano depois foram expulsos como traidores da Pátria (...), porém sem nenhuma prova em concreto (...). Os jesuítas foram banidos (interdição dos conventos), mas pregadores socialistas e anarquistas têm campo livre (...) os jesuítas que trabalham para o trono e o altar, encontram-se fora da Alemanha. Os anarquistas, porém, que agem minando trono e altar, permanecem tranqüilamente aí²⁷¹.

²⁶⁶ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 33.

²⁶⁷ Ibid., p. 34.

²⁶⁸ NEOTTI, Clarêncio. “Introdução e Notas”. In: BAHLMANN, Amando. **Memórias Inacabadas**. Coleção Centenário, n. 11, São Paulo: Província Franciscana, s/d, p. 27. Veja também NEOTTI, Clarêncio. “Introdução e Notas”. In: JEILER, Inácio. **Para Compreender a História da Província da Saxônia**. Coleção Centenário, n. 7, São Paulo: Província Franciscana; Petrópolis: Vozes, 1992, p. 8.

²⁶⁹ NEOTTI, Clarêncio. “Introdução e Notas”. In: JEILER, Inácio. Op. cit. pp. 8-9.

²⁷⁰ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 34.

²⁷¹ Deutsches Volksblatt. São Leopoldo e Porto Alegre: Tipografia do Centro, 6 de fevereiro de 1894, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., pp. 34-35.

Posteriormente, em 31 de maio 1875, em consequência do Kulturkampf, “as ordens religiosas foram banidas de Alemanha. Franciscanos, Capuchinhos, Dominicanos, Jesuítas e congregações congêneres tiveram de abandonar a pátria”²⁷². Um decreto de 31 de maio de 1875 extinguiu todas as ordens religiosas da Prússia. Segundo Neotti, “os religiosos ou se secularizassem ou tomassem o caminho do exílio”²⁷³. Os franciscanos, em detrimento da secularização, optaram pelo exílio. Fundaram conventos na fronteira com a Alemanha: 5 na Holanda e 1 na Bélgica além de “exilar” mais de 80 frades nos Estados Unidos da América²⁷⁴.

Em 1886, foi sancionada a Lei da Paz caracterizando o fim do Kulturkampf. A igreja nacional postulada por Bismarck não vingou e os franciscanos, readquirindo seus direitos de cidadania, optaram por retomar suas atividades pastorais na Alemanha.

²⁷² BAHLMANN, Amando. **Memórias Inacabadas**. Coleção Centenário, n. 11, São Paulo: Província Franciscana, s/d, p. 27.

²⁷³ NEOTTI, Clarêncio. “Introdução e Notas”. In: JEILER, Inácio. Op. cit., p. 9.

²⁷⁴ “O Restaurador da Ordem no Brasil”. In: **Revista Vita Franciscana**, 6 Jahgang, Mai 1929, n. 2, p. 54. Cf. também NEOTTI, Clarêncio. “Introdução e Notas”. In: JEILER, Inácio. Op. cit., p. 10.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO E OS FRANCISCANOS: A LEGITIMAÇÃO DO MUNDO SOCIAL PELA RELIGIÃO

3.1 A relação da Igreja Católica com o Estado no Brasil

Até início do século XX, por disposições históricas acordadas entre Portugal e o Vaticano, a igreja católica no Brasil mantinha-se estreitamente ligada ao Estado e à estrutura de poder vigente. No Brasil, essa especificidade teve início com seu descobrimento em 1500, numa atividade conjunta entre Portugal e a Igreja Católica, que tinham por objetivos comuns interesses econômicos, políticos e religiosos. Os papas, por concessão, cederam à Coroa de Portugal o controle sobre a nova Igreja nos territórios descobertos. Este “controle” concedido à Coroa Portuguesa se estendia às questões mais básicas, “desde a construção das primeiras igrejas até questões tais como o pagamento do clero, nomeação de bispos, aprovação de documentos, escolha de terrenos para conventos e virtualmente todas as áreas de interesse da Igreja”²⁷⁵. A partir deste entendimento, surgiu o *padroado*, isto é, a outorga pela Igreja de Roma de certo grau de controle sobre uma igreja local ou nacional a um administrador civil, em apreço a seu zelo e seus esforços para difundir a religião²⁷⁶. Outro privilégio que Portugal e o Brasil obtiveram da Igreja Católica foi o *placet* ou beneplácito, isto é, o direito da Coroa de censurar todas as bulas, cartas ou outros documentos eclesiásticos abolindo seus efeitos no Brasil²⁷⁷. Estas concessões eram

²⁷⁵ BRUNNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974, p. 31.

²⁷⁶ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**. São Paulo: Editora Ática, 1987, pp. 7-8.

²⁷⁷ O direito do beneplácito imperial foi resguardado no parágrafo 14 do art. 102 da Constituição de 1824 nesses termos: Compete ao Imperador “conceder ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à constituição; e

resultados de uma série de bulas papais, de 1455 a 1515, e consistia na interferência do Estado nos assuntos de interesse da Igreja como, por exemplo, no “direito de o Imperador intervir na nomeação dos ocupantes dos cargos da hierarquia eclesiástica e na formação de igrejas, conventos, dioceses etc”²⁷⁸.

De acordo com as disposições do *padroado* e do *placet*, o imperador era a principal autoridade eclesiástica do Brasil, em detrimento da supremacia do papa²⁷⁹. Dom Pedro II fez uso de sua autoridade, mantendo o que se poderia denominar de “igreja nacional brasileira” sob o seu comando com o apoio da maçonaria²⁸⁰. Declinou da oferta de cardinalato para o Brasil – o primeiro da América Latina –, em 1847, para “evitar subtilezas de que se prevalece constantemente a Cúria Romana”²⁸¹ em assuntos de interesse do Brasil. Kreutz diz que:

Dom Pedro II usava plenamente seus poderes legais do padroado, acrescidos dos poderes de recursos e de *placet*, para limitar as suspeitas pretensões de Roma no Brasil. Preocupava-se com a ameaça do ultramontanismo, temendo a interferência da Santa Sé no seu governo (...). Assistido pelo *padroado* e pelo *placet* Dom Pedro II conservou a Igreja Católica como um departamento do governo²⁸².

Dado o padroado e o *placet*, formulou-se uma política eclesiástica, na qual se empenhou pessoalmente o imperador, cuja principal meta era “dar ao Brasil um clero culto e de vida moral inapontável”²⁸³ por constatar, insatisfeito, que “o clero brasileiro se permitia uma liberdade disciplinar muitas vezes incompatível com o seu estado”²⁸⁴, seja ele o secular ou o religioso.

Segundo uma anotação de um diário do imperador, Dom Pedro II afirma:

Os costumes e a cultura de um país são em larga medida modelados pelo seu clero. A cultura brasileira é baixa e o nosso clero corrupto. É necessário reformá-lo, e para executar a reforma posso encontrar os melhores homens entre europeus ou brasileiros

precedendo aprovação da Assembléia, se contiverem disposição legal”. In: **Constituições Brasileiras...**, p. 544.

²⁷⁸ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 51.

²⁷⁹ WERNET, Augustin. Op. cit., p. 18.

²⁸⁰ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. 5, 1980, p. 112.

²⁸¹ MAGALHÃES, Basílio de. **Estudos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1940, p. 107.

²⁸² KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 51.

²⁸³ AZZI, Riolando. Dom Pedro II e a Reforma do Clero no Brasil”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 314, janeiro-março, 1977, p. 34.

²⁸⁴ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 54.

formados na Europa, seja seculares ou regulares, não importa. Concordo com os meus ministros que acham as ordens monásticas daqui irrecuperáveis”²⁸⁵.

Considerando que as ordens monásticas então estabelecidas no Brasil eram consideradas irrecuperáveis pelo próprio imperador, optou-se por incentivar o clero secular, em detrimento do regular, com o apoio do episcopado. Neste contexto, é elaborada a circular do Ministro da Justiça, José Tomás Nabuco de Araújo, de 16 de maio de 1855²⁸⁶, que proíbe a recepção de novos noviços. Daí surge um processo de extinção lenta e indireta das ordens religiosas no Brasil,²⁸⁷ orientada, entre outros motivos, pelo “esbanjamento dos bens dos conventos pelos frades e seus administradores”²⁸⁸. Segundo Edson Armando Silva a decisão do Ministro da Justiça estava baseada, entre outros aspectos,

no abuso do dinheiro, o gosto pelo luxo, hábitos finos, o contato com mulheres etc... Os abusos são a justificativa tanto das ações governamentais quanto das tentativas de reforma feitas pela hierarquia eclesiástica. Consolida-se uma imagem social de decadência²⁸⁹.

Era preciso efetivar uma reforma no clero que, segundo o então Ministro da Justiça Nabuco de Araújo, era, dada sua importância no contexto social, “essencial para o futuro do país”²⁹⁰. Neste sentido seria preciso criar bons seminários seculares, onde seriam formados novos sacerdotes capazes de implementar a “renovação do clero”²⁹¹. Riolando Azzi, diz que “este era o programa do imperador: melhorar o nível cultural e moral do clero através dos seminários. Neste ponto coincidia totalmente com os anseios dos bispos reformadores”²⁹². Só que eles desejavam uma reforma baseada nas diretrizes do Vaticano, enquanto o governo brasileiro desaprovava a interferência de Roma e postulava o controle da igreja renovada. Considerando a carência de recursos

²⁸⁵ Apud AZZI, Riolando. **Dom Pedro II e a Reforma...**, p. 42.

²⁸⁶ Veja o teor do documento: “Ministério dos Negócios da Justiça; Rio de Janeiro, 19 de maio de 1855. S. M. o Imperador há por bem cassar as licenças concedidas para a entrada de noviços nessa ordem religiosa até que seja resolvida a concordata que à Santa sé vai o Governo Imperial propor. Deus Guarde a V. P. Reverendíssima. a) José Tomás Nabuco de Araújo. Senhor Provincial dos Franciscanos da Corte”. (Na mesma conformidade aos das demais ordens religiosas do império). **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 98.

²⁸⁷ SILVA, Edson Armando. **Identidades Franciscanas no Brasil: A Província da Imaculada Conceição – Entre a Restauração e o Vaticano II**. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, p. 157.

²⁸⁸ AZZI, Riolando. “Dom Pedro II Perante os Institutos Religiosos do Brasil”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 316, julho-setembro, 1977, p. 149.

²⁸⁹ SILVA, Edson Armando. Op. cit., p. 157.

²⁹⁰ Apud AZZI, Riolando. **Dom Pedro II Perante...**, p. 128.

²⁹¹ AZZI, Riolando. **Dom Pedro II e a Reforma...**, p. 37.

²⁹² Ibid., p. 39.

financeiros, o governo pensava em utilizar os bens das antigas ordens religiosas então existentes no Brasil, para com eles formar o patrimônio destes estabelecimentos de formação sacerdotal²⁹³. Segundo Riolando Azzi:

Os seminários eram considerados o elemento básico para a formação de um novo clero. Não contando com suficientes recursos econômicos, o governo pensa em utilizar os bens das antigas ordens religiosas em decadência para a criação e dotação de seminários²⁹⁴.

Mas essa situação de controle exercido pelo imperador não agradava totalmente a igreja católica. Durante a gestão do papa Pio IX, de 1846-1878, ocorreu a instituição do ultramontanismo, através das disposições da Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*. O primeiro consistia

“numa tomada de posição contra a indiferença dos Estados para com a religião católica, atacada nos seus ‘direitos’ pela pregação do liberalismo. (...) Por sua vez o *Syllabus* arrolava entre os 80 erros do ‘nosso tempo’, o pensamento moderno no que tinha de laico e anti-clerical no sentido anti-católico”²⁹⁵.

Em suma, entre outros objetivos, o Vaticano, pretendia romper com as vinculações de domínio exercido pelos Estados, estendendo sua influência diretamente às dioceses de cada país. Desejava a centralizar em Roma o governo eclesiástico, bem como as definições sobre sua doutrina. Declarou o placet ilegal, opôs-se às igrejas nacionais e não reconheceu mais o benefício do padroado, além de declarar errônea a predominância do direito civil sobre o eclesiástico²⁹⁶. Estas novas disposições feriam os princípios do *padroado* e do *placet*, o que desagradou o imperador brasileiro. Em consequência, após o Concílio Vaticano I (1869-1871), do qual participaram sete dos onze bispos brasileiros²⁹⁷, a relação entre Igreja e Estado começou a mudar no Brasil: o ultramontanismo, também conhecido por romanização, paulatinamente, foi sendo implantado em diversas dioceses. Neste Concílio, o papa Pio IX conseguiu a declaração do Primado de Jurisdição, isto é, o Romano Pontífice passou a deter o direito primeiro e imediato sobre todas as igrejas católicas no mundo, e da

²⁹³ Ibid., p. 43.

²⁹⁴ AZZI, Riolando. *Dom Pedro II Perante...*, p. 126.

²⁹⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “A Questão Religiosa e os Protestantes no Rio Grande do Sul”. In: *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Editora Sinodal e Rotermond S.A., 1986, p. 92.

²⁹⁶ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 52.

²⁹⁷ Id.

Infalibilidade papal: o papa está livre de erro quando, *ex Cathedra*, define matéria de fé e moral²⁹⁸. Para Romano,

“a infalibilidade caracteriza-se, portanto, como um sinal de partida público (...). Trata-se de conseguir, contra o Estado liberal e contra os últimos resquícios de regalismo em alguns países, entre eles, o Brasil, a autonomia da instituição, como um todo”²⁹⁹.

Dom Pedro, apelando para os direitos que lhe foram suprimidos pela Sé Romana, não aprovou a encíclica papal revogante do *padroado* e *placet*, declarando-a sem validade para o Brasil, no que encontrou resistência de alguns bispos, entre os quais Dom Macedo Costa e Dom Vital Maria Gonçalves, respectivamente, bispos de Belém do Pará e de Olinda. Este embate abalou as relações entre a monarquia brasileira e o Vaticano, ficando conhecido como a “questão religiosa”³⁰⁰, na qual os bispos, por influência de Pio IX, tentavam “usar de sua autoridade espiritual para um maior enquadramento do clero dentro dos padrões romanos”³⁰¹.

É importante que se saliente que a “questão religiosa” extrapolava sua dimensão meramente religiosa, sinalizando para um direcionamento político-ideológico, envolvendo disputa pelo poder. O Governo Imperial tomou partido diante do ultramontanismo do pontificado de Pio IX para “evitar que houvesse por parte da Igreja Católica uma invasão nas atribuições do poder temporal, isto é, interessava ao Governo Imperial defender as prerrogativas do poder civil”³⁰². Segundo João Dornas Filho “ambos os poderes, conscientes dos seus direitos, viam sempre usurpação nas pretensões do outro, porque as suas delimitações eram precárias e elásticas demais para um perfeito entendimento”³⁰³. Além do mais, o governo acusava: “temos visto alguém sair do bispado sem licença do governo, expondo-se a perder a mitra, não por ignorar a lei, mas porque a não

²⁹⁸ BESEN, José Artulino. “Duas Formas de Catolicismo – O Processo de Romanização em Santa Catarina”. In: **Revista Encontros Teológicos**. Florianópolis, ano IX, n. 2, 1994, p. 52.

²⁹⁹ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 89, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 89.

³⁰⁰ Dom Vital determinou que as irmandades eliminassem seus membros que pertencessem a maçonaria. Depois lançou um interdito às confrarias e, com o apoio do papa através do breve *Quaquam dolores*, de 29 de maio de 1873, estendeu a interdição às ordens terceiras. Mas por ter publicado o breve *Quaquam dolores* no qual condenava a maçonaria, sem ser placitado pelo governo conforme determina a Constituição do Império, foi processado. **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 126ss.

³⁰¹ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 54.

³⁰² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A Questão Religiosa...**, p. 93.

³⁰³ DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d., p. 19.

reconhece talvez superior a si”³⁰⁴. Desta maneira, no zelo por seus interesses, o governo tratou de não possibilitar uma maior estruturação da igreja romanizada e não instituiu novas dioceses. Dessa forma:

Em 1854 o número de dioceses no Brasil, país considerado católico por excelência, era de doze permanecendo inalterado esse número, no império, que não criou nenhuma nova diocese. Comparando esse número com um país de tradicional minoria católica, como os Estados Unidos que, em 1889, contava com 84 bispados, pode-se concluir que nos quatro séculos de regalismo em que o Estado prevaleceu sobre a Igreja até a separação desta, houve deteriorização do espírito religioso³⁰⁵.

Havia a possibilidade, dado o conflito de interesses, ou do surgimento de uma Igreja Nacional, independente de Roma, caso se optasse por um cisma, ou da separação da Igreja do Estado, deixando o catolicismo de ser a religião oficial³⁰⁶. Entretanto, o imperador Dom Pedro II estava ciente de que “para a monarquia a afirmação da religião oficial estava ligada a seu próprio destino, pois era o catolicismo que afirmava o direito divino da realeza e o sustentava”.³⁰⁷ Além do mais deveria saber que Jean-Jacques Rousseau, ao publicar, em 1762, os princípios do direito político no chamado “Do Contrato Social”, negara os pretensos direitos superiores dos reis, dando forma à democracia, transferindo de Deus ao povo a origem do poder. Também estava ciente do quanto os ideais de Rousseau, cristalizados na Revolução Francesa, haviam “tumultuado” os poderes constituídos até então. Segundo Riolando Azzi, “a atitude do imperador não era contra a Igreja ou contra o clero, mas simplesmente uma posição de defesa dos direitos do Estado, que, segundo ele, os bispos haviam violado”³⁰⁸.

Dom Vital questionou a confessionalidade do Estado que se dizia católico, rotulando-o como protestante, ao afirmar que é “na essência da sociedade protestante, que admite como princípio, que toda a autoridade, seja religiosa, seja

³⁰⁴ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 53.

³⁰⁵ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. cit., p. 102.

³⁰⁶ Nem o governo nem os dirigentes da igreja católicas desejavam a separação. A igreja enfatizava a tese da “necessidade da harmonia entre Igreja e Estado, defendendo como instituição divina o regime de união dos dois poderes, contra a tese da separação”. Mas desejava independência: “Sem bens, sem riqueza e sem fortunas, sem ministros, sem altares e sem templos poderá existir a Igreja; sem independência não é possível”. A Igreja Católica também se posicionou contra o projeto que concedia “liberdade de cultos” no Brasil. **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., pp. 118-119 e 269-270.

³⁰⁷ BARROS, Roque Spencer M. de. “Vida Religiosa”. In: **História Geral da civilização Brasileira**. Tomo II, 4 volume, São Paulo: Difel, 1971, p. 325.

³⁰⁸ AZZI, Riolando. **Dom Pedro II e a Reforma...**, p. 44.

civil, deriva-se da coroa”³⁰⁹. Com o passar do tempo, as discordâncias ganhavam destaque entre a igreja e a maçonaria. Enquanto isto, os “católicos se solidarizaram, clérigos e leigos, contra as maquinações do governo”³¹⁰. A monarquia perdia prestígio enquanto se propagava, paulatinamente, a República como alternativa de regime político para o Brasil³¹¹. Segundo Barros:

Católicos ortodoxos, alguns até fanaticamente ultramontanos, havia no país; mas eram muito poucos, sem organização suficiente e sem a necessária iniciativa para provocar a abertura da questão. Nesse sentido Dom Vital e Dom Antônio de Macedo costa foram precisamente os catalisadores da minoria católica intransigente, permitindo que esta se organizasse e acabasse por desnudar a grande contradição entre o “país legal” e o “país real”, pondo a descoberto o enorme logro que era a Religião de Estado. (...). A questão religiosa foi apenas a expressão brasileira da oposição universal entre o liberalismo triunfante e o ultramontanismo conservador e intransigente³¹².

Enquanto o “país legal” se declarava católico, o “país real” movia-se à margem da fé romana, além do que não ser a grande maioria da população nacional católica, diz Barros³¹³. Nestas circunstâncias, “nem os imperadores, nem os homens cultos, nem o clero, nem o povo poder-se-iam definir como católicos, na acepção exata do termo, embora católicos se declarassem todos eles”³¹⁴.

Segundo Riolando Azzi, a característica fundamental da cristandade era o regime de íntima união entre Igreja e Estado, tendo por conseqüência a formação de uma sociedade sacral³¹⁵. Assim, a instituição eclesiástica era tida como uma espécie de departamento de Estado, sendo os padres funcionários eclesiásticos mantidos pelo Estado. A Sé Romana, por mediação do episcopado brasileiro, pretendia estabelecer no país “o modelo de Igreja-hierárquica ou Igreja sociedade perfeita, de inspiração tridentina, já introduzido em diversos países da Europa a partir do século XVI”³¹⁶.

³⁰⁹ BARROS, Roque Spencer M. de. “A Questão Religiosa”. In: **História Geral da civilização Brasileira**. Tomo II, 4 volume, São Paulo: Difel, 1971, pp. 348-349.

³¹⁰ KIEMEN, Mathias. “Igreja e Política na Regência”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 307, abril-junho, 1975, p. 79.

³¹¹ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A Questão Religiosa...**, p. 94.

³¹² BARROS, Roque Spencer M. de. **Vida Religiosa...**, p. 325.

³¹³ *Ibid.*, p. 320.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 324.

³¹⁵ AZZI, Riolando. **As Romarias de Juazeiro...**, p. 332. Cf. também SILVA, Edson Armando. *Op. cit.*, p. 169.

³¹⁶ AZZI, Riolando. **As Romarias de Juazeiro...**, p. 333.

Para João Dornas Filho, “o império foi sempre o algoz da igreja com a pretensão de protegê-la”³¹⁷. Condenando a ingerência do governo nos assuntos da igreja, Dom Macedo Costa, afirmou:

Notamos com mágoa a funesta tendência do governo de ingerir-se na economia da Igreja como se procurasse reduzi-la pouco a pouco à condição de um estabelecimento humano. A um mero ramo de administração civil. Parecem não ser mais os bispos do Brasil que funcionários públicos, sujeitos a Conselho de Estado (...) decide em última instância as questões mais graves do direito canônico e da administração eclesiástica, apenas dignando-se às vezes consultar os Prelados como meros informantes³¹⁸.

Com a perda dos estados pontifícios, em 1870, a igreja católica reagiu contra os princípios democráticos e contra a autonomia laica, impondo maior centralização e reafirmação da hierarquia. Segundo Kreutz,

O conceito de soberania era central nesse choque entre política católica e laica. (...) A igreja foi denunciada como instituição estrangeira, como Estado dentro do Estado, minando a soberania do poder laico que procurava a afirmação das nacionalidades, sem a interferência do poder religioso, ultramontano³¹⁹.

Nesta internacionalidade das ordens religiosas, por não depender do governo brasileiro, ao contrário dos seculares, tornou-se mais difícil controlar sua expansão, de acordo com os preceitos do Estado. Nesta acepção é interessante o depoimento de Kiemen:

Ordens religiosas internacionais, como as dos Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos, sempre foram consideradas, no Império, inimigos potenciais ou reais, simplesmente porque eram independentes financeiramente e não podiam ser controladas mediante o pagamento da cômputa. Além disso, a direção das Ordens vinha de fora do Estado, de uma ‘potência estrangeira’. A negação do direito de receber novíços constituiu sempre uma arma tática do Estado³²⁰.

Proclamada a República, a legislação emanada pelo governo provisório, e depois pela Constituição de 1891, separa a administração da Igreja da estrutura do Estado. Esta mudança possibilitou à Sé Romana centralizar, sob a tutela direta do Vaticano – ultramontanismo ou romanização –, a condução dos destinos da instituição eclesiástica, em detrimento do *padroado* e do *placet*. Segundo Romano, “inicia-se, a partir daí, oficialmente, a busca de todos os bispos no

³¹⁷ DORNAS FILHO, João. Op. cit., p. 19.

³¹⁸ BRUNNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974, p. 60.

³¹⁹ KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 26.

³²⁰ KIEMEN, Mathias. Op. cit., p. 80.

sentido de recuperar sua autoridade nas dioceses, a fim de tornar preponderante a Cúria Romana em relação ao todo da Igreja”³²¹.

É preciso ressaltar que a romanização integrou um processo de maior amplitude, ou seja, “a substituição do tradicional modelo eclesial de Cristandade, implantado no Brasil colonial e vigente ainda na época imperial, pelo modelo tridentino de Igreja hierárquica”³²², segundo Riolando Azzi. Caracterizando o catolicismo tradicional e o renovado, romanizado, o mesmo autor diz que:

entre as principais características do catolicismo tradicional podemos indicar as seguintes: é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar. O catolicismo renovado, por sua vez, apresenta as seguintes características: é romano, clerical, tridentino, individual e sacramental³²³.

As manifestações de religiosidade é o que se chama “catolicismo tradicional”, ou “popular”, ou ainda de “luso-brasileiro”, cujas “práticas estavam fortemente caracterizadas pelo seu aspecto festivo, pela inexistência das práticas sacramentais, pela falta de controle da Igreja e desconhecimento de princípios doutrinários”³²⁴.

3.2 O Processo Católico de Romanização e os Franciscanos

Na política de renovação do clero desencadeado pelo governo brasileiro, estava a instituição de seminários para a formação de padres moralmente dignos de imitação e mais cultos³²⁵. Como não dispunha suficientemente de clero nacional, o governo julgava que, sem a colaboração de clérigos estrangeiros, esta tarefa dificilmente poderia ser levada a termo. Por isso, aceitou a colaboração destes padres, enquanto era preparado o clero nacional³²⁶. O próprio Dom Pedro II escreveu em seu diário: “Não sou contrário à instrução religiosa e missão dos padres estrangeiros, sob a vigilante inspeção dos bispos e do governo, enquanto

³²¹ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 89, *apud* KREUTZ, Lúcio. Op. cit., p. 27.

³²² AZZI, Riolando. “As Romarias de Juazeiro: Catolicismo Luso-Brasileiro Versus Catolicismo Romanizado”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 51, fasc. 202, junho de 1991, p. 332.

³²³ AZZI, Riolando. O catolicismo popular no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 9 *apud* WERNET, Augustin. Op. cit., p. 17.

³²⁴ SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p. 131.

³²⁵ AZZI, Riolando. **Dom Pedro II e a Reforma...**, p. 34ss.

³²⁶ *Ibid.*, p. 40.

não se habilitam os padres nacionais”³²⁷. Desta forma, desde que não interferissem na orientação política do governo, o imperador mostrou-se favorável à presença de padres estrangeiros “seja para assumir a direção dos seminários, seja para colaborar nas paróquias, nas missões populares e na catequese dos indígenas”³²⁸.

Valendo-se desta política de abertura com relação ao clero estrangeiro, a Diocese de Münster, na Alemanha, enviou muitos clérigos, que se estabeleceram preponderantemente nas zonas de colonização alemã em Santa Catarina, a partir da metade do século XIX e início do século XX. Devido à significativa atuação desses padres, este processo ficou conhecido como “Missão de Münster” que, além dos padres, foi provedora de freiras e professores leigos para as áreas de colonização alemã catarinense. Padre Roer e Topp, entre outros, se incluem nesse processo.

Ao saber que o Vigário da Paróquia de Tubarão, padre Cipriano Buonocuore, iria retirar-se para a Itália, padre Topp escreveu ao Bispo do Rio de Janeiro, colocando-se à disposição para o serviço pastoral na paróquia vacante. A 13 de junho de 1891, é nomeado Vigário de Tubarão e Araranguá³²⁹.

Atraídos por novos convites do padre Topp, chegam mais sacerdotes: Carlos Schmees, Bernardo Freise, Frederico Tombrock, Humberto Ohters, José Sundrup e Antônio Tertilt³³⁰. Desta forma, grandes áreas povoadas pelos imigrantes alemães, e seus descendentes na grande Florianópolis, receberam assistência religiosa. O professor Adolfo Back, falando sobre o trabalho dos padres alemães, assim se refere:

Cumpram elogiar o zeloso e incansável trabalho dos padres alemães que, em verdadeiro trabalho de missionários, atendiam, com imensos sacrifícios, a colonização tão esparsa e de difícil acesso. Destes sacerdotes, ressaltamos principalmente os padres Roer, Auling, Eising e Topp³³¹.

Dadas as limitações físicas e humanas, aliadas à vasta extensão territorial, padre Topp estava impossibilitado, com sua pequena equipe de

³²⁷ Dom Pedro II, Diário de 1862. Petrópolis, 1956, p. 20 *apud* AZZI, Riolando. **Dom Pedro II e a Reforma...**, p. 42.

³²⁸ AZZI, Riolando. **Dom Pedro II e a Reforma...**, p. 44.

³²⁹ BESEN, José Artulino. **Monsenhor Francisco Xavier Topp – O Institucionalizador...**, p. 28.

³³⁰ LEIDINGER, Paul. Op. cit., p. 166.

³³¹ BACK, Adolfo. **História de Forquilha**. Criciúma: Editora da UNESC, 1995, p. 8.

missionários enviados pela Diocese de Münster, de viabilizar a assistência desejada à paróquia de Teresópolis. Concebendo a eficiência de uma organização pastoral que atendesse satisfatoriamente a todas as áreas carentes do ministério sacerdotal, tratou de encontrar uma forma de sanar as deficiências e limitações pastorais: a vinda, da Alemanha, de novos sacerdotes e religiosos.

Dadas as circunstâncias decorrentes do *padroado* e do *placet* – constituindo o Imperador na autoridade máxima do catolicismo no Brasil – as ordens religiosas eram vistas com reservas pelos liberais, portanto consideradas um entrave ao desenvolvimento e afirmação de um estado laico. Para controlar a interferência das ordens religiosas estrangeiras, às vezes concebidas como um Estado dentro do Estado, dadas suas implicações jurídicas/canônicas, que, se não impedia ao menos protelava o desenvolvimento de um Estado laico, o governo brasileiro adotou medidas legais nesse sentido. Devido à restritiva política imperial, as ordens religiosas estavam, paulatinamente, se extinguindo no Brasil, inclusive a franciscana. Para evitar o desaparecimento por completo da ordem franciscana no Brasil, várias tentativas foram efetuadas junto à Sé Romana para reverter a situação. Por isso:

nos últimos tempos da monarquia, os poucos padres que restavam no Convento da Bahia dirigiram-se, com insistentes pedidos, à Santa Sé, a fim de obterem religiosos de outros países e deste modo salvarem a Província de Santo Antônio do completo desaparecimento, ao qual estava condenada pela proibição, por parte do Governo Imperial, de receber noviços³³².

Preocupada com a situação brasileira, pela Sagrada Congregação da Propagação da Fé, ofereceu, por ocasião da realização do Capítulo Geral da Ordem Franciscana, realizada em Roma, à Ordem Franciscana a realização da “Missio vulgo de Bahia”³³³. Na ocasião, a Província Santa Cruz da Saxônia, da Alemanha, “que passava por um período de renascimento, apesar dos furores do *Kulturkampf* do Chanceler Bismarck”³³⁴, se declarou preparada³³⁵.

³³² “O Restaurador da Ordem no Brasil”. In: **Revista Vita Franciscana**, 6 Jahgang, Mai 1929, n. 2, p. 56.

³³³ GRIESENBRÖCK, Heribert. “P. Gregor Janknecht – Neubegründer der Franziskanermission in Brasilien”. In: **Neubegin der Franziskaner in Brasilien. Hrsg. von der Missionsverwaltung der Franziskaner**. Werl, Alemanha, 1992, p. 12.

³³⁴ STULZER, Aurélio. “Três Séculos de Vida Franciscana no Brasil”. In: **Revista Vida Franciscana**, Ano XIV, n. 21, junho de 1957, p. 40.

³³⁵ WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 137 e BAHLMANN, Amândio. “História da Missão Brasileira dos Frades Menores de São Francisco da Província da

Pouco mais de um mês após a Proclamação da República, em 18 de dezembro de 1889, o Ministro Geral da Ordem Franciscana assina um decreto entregando aos franciscanos da Província de Santa Cruz da Saxônia, a citada “Missão Brasileira”³³⁶.

Quando soube que a referida Província aceitara a missão no Brasil, padre Topp alegrou-se com a tácita possibilidade de que os missionários viessem para o sul. O clima ameno e a presença da colonização alemã em Santa Catarina lhes dariam certo apoio afetivo. Mas o padre alemão José Maria Jacobs, pároco de Blumenau, os queria lá, enquanto o padre Topp pensava em estabelecê-los na então vacante paróquia Santa Teresa d’Ávila, de Teresópolis³³⁷.

Na época, no Brasil, existiam duas províncias franciscanas, a de Santo Antônio no Nordeste, com sede em Salvador e a da Imaculada Conceição, com sede no Rio de Janeiro. Em meados do século XVIII, as duas províncias franciscanas do Brasil contavam com, cada uma, quase 500 frades. Mas o fechamento dos noviciados, decretado pelo marquês de Pombal, em 1764, e as disposições legais da circular do Ministro da Justiça, José Tomás Nabuco de Araújo, de 16 de maio de 1855, proibindo a recepção de novos noviços; fez com que as duas províncias quase se extinguissem. “Essa medida prendia-se a um pensamento muito divulgado e adotado pelo imperador de extinguir as casas do clero regular e concentrar todo o patrimônio das ordens nos seminários para a formação do clero secular”³³⁸. Além do fechamento dos noviciados, por temer os “princípios ultramontanos”³³⁹, existiram as inúmeras secularizações dos membros das ordens religiosas, cujos componentes respondiam aos estímulos emanados do

Santa Cruz da Saxônia”. In: **Vida Franciscana**, Ano LII, n. 48, julho de 1975, p. 6. Cf. também “O Restaurador da Ordem no Brasil”. In: **Revista Vita Franciscana**, 6 Jahrgang, Mai 1929, n. 2, p. 56.

³³⁶ Veja teor do decreto: “Missio Brasiliensis, vulgo da Bahia, concedita est per dilectae Recollectorum Provinciae Saxoniae Sanctae Crucis, quae suorum Religiosorum necessarium numerum illuc mittet, statim ac politicae conditiones Brasiliensis regionis id permiserit”. Fonte: BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, p. 6. Segundo Venâncio Willeke “a fundação da ‘missão baiana’ só se pode entender assim como frei Antônio e Dom Luís a pretenderam e a recomendaram ao prefeito da Propaganda. Como finalidade principal, intencionou-se a restauração da província de Santo Antônio, embora também a catequese indígena fosse incluída. Infelizmente essa finalidade principal, i. é, o restabelecimento da vida religiosa não pode ser citada no decreto da cúria geral, em atenção ao governo brasileiro tão alérgico à reforma das ordens. (...) Embora frei Antônio de São Camillo, há anos, tivesse procurado restaurar a sua província, nenhum documento da cúria geral dirigido à Saxônia menciona esta finalidade principal da missão franciscana neste país”. In: WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 138.

³³⁷ THEMANS, Humberto. **Viagem ao Brasil e Começo da Missão**. Coleção Centenário, n. 3, São Paulo: Província Franciscana, 1991, p. 31.

³³⁸ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., pp. 39 e 75.

³³⁹ KIEMEN, Mathias. Op. cit., p. 83.

governo³⁴⁰. Segundo Kiemen, “as secularizações se transformaram em um verdadeiro flagelo para os regulares. (...) A combinação era fatal: proibição de noviços por um lado, saídas da Ordem por outro”³⁴¹. Esta campanha anti-religiosa desencadeada pelo Império Brasileiro contribuiu para que a província de Santo Antônio chegasse à República com nove frades e a da Imaculada Conceição com apenas um³⁴².

Ainda é interessante observar as divergências existentes entre o clero secular e os das ordens religiosas denominadas regular. “Os bispos durante muitos anos se mantiveram contra as ordens religiosas”³⁴³, diz Kiemen, colocando que o governo valeu-se da manifestação de antipatia, quando argumentou pelo fechamento dos noviciados, em 1855, “após consulta aos bispos”³⁴⁴. Edson Armando Silva afirma que “mesmo entre bispos reformadores (...) vigorava a descrença na possibilidade de se recuperar as ordens religiosas tradicionais”³⁴⁵, o que os fez apoiar o projeto de “inteira secularização dos religiosos brasileiros”³⁴⁶.

Como consequência, as ordens religiosas foram, paulatinamente, se extinguindo “e era isto que o governo desejava”³⁴⁷, diz Bahlmann. Com isto as províncias franciscanas entraram em inevitável declínio numérico e moral. O assunto fez parte da pauta de diversas sessões do parlamento brasileiro. Em 1869, o deputado Pe. Joaquim Pinto de Campos, posicionando-se a favor das ordens religiosas, diz:

Nosso Governo não tem querido seguir este caminho reto, aliás o mais curto; (...) tem querido por meio de rodeios lentos e prolongados ir cansando e extenuando o inimigo, até que afinal este exale o último suspiro, e então possa dizer o Governo: “Agora, que já não resta um só frade, estes bens devem passar ao patrimônio do Estado”. Não acho leal este meio de exterminação; se o Governo considera inúteis, prejudiciais as ordens religiosas, use de toda franqueza; mas faça-o legalmente, procurando o concurso do chefe da Igreja, e não por seu próprio arbítrio, mandando fechar as portarias dos

³⁴⁰ AZZI, Riolando. **Dom Pedro II Perante...**, p. 131.

³⁴¹ KIEMEN, Mathias. Op. cit., pp. 81-82.

³⁴² WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 135.

³⁴³ Ibid., p. 89. Cf. também LACOMBE, Américo Jacobina. “As Ordens Religiosas no fim do Primeiro Reinado e na Regência”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 307, abril-junho, 1975, p. 133. Cf. ainda **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 39. Cf. também DORNAS FILHO, João. Op. cit., pp. 28-29.

³⁴⁴ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 39.

³⁴⁵ SILVA, Edson Armando. Op. cit. p. 159.

³⁴⁶ Id.

³⁴⁷ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, p. 52. Cf. também AZZI, Riolando. **Dom Pedro II Perante...**, p. 129.

conventos, com expressa proibição, em avisos reservados, para se não admitir quem queira se consagrar a Deus³⁴⁸.

Os padres responsáveis pela administração de ambas as províncias franciscanas no Brasil, respectivamente, frei Antônio de São Camillo de Lellis e frei João do Amor Divino Costa, estavam preocupados com o declínio numérico dos frades. Para sanar essa limitação, em 1871, procuraram interessar parlamentares, na intenção de serem aprovadas disposições legais que concedesse “a devida licença para admitir noviços”³⁴⁹ franciscanos, suspensa desde maio de 1855. Na argumentação para a admissão de noviços e evitar o “golpe mortal”³⁵⁰ ao clero regular, salientavam que a legislação então vigente impunha “a opressão do indivíduo, a violência às vocações, a proibição das associações, o cativo da palavra e a servidão da consciência”³⁵¹. O projeto, no entanto, não mereceu aprovação pelas autoridades e “a decadência prosseguiu a largos passos”³⁵² diante da “forma desarrazoada e cheia de ingratidão”³⁵³ com que o governo tratava as ordens religiosas. Abolida a escravidão em 1888, os franciscanos lembraram ao governo que continuava “a liberdade espiritual escravizada”³⁵⁴. O Império caminhava para seu fim junto com a Ordem Franciscana, o que não fez esmorecer a Camillo de Lellis, ao verificar, insatisfeito, que suas fileiras diminuía em vez de aumentarem.

Depois de muitos passos baldados junto ao generalato franciscano em Roma e vários provincializados europeus, conseguiu interessar o arcebispo-primaz da Bahia, Dom Luís Antônio dos Santos. O único modo de obter a anuência do governo para repovoar alguns conventos com religiosos estrangeiros seria o pretexto da catequese entre os índios. Como na zona sul-bahiana de Belmonte existissem numerosos silvícolas religiosamente abandonados, o prelado fez valer todo o seu prestígio para alcançar a autorização de convidar frades europeus. De fato, teve pleno sucesso. Através do cardeal Simeoni, prefeito da Propaganda Fide e presidente do capítulo geral da Ordem Franciscana, conseguiu Dom Luís animar os capitulares reunidos em outubro de 1889³⁵⁵.

³⁴⁸ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 75.

³⁴⁹ Ibid., p. 97.

³⁵⁰ DORNAS FILHO, João. Op. cit., p. 24.

³⁵¹ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 98.

³⁵² WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 136.

³⁵³ **O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889)**. Op. cit., p. 239.

³⁵⁴ WILLEKE, Venâncio. “Os Frades Perante a Decadência do Século XIX”. In: **Revista Vida Franciscana**, Ano LII, n. 49, dezembro de 1975, p. 122.

³⁵⁵ WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 137. Veja também WILLEKE, Venâncio. “A Restauração da Província de Santo Antônio”. In: **Revista Vida Franciscana**, Ano LV, n. 52, junho de 1978, p. 18.

Preocupada com a situação político-religiosa, a Sagrada Congregação da Propagação da Fé, estava à procura de formas adequadas para a nova estruturação da obra evangelizadora no Brasil. A solução encontrada foi convidar ordens religiosas para fundar missões/prelacias nas vastas extensões dos bispados brasileiros até então desprovidas de assistência religiosa³⁵⁶.

A pedido da Sé Romana a Província da Saxônia aceitou a missão. Esse fato fez com que se criasse entre os franciscanos uma imagem do Brasil como “terra de missão”. Neste sentido os franciscanos que para cá vieram podem ser considerados missionários, ainda que viessem com a “missão” de coadjuvar os bispos no atendimento paroquial ou mesmo destinados a prestar assistência religiosa aos imigrantes. Embora destituído de conotação jurídica por parte da Sé Romana, o simples fato de um religioso deixar sua pátria para vir trabalhar no Brasil já o transformava em missionário³⁵⁷.

Frei Amando Bahlmann foi um dos escolhidos para integrar o grupo pioneiro que instalaria a “Missio vulgo de Bahia”, sendo o seu coordenador. Para a preparação da viagem, se deslocou até a Bélgica para se aconselhar com o superior provincial da Companhia de Jesus³⁵⁸ que, por vários anos, fora missionário no Brasil e Superior dos Jesuítas alemães que trabalhavam no Rio Grande do Sul³⁵⁹. Ainda que o pretexto da missão fosse a catequese indígena, foi ponderado pelo jesuíta a não iniciar a missão pela Bahia, nem pelo Rio de Janeiro, então sedes das províncias franciscanas, mas por Santa Catarina. O clima ameno e a colonização alemã do sul do Brasil argumentou o jesuíta, lhes facilitariam o início, além de inseri-los gradativamente na realidade político-social do Brasil³⁶⁰.

³⁵⁶ AZZI, Riolando. “O significado das Prelacias na segunda evangelização do Brasil”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, ano LIII, setembro de 1992, pp. 627-645.

³⁵⁷ Com relação aos franciscanos não se tratava de missão no sentido estrito da palavra em sua conotação jurídica, embora muitos frades desejassem ser considerados como tais. Por considerarem-se missionários os franciscanos vindos da Saxônia enviados ao Brasil foram advertidos pela Cúria Geral da Ordem de que não poderiam valer-se desse termo em sua conotação jurídica. Eis o teor da advertência: “Mas vós não sois missionários propriamente ditos; não dependeis da S. C. da *Propaganda Fide*, nem a citada Congregação vos confiou alguma missão, nem nunca promulgou decreto pelo qual vos constituiu missionários”. Fonte: FRAGOSO, Hugo. “Uma contribuição para a história vocacional da Província Franciscana de Santo Antônio”. In: **A Vida Religiosa no Brasil – Enfoques Históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 160.

³⁵⁸ Trata-se do Padre Jacó Rathgeb.

³⁵⁹ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, p. 53.

³⁶⁰ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, pp. 52ss e **Fr. Amando Bahlmann – Pioneiro da Restauração**. Recife: Província Franciscana de Santo Antônio, Coleção Cadernos da Restauração, n. 5, S/d, p. 17.

Convém aqui comentar sobre a solicitação da Sagrada Congregação da Propagação da Fé, para que os franciscanos se instalassem no Brasil. Entre outros objetivos, constava como finalidade enquadrar o tradicional catolicismo luso-brasileiro em um modelo eclesial tridentino, com seu enfoque ultramontano, visando consolidar e dilatá-lo, através de “operários idôneos”. Tudo indica que nem o governo, nem os bispos, nem a Sé Romana, nem a Província da Saxônia acreditavam na hipótese da recuperabilidade das tradicionais ordens religiosas instaladas no Brasil. Por isso todos apostavam num “reinício” através da implementação de um novo modelo³⁶¹ pastoral. Riolando Azzi afirma que “o projeto visava reformar o caráter devocional e leigo da crença popular, mediante a ênfase no aspecto sacramental e no poder clerical. Era também sua meta colocar a Igreja do Brasil sob a estrita dependência da Santa Sé”³⁶².

Imbuídos desse espírito romanizado que enfatizava o aspecto sacramental e o poder clerical da Sé Romana, com o envio de ordens religiosas para o Brasil, pretendia, entre outros aspectos, possibilitar a consolidação da fé católica culminando no fortalecimento do centralismo romano através do modelo tridentino e ultramontano.

A instabilidade política e jurídica do Brasil fez com que os franciscanos alemães se precavessem. Como a República recém havia sido proclamada, era preciso esperar pelas disposições religiosas da nova legislação. Na falta de uma Constituição e de um governo definitivo, estabeleceu-se um governo provisório que governou por decretos-leis. Nesse ínterim, os franciscanos foram solicitar ao enviado extraordinário e ministro plenipotenciário brasileiro junto à corte imperial da Alemanha, Marcos Antônio de Araújo e Abreu – Barão de Itajubá, sediado em Berlim, recomendações “para encontrar em todo o lugar (do Brasil) aceitação benévola”³⁶³.

Superadas as dificuldades iniciais em função da recém-proclamada República do Brasil, o governo provisório, através do Decreto Federal de n. 119-A, de 07 de janeiro de 1890, extingue o padroado “com todas as suas instituições,

³⁶¹ SILVA, Edson Armando. Op. cit., pp. 161-164.

³⁶² AZZI, Riolando. **O significado das Prelazias...**, p. 627.

³⁶³ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, p. 56. Cf. também TETTEROO, Samuel. **A Ordem dos Frades Menores no Brasil. Resumo Histórico-Cronológico 1500 – 1924**. São João Del’Rei: Tipografia Ação Social, 1924, p. 56.

recursos e prerrogativas”³⁶⁴ e estabelece a liberdade de cultos no Brasil. Dispõem em seu artigo 3º: “A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos e seus atos individuais, mas também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público”³⁶⁵. Na prática, significava também a revogação da circular de 19 de maio de 1855 do Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, que proibia a entrada de noviços nas ordens religiosas.

A Constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a legislação dela decorrente, instauraram uma nova ordem jurídica. Com ela, a religião católica deixa de ser a oficial; o casamento é civil; o ensino público, leigo³⁶⁶. Garante o direito de reunião e liberdade de pensamento, dentre outros direitos fundamentais. A nova ordem constitucional facultava a vinda de missionários estrangeiros, a liberdade às ordens religiosas, a recepção de noviços e a fundação de novos conventos. Esta realidade oportunizou o início da missão franciscana no Brasil³⁶⁷.

Antes de viajar para o Brasil, Frei Amando – um dos pioneiros – recebeu as letras obedienciais do Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores, documento datado de 10 de abril de 1891. Nele é apresentado Frei Amando Bahlmann e Frei Xisto Meiwes aos Arcebispos e Bispos do Brasil, expondo-lhes que estavam vindo em missão com o objetivo de fundar novos conventos, trabalhar na salvação das almas e, depois, se tudo corresse bem, exercer missões entre os infiéis³⁶⁸.

O padre Provincial da Saxônia, Frei Gregório Janknecht redigira carta comentatória aos prelados do Brasil³⁶⁹ e a entregara a Frei Amando Bahlmann, constituindo-o prefeito e presidente da missão. Ela, entre outros aspectos ressalta:

³⁶⁴ In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 10, Art. 4º.

³⁶⁵ Ibid., p. 10.

³⁶⁶ Conforme a “Declaração dos Direitos” da Constituição de 1891, Art. 72, parágrafos 3º, 4º e 6º, respectivamente. In: **Constituições Brasileiras...**, pp. 517-518.

³⁶⁷ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, p. 55.

³⁶⁸ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, p. 8.

(...) ordeno-te a ti (Frei Amando Bahlmann), em cuja capacidade, erudição, zelo e graça, plena confiança deposito in Domina, ordeno-te e mando-te, no mérito da salutar obediência que, cessado algum impedimento legítimo, juntamente com (...) Frei Xisto Meiwes e dois irmãos (Frei Maurício Schmalor e Frei Humberto Themans), os quais a ti deverão obedecer, como prefeito e presidente da missão, ordeno-te que te dirijas ao Brasil e te presentes aos reverendíssimos bispos e com sua aprovação escolhas local condizente para a fundação dum convento de nossa Ordem (OFM – Ordem dos Frades Menores), onde haverás de acudir às necessidades dos fiéis e infiéis, e com a ajuda de Deus melhor e mais eficazmente possais valer.³⁷⁰

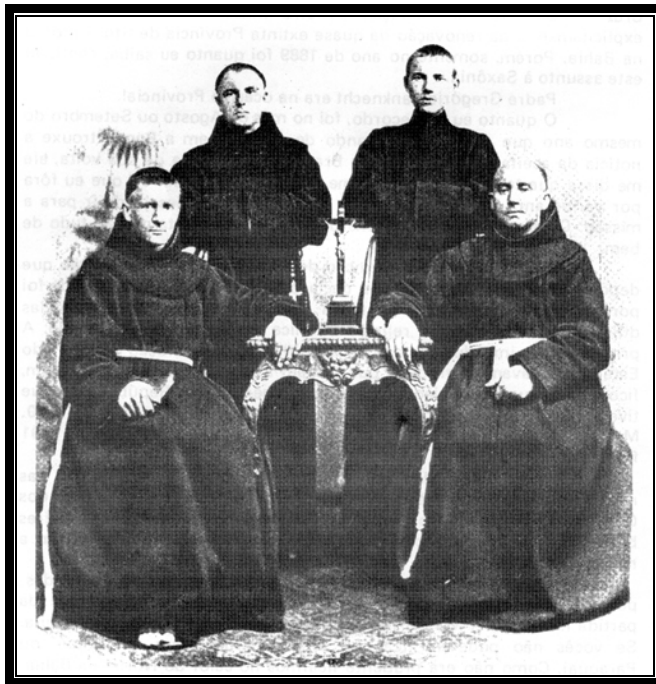


Figura 10 – Os missionários alemães: Frei Humberto, Frei Maurício, Frei Amando e Frei Xisto. Fotografia do início da década de 1890. Acervo do Autor.

Os quatro missionários partiram de Bremen no dia 23 de maio de 1891 a bordo do vapor *Graf Bismarck* e no dia 24 de junho de 1891, depois de terem passado por Salvador avisando a Frei Camillo Lellis quanto ao plano de aclimação no sul, aportaram na capital, Rio de Janeiro. Lá, foram recebidos pelo padre alemão José. Como o bispado estava vago, apresentaram as letras obedienciais dos superiores alemães ao reverendo Vigário Capitular, Monsenhor João Pires de Amorim³⁷¹. Dele solicitaram diversas faculdades religiosas, a fim de bem executar os propósitos da missão no sul do Brasil. Impossibilitados de definir

³⁶⁹ Especialmente para Dom Antônio Macedo Costa, nomeado Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, e líder do Episcopado Brasileiro. Ele seguramente era a pessoa que melhor poderia defender os interesses da missão, caso fosse necessário, junto ao governo. Ao chegar os franciscanos, Dom Antônio já havia falecido.

³⁷⁰ BAHLMANN, Amando. *História da Missão...*, pp. 8-9.

³⁷¹ BAHLMANN, Amando. *História da Missão...*, p. 14 e BAHLMANN, Amando. *Memórias...*, p. 59.

no Rio de Janeiro, foram aconselhados a ouvir o padre Topp, em Desterro, e com ele deliberar sobre o local de atuação.

Deferidas as faculdades pleiteadas, solicitaram também ao encarregado dos trabalhos da Sé Apostólica no Brasil, Monsenhor Domingos Gualtieri, outras adicionais, capazes de legalizar e solidificar a missão, de acordo com as prescrições da Internunciatura Apostólica no Brasil, o que lhes foi concedido sem hesitações. Legalmente constituídos e habilitados, seguiram viagem marítima a bordo do Lloyd *Satélite*, chegando em Desterro³⁷² no dia 04 de julho de 1891. Após alguns contratempos, aliado ao cortante vento sul que impedia decisivamente o atracamento do navio, o capitão-mor determinou o desembarque através de um bote na Praia de Fora, nas proximidades do porto. Nestas circunstâncias, o senhor Augusto Brüggemann que, atendendo à solicitação do padre Topp, foi recepcioná-los no porto, não os encontrou. Acharam hospedagem com o Vigário de Desterro, cônego Joaquim Elói de Medeiros, mas, devido às suas atividades pastorais, previamente agendadas, deixou-os sozinhos, sob a tutela de algumas senhoras. O impacto proporcionado pela língua e costumes estranhos, aliado à debilidade da viagem, fez com que Frei Xisto adoecesse e ficasse acamado. Dias depois chega padre Topp e, segundo Frei Amando, “combinamos o futuro”³⁷³. Padre Topp os recebeu com satisfação e deferência, oferecendo-lhes a administração da Paróquia de Teresópolis³⁷⁴, de onde fora pároco e que estava vaga por falta de sacerdotes, a qual foi prontamente aceita. O padre Jacobs, vigário de Blumenau, ex-redentorista e alemão, também os requisitara para assumir a paróquia e o colégio daquela cidade³⁷⁵.

No dia 10 de julho de 1891, os missionários dirigiram-se para Teresópolis para dar início à missão, “reiniciando” a vida franciscana no Brasil através de um novo modelo pastoral. Seria a última etapa da viagem. Já no continente, foram transportados até a Vila de Palhoça. Lá, um imigrante alemão de Capivari,

³⁷² THEMANS, Humberto. Op. cit., pp. 25-7.

³⁷³ BAHLMANN, Amando. *Memórias...*, p. 63.

³⁷⁴ LEIDINGER, Paul. Op. cit., pp. 139ss.

³⁷⁵ Padre José Maria Jacobs nasceu a 16 de maio de 1832 em Düren, na Alemanha. Em 1876, chegou ao Rio de Janeiro, onde o acolheu o Bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, que o nomeou primeiro pároco da Colônia Blumenau. Já em 1877 o Padre Jacobs fundava uma escola paroquial, hoje, Colégio Santo Antônio. Paróquia e Colégio foram assumidos pelos Franciscanos em 1892. Muito doente, quis o Padre Jacobs regressar à Alemanha, vindo a falecer na viagem, ainda no Rio de Janeiro, no dia 1º de agosto de 1892. Mais detalhes cf. BOHN, Antônio Francisco. *Padre José Maria Jacobs e o Catolicismo em Blumenau*. Blumenau: Três de Maio, 2001.

localidade da Colônia Teresópolis, providenciou cavalos para a viagem colocando-se à disposição para guiá-los até a sede paroquial³⁷⁶. Acomodados em seus animais, o cortejo pôs-se em movimento. Depois de duas a três horas de cavalgadas chegaram a Santo Amaro do Cubatão, um pequeno povoado entre Desterro e Teresópolis, habitado por açorianos e seus descendentes e por imigrantes alemães migrados principalmente das Colônias Teresópolis e Santa Isabel. Em Santo Amaro, foram recebidos pelo pároco Arcângelo Ganarini. Águas Mornas já ficava para trás enquanto Vargem Grande³⁷⁷, paulatinamente, se aproximava. Diz o cronista Frei Humberto:

Era pouco mais de 19h, do dia 10 de julho de 1891, numa sexta-feira. Foi o dia em que nossa missão em Teresópolis, estado de Santa Catarina, teve o seu início. Em um escondido rincão, neste Brasil imenso, está o berço de nossa evangelização. Esperamos, com animação, que a bênção de Deus paire sobre um começo tão modesto, inicialmente não sem sacrifícios³⁷⁸.

Foi em Teresópolis, em função da “amenidade do clima e da colonização alemã”, que se deu a efetiva instalação da “Missio vulgo de Bahia” com a dupla função de restaurar a vida franciscana e “reeuropizar”³⁷⁹ a igreja do Brasil, dando seqüência ao processo romanizador idealizado pela Sé Romana. Teresópolis estava geograficamente bastante isolada das antigas sedes das províncias, facilitando quer se evitasse a “contaminação”³⁸⁰ do novo modelo pastoral, pelos frades das duas remanescentes províncias franciscanas. Em Teresópolis, os franciscanos estavam livres para desencadear o processo de restauração, nos moldes tridentinos, da vida franciscana no Brasil.

Frei Humberto, um dos missionários, descreve o ordenamento do espaço geofísico encontrado em Teresópolis quando da instalação da missão:

³⁷⁶ THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 32.

³⁷⁷ Vargem Grande foi fundada às margens do Rio Cubatão, acima de Caldas do Norte (Águas Mornas), em 1836, por 11 famílias germânicas, num total de 44 pessoas, dissidentes da Colônia São Pedro de Alcântara. PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. “Memória Histórica sobre a Colônia São Pedro de Alcântara”. In: **Os Alemães no Estado de Paraná e Santa Catarina**, p. 197ss. Veja também SCHADEN, Francisco. “Notas sobre a Colônia Vargem Grande”. In: **Revista Atualidades**, Florianópolis, números 6, 7, 8, 9, 10/11 e 12 de 1947.

³⁷⁸ THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 35.

³⁷⁹ DE BONI, Luís Alberto. “O Catolicismo da Imigração: Do Triunfo à Crise”. In: LANDO, Aldair Marli (Org.).

RS: Imigração & Colonização. Série Documenta 4, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 244ss.

³⁸⁰ SILVA, Edson Armando. Op. cit., p. 161.

Somente 11 casas entre as quais o edifício do governo, o mais imponente, as duas igrejas, a católica e a protestante, encontravam-se no centro da cidade.

No vale de apenas um quilômetro quadrado, eleva-se, no centro, uma pequena colina na qual se encontra a Igreja Católica e a casa do vigário. A igreja é simples mas bastante grande para os poucos moradores da Colônia. (...). Ao terceiro dia de nossa chegada, num domingo, o Pe. Topp fez um belo discurso aos colonos, que compareceram em grande número, pois a notícia de nossa chegada se espalhou rapidamente. Ele comunicou a eles que nós tínhamos vindo como missionários e queríamos ficar em Teresópolis. Depois ele contou do Pai São Francisco, explicou-lhes a finalidade da Ordem e disse que vivíamos de esmolas e pediu, ao final, aos colonos que nos ajudassem com esmolas e mantimentos. Depois dele falou Frei Amando. Tínhamos, pois, sido introduzidos em Teresópolis e tínhamos, pois, graças a Deus, provisoriamente onde morar. Confiantes, pois, no auxílio e proteção de Deus, com coragem iniciamos a nossa atividade. Nós estávamos alegres e olhávamos para o futuro com esperança³⁸¹.

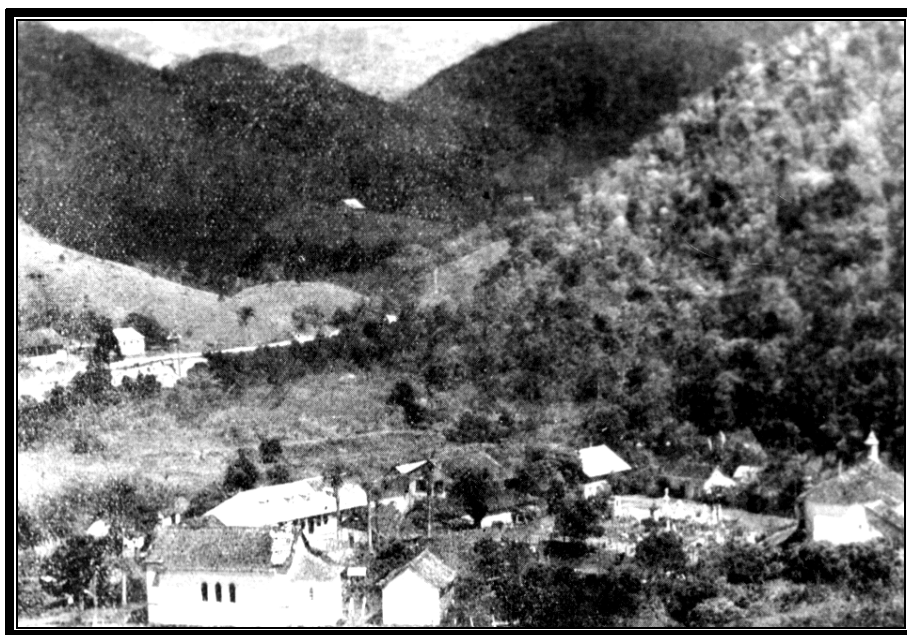


Figura 11 – Vista parcial de Teresópolis. Fotografia do final da década de 1880. Acervo do Autor.

Frei Amando Bahlmann fala a respeito de Teresópolis:

Depois de algum tempo deixei o Pe. Xisto com os dois Irmãos na Casa Paroquial e na administração da matriz e fui visitar as capelas das colônias e dos povoados ao redor. O povo lá é bom; em alguns lugares, todas as vezes que o Padre ia lá, todos também recebiam os Sacramentos. Todos gozávamos de boa saúde e o povo, de boa vontade, concorria para o nosso sustento. Pudemos dar boas informações e notícias ao Pe. Provincial, na Alemanha³⁸².

Salientes marcas de sua religiosidade são percebidas nas edificações das inúmeras capelas e na vida comunitária em torno delas. Segundo Schaden:

³⁸¹ THEMANS, Humberto. Op. cit., pp. 36-7.

³⁸² BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, pp. 63-4.

Era natural que entre os imigrantes (...) houvesse famílias profundamente religiosas. Compreende-se, por isso, que, sentindo na mata virgem a falta do regular culto religioso a que estavam acostumados na pátria os moradores se juntassem, nas várias linhas, construindo à sua custa casa de oração, onde pudessem realizar as suas reuniões de culto. Deu-se isso no Rio Novo, Rio Salto e Alto Capivari, atual vila de São Bonifácio, e naturalmente na sede, Teresópolis³⁸³.

As capelas se tornaram pontos de referência, ao redor da qual passou a girar não só a vida religiosa, mas também a ordem social. Esta ordem é resultante da atividade humana e ela só existe na medida em que esta continua a produzi-la³⁸⁴. Ao redor da capela as pessoas se encontravam todos os domingos; era o espaço da sociabilidade. Os padres, por sua vez, vitalizavam o imaginário dos imigrantes, tornando-se intercessores/mediadores de suas súplicas junto a Deus. Sobre a importância do papel da socialização exercido pelas manifestações festivas proporcionadas pela religião, Olívio Manfroi diz:

A expressão religiosa, em suas manifestações cotidianas e festivas, era o sinal mais significativo do universo cultural dos imigrantes (...). Era a referência primeira e indispensável de filiação ao grupo. (...). Foi através da religião católica que o imigrante (...) se encontrou consigo mesmo e com os outros³⁸⁵.

Marcos Tramontini aborda a organização dos imigrantes como desdobramento de um duplo processo de adaptação que devem ser pensados como articulados: um interno e outro externo. O primeiro visa a busca de identificação ou estruturação do grupo; o segundo objetiva uma identificação frente a uma sociedade e natureza desconhecidas e estranhas. E complementa: “As dificuldades, os conflitos e a necessidade de superar problemas e adversidades (internas e externas) estariam na base da identificação e organização do grupo”³⁸⁶. Neste processo, a construção de relações sociais em torno da religião e seus aparatos torna-se significativa, juntamente com a atuação da família, enquanto normatizadora de comportamentos. Diégues Júnior, sobre o papel da religião nesse processo, afirma: “coube ao catolicismo (...) a tarefa (...)

³⁸³ SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p. 19.

³⁸⁴ BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 76.

³⁸⁵ MANFROI, Olívio. “Emigração e identidade cultural – A colonização italiana no Rio Grande do Sul”. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, 2(1):227-274, 1975, p. 258 *apud* DE BONI, Luís Alberto. **O Catolicismo...**, p. 235.

³⁸⁶ TRAMONTINI, Marcos Justo. “Diferença com o isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos de colonização”. In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, vol. XXVI, n. 1, julho de 2000, p. 237.

de disciplinar as relações sociais e a própria formação moral da sociedade que então se constituía”³⁸⁷.

Neste ambiente, a religião configurava-se num sistema de referência e, desta forma, atuava no processo de construção de uma identidade, que serviria de suporte para dar significado à vida cotidiana. “Deus esteve sempre presente na vida cotidiana do imigrante”³⁸⁸, escreve Hilda Flores. Segunda ela,

inúmeras canções cristãs – de Natal, a Nossa Senhora, ao Santíssimo Sacramento, aos santos – trazidas ou adotadas e cultivadas aqui faziam parte do dia a dia. Uma série de interjeições ou mesmo imprecações de fundo religioso marcavam momentos de vivências significativas, algumas se conservando até nossos dias: “O mein Gott” (Ó meu Deus!); “Jessus Gott!” (Jesus Deus!)...³⁸⁹

Nesse clima de forte religiosidade decorre a importância que adquiriu a construção de uma capela em cada linha colonial. Ali se freqüentava a missa dominical que, em virtude da grande extensão da paróquia, só se realizava umas quatro vezes por ano³⁹⁰. Mas, na ausência do padre foi instalado, “o culto leigo para o qual todos se reuniam aos domingos e dias santificados”³⁹¹. Nestas ocasiões, “além das orações correspondentes à missa, liam-se, nas reuniões de culto religioso, a epístola, o evangelho e a explicação destes textos sagrados”³⁹². Para os cantos sacros, faziam uso de um manual da diocese de Münster e, posteriormente, da diocese de Tréveris e o executavam em latim ou em alemão, pois, “salvo raras exceções, os imigrantes que se estabeleceram em São Bonifácio, sabiam ler e escrever”³⁹³. Schaden conclui que, “ainda que a pronúncia latina não fosse impecável, o efeito produzido na assistência era de verdadeira edificação espiritual”³⁹⁴. Desta forma, o mundo religioso socialmente construído se interiorizava na consciência individual dos fiéis. Em Löffelscheidt também se realizava o culto leigo, presidido por “recitadores de orações”, que “não se cansavam em recitar as orações e ler os textos de edificação religiosa, principalmente na sexta-feira santa e por ocasião de algum enterro”³⁹⁵. Ainda em

³⁸⁷ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 176.

³⁸⁸ FLORES Hilda Agnes Hübner. **Canção dos Imigrantes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1983, p. 165.

³⁸⁹ Ibid., p. 165.

³⁹⁰ SCHADEN, Francisco. **Notas sobre a localidade de São Bonifácio**. Florianópolis: s/ed, 1940, p. 18.

³⁹¹ Ibid., p. 17.

³⁹² Id.

³⁹³ Ibid., p. 23.

³⁹⁴ Ibid., p. 21.

³⁹⁵ SCHADEN, Francisco. **Notas para a história...**, p. 22.

Löffelscheidt, na sexta-feira santa “as famílias se dirigem à cruz diante da capela, onde rezam, em silêncio, o terço pelas almas dos parentes falecidos”³⁹⁶. Os “recitadores de orações”, através de sua atuação na condução do culto leigo, representam a ordem institucional. “Os atores corporificam papéis e efetivam o drama, ao representá-lo (...). Nem o drama nem a instituição existem empiricamente separadas desta realização repetida”³⁹⁷. No entender de Berger: “Dizer, por conseguinte, que os papéis representam as instituições é dizer que os papéis tornam possível a existência das instituições continuamente, como presença real na experiência de indivíduos vivos”³⁹⁸.

Muitas vezes, ao redor da capela surgiu a “venda”, o salão de festas, o cemitério e, às vezes, também a escola. A religião exercia uma ação contínua na formação de consciência, além de manter uma vigorosa obra de agregação comunitária, produzindo profundos reflexos na vida social dos imigrantes, cuja consciência era socialmente determinada. O controle da moral e da fé dá-se nesse ambiente de saliente religiosidade. “Esta funciona como uma vitrina do comportamento social, pois nela as pessoas podiam ver e ser vistas. A partir delas os sacerdotes ditavam as normas de conduta e a sociedade se auto-regulava, criticando e se distanciando do diferente”³⁹⁹. Muitas vezes o diferente era representado pela religião luterana; em Rio Novo, em 1891/1892, os poucos luteranos que lá residiam construíram uma escola que servia também para a realização do culto. Mas “os católicos não gostaram do espírito confessional da escola e posicionaram-se contra ela, determinando o seu fechamento”⁴⁰⁰. Sobre o episódio o Pastor Zluhan, de Santa Isabel escreveu: “A minha impressão é que os padres católicos (franciscanos) são os culpados. Em Teresópolis, naquela época, residiam 4 padres e sempre vinham mais pois pretendem construir um convento”⁴⁰¹. Em Santa Isabel a confessionalidade dos imigrantes causava alguns atritos. Os padres católicos proibiram que seus membros enviassem seus filhos

³⁹⁶ Ibid., p. 29.

³⁹⁷ BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 104.

³⁹⁸ Id.

³⁹⁹ BENEDUZI, Luís Fernando. “Nem Jerusalém nem Sodoma: A vivência da religião nas comunidades italianas da serra gaúcha nos inícios do século XX”. In: SULIANI, Antônio. *Etnias & Carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 687.

⁴⁰⁰ ZLUHAN, Christian. Jahresbericht der Erziehungsanstalt in St. Isabella, Provinz St. Katharina, Brasilien, de março de 1891 a março de 1893. Basileia: Druckerei “Allgemeinen Schweizer Zeitung”, 1893, p. 6.

⁴⁰¹ Ibid., p. 6.

para o Instituto Educacional fundado e mantido pelos luteranos. “E muitos seguiram esta recomendação”, escreveu o pastor Zluhan⁴⁰².

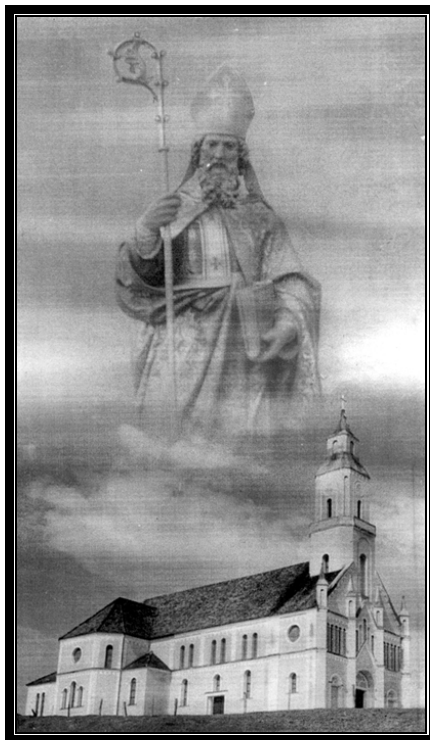


Figura 12 – Igreja de São Bonifácio, com destaque a seu homônimo padroeiro. Fotografia da década de 1960. Acervo do Museu Francisco Schaden, São Bonifácio.

As festas do padroeiro, cuja imagem muitas vezes encomendavam na Europa, tinham um forte poder arregimentador da comunidade. Nas procissões que se realizava nestas ocasiões, o padroeiro era carregado triunfalmente pelas ruas da localidade, levando atrás de sua imagem uma multidão de fiéis cantando louvores a Deus. Nesse momento, a Igreja mais uma vez reforçava seu poder disciplinador sobre a comunidade, destacando a força e o poder divino sobre o humano.

Teresópolis, segundo Frei Amando: “é uma vila com uma boa igreja. Os católicos não são muito numerosos, mas quatorze povoados pertencem a esta Paróquia”⁴⁰³. O caráter romanizado dos franciscanos com ênfase na ação sacramental reforçava o papel do padre como principal agente dessa mediação salvífica. Frei Amando escreve:

⁴⁰² Ibid., p.12.

Em Santa Catarina há muitos elementos alemães. E esta boa gente trouxe bons costumes da sua terra natal, sobretudo o costume de trabalhar honestamente e com aplicação. Por causa disto os colonos alemães, quase sem exceção, têm boas casas, grandes plantações, famílias numerosas e são católicos praticantes, que ao menos nas maiores festas do ano recebem os sacramentos. Muitos brasileiros têm aproveitado este bom exemplo e estão imitando esta vida, que todos consideram recomendável⁴⁰⁴.

Frei Amando visita as colônias circunvizinhas pregando missões, catequizando, doutrinando e administrando os sacramentos a povoações retiradas de Teresópolis – gênero de trabalho religioso considerado eficiente naqueles tempos de colonização, pois atingiam a comunidade inteira. Nestas ocasiões, de uma forma simples, os padres procuravam transmitir a essência da salvação em exercícios espirituais, desenvolvidos por aproximadamente uma semana em cada comunidade. Suas pregações estavam baseadas no binômio: pecado e salvação. Argumentavam sobre a natureza pecadora do homem, a redenção trazida por Jesus Cristo e as conseqüências de aceitar ou não essa salvação. Assim, fazendo a teatralização do poder de Deus “anunciavam que após a morte viria o juízo final e, de acordo com as atitudes terrenas, se receberia o inferno ou o paraíso; isso o fiel deveria decidir, mudando a vida ou mantendo seus hábitos imorais”⁴⁰⁵.

Apesar da oferta do padre Jacobs, de assumirem o colégio e a paróquia de Blumenau, frei Amando, idealiza a instalação de um colégio⁴⁰⁶ na região.

A paróquia de Teresópolis foi entregue oficialmente aos franciscanos, por provisão de Dom José Pereira da Silva Barros, Bispo do Rio de Janeiro, que tinha jurisdição eclesiástica sobre a província de Santa Catarina, em 12 de novembro de 1891⁴⁰⁷. A provisão referida subordina as Colônias adjacentes – Santa Isabel, Angelina⁴⁰⁸, Colônia Militar Santa Teresa⁴⁰⁹ e Vargem Grande – ao Cura da Ordem Franciscana com sede em Teresópolis⁴¹⁰.

⁴⁰³ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, p. 63.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 64.

⁴⁰⁵ BENEDUZI, Luís Fernando. Op. cit., p. 689.

⁴⁰⁶ THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 37.

⁴⁰⁷ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, pp. 21-2.

⁴⁰⁸ A Colônia Angelina foi fundada por ato de 10 de dezembro de 1860 visando a um melhor aproveitamento de braço “nacional” tendo em vista o excesso de população sem terras “que vivem em ermas paragens, ou de favor alheio (...) nesta Província, em busca de terras de lavoura”. *Jornal O Argos*, Desterro, n. 576, de 21 de abril de 1860, p. 3.

⁴⁰⁹ A Colônia Militar Santa Teresa foi criada pelo Decreto n. 1.266, de 8 de novembro de 1853, e instalada em princípios de 1854, por 19 praças e suas respectivas famílias seu Diretor foi Major Afonso de Albuquerque e Mello. Em contava com 117 pessoas, sendo 46 praças, mais 71 pessoas de suas famílias, dos quais 20 eram

Em 1891, os franciscanos recém chegados em Teresópolis, assim escrevem em sua Crônica:

Domingos e dias santos havia movimento em nossa vida pacata. Antes e depois das cerimônias vinham as boas pessoas, quase todas em nossa casa, para nos cumprimentar e saber como tínhamos passado. Os colonos que moravam na vizinhança pareciam ser muito bons, sobretudo, destacaram-se os de Vargem Grande, quanto ao zelo no ofício divino e na recepção dos sacramentos. Mesmo com tempo ruim, poucos faltavam à missa...⁴¹¹

A vastidão territorial da paróquia dificultava visitas regulares a cada capela; assim, a sede paroquial tornou-se referência religiosa para os imigrantes que “iam muitas vezes em grande número à igreja de Teresópolis, sobretudo por ocasião das grandes festas da Igreja”⁴¹².

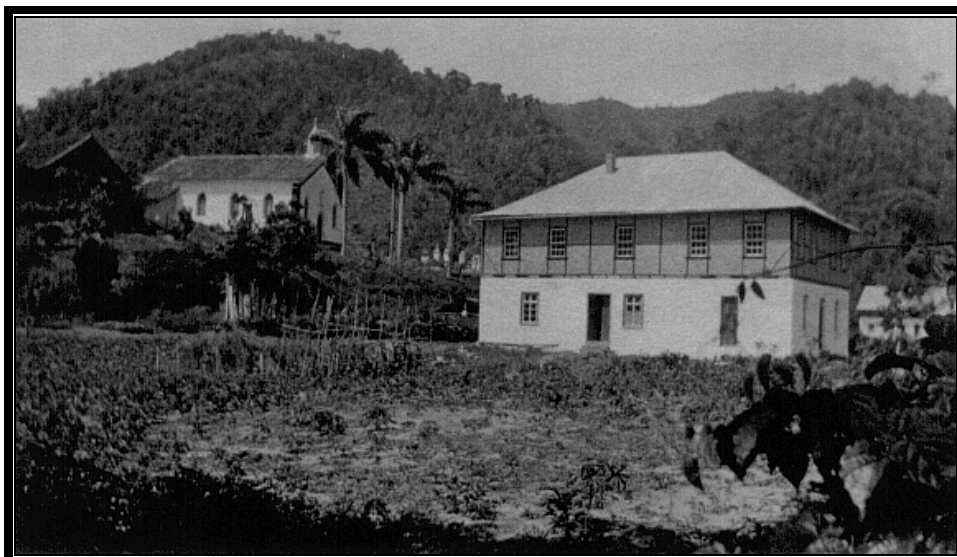


Figura 13 – Vista de Teresópolis. Fotografia da década de 1920. Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.

Ao chegarem em Teresópolis, os franciscanos fizeram um longo retiro espiritual. Nas semanas seguintes, enquanto os irmãos arrumam o pequeno convento, a horta e o galinheiro, Frei Amando visita as mais longínquas localidades da região. Ao se deparar com a deficitária estrutura educacional proporcionada pelo Estado, emerge o desejo e a conveniência da instalação de

homens e 51 eram mulheres. Esse núcleo colonial foi fundado por dois motivos: 1º – para proteger os moradores da Estrada de Lages e as pessoas que por ela transitavam contra as excursões dos índios selvagens e, 2º – para servir de centro e núcleo populacional.

⁴¹⁰ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, pp. 21-2.

⁴¹¹ THEMANS, Humberto. Op. cit., pp. 39-40.

⁴¹² SCHADEN, Francisco. **Notas para a história...**, p. 17.

um colégio na paróquia de Teresópolis⁴¹³. Mas, era preciso, nessas circunstâncias, reconsiderar a oferta do padre Jacobs, de assumir o colégio e a paróquia de Blumenau. Nesse contexto, Frei Amando visitou a colônia Angelina onde, nas imediações da igreja católica, existiam amplas terras pertencentes ao governo, que considerou interessante para nelas construir um convento, um colégio, além de uma casa que servisse para residência aos professores. Ato contínuo, dirigiu-se pessoalmente ao governo constituído e requereu a posse das terras⁴¹⁴. Formulada, a petição não resultou, de imediato, deferida; nesse ínterim foi reconsiderada e aceita, em detrimento a Angelina, a oferta do padre José Maria Jacobs com relação à aquisição do colégio São Paulo, hoje Santo Antônio, e a administração da paróquia de Blumenau.

A religiosidade dos imigrantes, principalmente os oriundos da região rural da Vestfália, era saliente e chamou a atenção dos franciscanos quanto à conservação dos costumes:

Os moradores da colônia Teresópolis que moram do outro lado do (Rio) Cubatão (lado norte), mais para o interior, vieram da Westphalia. Todos tinham o sotaque da Westphalia e conservam os costumes. Talvez mais puros e legítimos do que os parentes na Pátria, pois aqui na mata virgem não tiveram contatos com outras culturas. O mesmo traje, que trouxeram quando emigraram, foi conservado. Entre os colonos de Teresópolis, os de Capivari eram os mais autênticos. Algumas famílias, aparentemente as mais religiosas, vieram da região de Dülmen e Coesfeld. (...). Nunca deixaram de nos visitar. Mas não vinham de mãos vazias. A provisão da cozinha, na semana que vinham, era sempre farta. (...). Como bons católicos e firmes no exercício de suas obrigações religiosas e de sua velha piedade que trouxeram, estavam contentes e alegres. Tinham as mais belas capelas de nossa paróquia, que tinham construído com o próprio esforço. Eram três: a de São Bonifácio, a de (Santa) Maria e a de São Martinho⁴¹⁵.

Esta religiosidade fica evidenciada, inclusive, na instalação de crucifixos nas margens das estradas ou locais públicos. Tanto na região da Vestfália, quando na Colônia Teresópolis este costume se fez presente como mostra a figura 14.

⁴¹³ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, p. 18-9.

⁴¹⁴ Id.

⁴¹⁵ THEMANS, Humberto. Op. cit., pp. 40-1.



Figura 14 – Cruzeiros. As duas primeiras fotos são da região da Vestfália, na Alemanha, e a terceira em São Bonifácio, na Colônia Teresópolis. Fotografia de 1999. Acervo do Autor.

Frei Xisto, logo no início da missão em Teresópolis, acompanhado “dum devoto colono”, saiu pela paróquia numa missão petítória em favor da construção de um convento ou para ampliar a casa paroquial, de reduzidas dimensões físicas. “Ali queríamos fazer uma Residência maior, porque lá devia ser a casa central das Residências. Assim ao menos nos parecia naquele tempo”⁴¹⁶, escreveu Frei Amando em suas memórias. A população ajudou com donativos e, das localidades de Vargem Grande e da sede paroquial, saíram para as mãos do síndico apostólico 331\$000 (trezentos e trinta e um mil réis). Além disso, outros prometeram madeiras e prontificaram-se espontaneamente a ajudar com disponibilidade de mão-de-obra na construção do Convento⁴¹⁷.

⁴¹⁶ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, p. 67.

⁴¹⁷ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, p. 26.

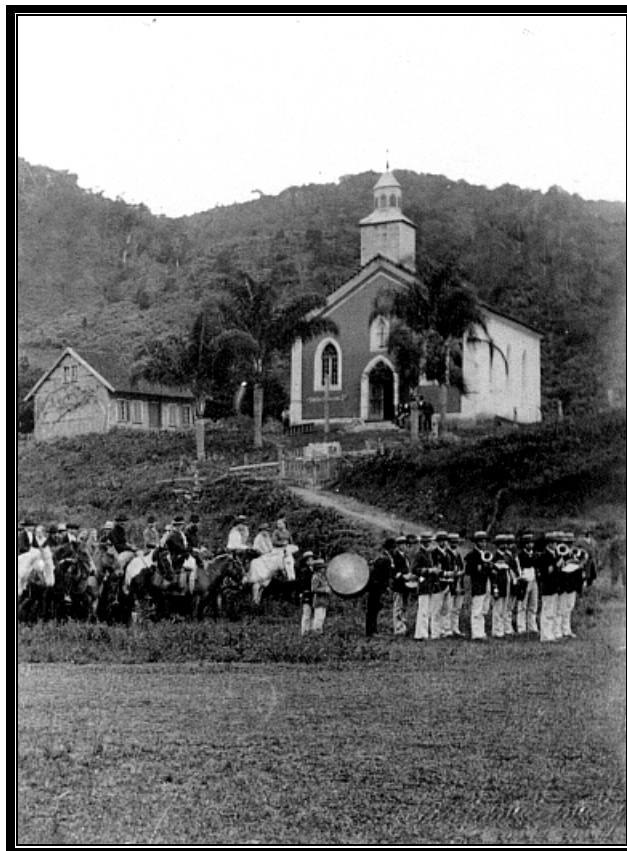


Figura 15 – Casa Paroquial e Igreja Matriz de Teresópolis. Fotografia da década de 1890. Acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.

Frei Humberto escreve em sua crônica sobre os planos de construção do convento na paróquia de Teresópolis:

Eram feitos muito planos para o futuro. Logo deveríamos construir em Teresópolis ou em Angelina ou em Vargem Grande. Mas em nenhum lugar parecia se prestar para uma comunidade maior. Teresópolis, devido ao pouco espaço rodeado de morros, não teria futuro. Angelina era cercada de morros. (...). Em Vargem Grande existiam as mesmas dificuldades. Em Angelina, Pe. Amando já tinha em vista, aconselhado por alguns comerciantes, um terreno. Como ele depois nos contou, já havia comunicado isto para a Alemanha e escrito que pretendia construir um grande colégio⁴¹⁸.

A intenção explícita da construção de um convento na região de Teresópolis contrasta, se não contraria, a idéia da “aclimação no sul”. Afinal, para efeitos de aclimação, que seria um período não muito longo, seria extremamente dispendioso para os missionários e para a população a construção de um convento com apenas essa finalidade. É interessante considerar, neste contexto, a existência de inúmeros conventos despovoados na província de Santo Antônio,

⁴¹⁸ THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 43.

cujo provincial pretendia que fossem restaurados. Mas a tese da “não contaminação” dos novos frades com os antigos e “irrecuperáveis” das duas províncias fez com que o governo da missão optasse pelo sul do Brasil. Pouco depois, da Alemanha, o encarregado dos negócios da missão brasileira, escreveu para Teresópolis, insistindo no estabelecimento dos frades no convento de Salvador, classificando como “absurdo e imprudente levantar conventos novos com grandes dificuldades, enquanto podemos dispor facilmente de conventos antigos”⁴¹⁹. Segundo frei Amando, havia também o desejo da criação de uma província independente sob a denominação provisória “Nossa Senhora do Sagrado Coração”⁴²⁰; isto também destoava o projeto da restauração da província de Santo Antônio.

A chegada dos Franciscanos à Paróquia de Teresópolis modificou a configuração territorial mantida pelo padre Roer. As regiões do Capivari e Braço do Norte, foram confiadas aos padres Eising e Auling e, por isso, desanexadas, para efeito religioso, da paróquia de Teresópolis. Entretanto, as comunidades de Angelina, Angelina – Santo Antônio, Perdidas (hoje Betânia) e Garcia, que até então pertenciam à Paróquia de São Pedro de Alcântara foram incorporadas, a Teresópolis que, além dessas, administrava as comunidades de Vargem Grande, Rio Novo, Löffelscheidt, Rio Salto, São Bonifácio, Terceira Linha, Quarta Linha, Taquaras, Santa Maria, São Martinho, Capivari – Santo Antônio, Rio São João, Rancho de Tábuas, Major Gercino e Colônia Militar Santa Teresa⁴²¹.

A província franciscana da Saxônia mandara reforço à missão sediada em Teresópolis. Em 12 de dezembro de 1891, veio a segunda expedição missionária franciscana alemã⁴²². Frei Lucínio Korte, um dos missionários, escreve sobre a chegada:

A 10 de dezembro chegamos a Desterro. Finalmente após 28 dias chegamos à nossa meta... (...) tomamos uma lancha, à tarde, e nos dirigimos à Palhoça, onde nos aguardavam as montarias. Como fosse tarde, adiamos a partida (para Teresópolis) para

⁴¹⁹ *Apud* WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 138.

⁴²⁰ Entrevista com Dom Amando, in: Boletim “CENTELHAS”, comemorativo ao centenário de chegada dos franciscanos. São Paulo, Província Franciscana, 1991. Cf. também STULZER, Aurélio. “Da Restauração da Província da Imaculada Conceição”. In: **Revista Vida Franciscana**, Ano LV, n. 52, junho de 1978, p. 5.

⁴²¹ Confira relação das comunidades filiadas à Paróquia Santa Teresa d’Ávila, de Teresópolis, com suas especificidades, confiadas aos franciscanos no período de 1891 à 1900, no ANEXO I do presente texto.

⁴²² Confira elenco dos frades da Província Franciscana de Santa Cruz, da Saxônia, na Alemanha, que chegaram em Teresópolis em busca de “clima conveniente” e que resultou na restauração das duas antigas Províncias luso-brasileiras: Imaculada Conceição e Santo Antônio no ANEXO II.

o dia seguinte. (...). Celebramos cedo e às 8h estávamos montados, pela primeira vez, nos lombos dos burros. Foi tudo muito engraçado. Quando todos estávamos montados, partimos. Naturalmente bem devagar. Todos se seguravam com força, da melhor forma que podiam. Ninguém foi ao chão. Depois de 4h subindo serra, descendo serra, apeamos à porta de uma venda. Quase não podíamos mais andar. Mas, paciência! Depois de 20 minutos de descanso, novamente a cavalo, vencemos as últimas 4 horas de viagem. A incômoda posição roubou-nos em grande parte o prazer que poderíamos ter desfrutado à vista das magníficas florestas virgens, serras e cascatas, que se sucediam aos nossos olhos. Finalmente chegamos ao destino. Frei Xisto e o Pe. Eising (posteriormente Pe. Eising ingressou na Ordem Franciscana com o nome de Frei Capistrano) vieram ao nosso encontro um pedaço do caminho. Que alegria em rever-nos no Brasil!⁴²³

Frei Amando, satisfeitíssimo com a chegada de novos confrades, tratou de ampliar missão com a fundação de novas residências e conventos⁴²⁴. Teresópolis deve ter causado aos frades integrantes da segunda expedição missionária uma impressão desoladora. O relato de Frei Humberto nos revela que:

Podia-se perceber a sua admiração e desilusão. Não tinham imaginado uma casa tão pequena, com uma vizinhança tão pobre. Todos estavam nos primeiros dias abatidos. Além do mais, veio o cansaço de uma penosa viagem sobretudo depois de uma cavalgada de 8 horas, de Palhoça até Teresópolis. Tivemos pena quando os vimos em situação tão depressiva e procuramos reanimá-los na medida do possível. Foi bom que os Padres na época do Natal foram enviados às diversas capelas. Era desagradável vivermos com tanta gente em uma pequena casa⁴²⁵.

As instalações físicas do pequeno convento eram demasiadamente diminutas para as necessidades elementares dos franciscanos. Com a chegada da segunda expedição, a ampliação da missão apresentava-se como urgente e extremamente necessária. Logo após a chegada, os novos padres partem para Lages, Blumenau, Rodeio. Era o prosseguimento da missão brasileira e a restauração da vida franciscana no Brasil⁴²⁶.

Ainda em dezembro de 1891, Frei Amando viajou a Lages, cujo vigário morrera e o Bispo do Rio de Janeiro oferecia a paróquia aos franciscanos.

⁴²³ KORTE, Lucínio. "Entrevista com Frei Lucínio Korte". Revista **Vida Franciscana**, Ano XLVII, dezembro de 1970, n. 40, pp. 80-98.

⁴²⁴ Faziam parte da segunda expedição: Frei Rogério Neuhaus, com 28 anos de idade; Frei Zeno Wallbroehl, com 25 anos; Frei Herculano Limpinsel, com 25 anos; Frei Lucínio Korte, com 25 anos; como também os Irmãos Frei Mariano Feldmann, com 39 anos de idade; Frei Quintiliano Borren, com 36 anos; Frei Germano Wunsick, com 41 anos e Frei Patrício Tuschen, com 28 anos, e mais um empregado (Carl Wittich). Nos anos seguintes a Província de Santa Cruz enviou ao Brasil dezenas de frades em 19 expedições: 18 em 1892; 29 em 1893; 58 no ano seguinte além de outras. A última expedição chegou ao Brasil em 1904.

⁴²⁵ THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 45.

⁴²⁶ Confirma detalhes da especificidade da glória em agonia com relação a vida franciscana no Brasil, in: THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 22.

Celebra o Natal com os lagueanos e, em resposta à oferta do Bispo do Rio de Janeiro, que a oferecera aos franciscanos, aceita a administração daquela paróquia, sendo a oficialização ocorreu em 12 de janeiro de 1892⁴²⁷.

Outro aspecto que merece ser ressaltado com relação à atuação dos franciscanos em Teresópolis é sua dimensão social. Segundo Augustin Wernet: “a religião pode atuar em vários sentidos, seja apegando-se a formas sociais passadas, para domesticar os oprimidos e legitimar a dominação dos donos do poder, seja para comprometer, conscientizar e libertar”⁴²⁸. Os franciscanos não se ativeram apenas a tarefas de cunho espiritual. A penúria a que estavam expostos os colonos fez com que desenvolvessem obras de caráter assistencial, a fim de amenizar as necessidades mais urgentes. Essas obras estavam relacionadas à saúde e à educação.

Com relação ao primeiro item, selecionou-se um segmento da crônica de Frei Humberto Themans, onde descreve sua promoção involuntária a “doutor” e os inúmeros serviços prestados à população nessa função:

Logo depois de nossa chegada fui promovido a doutor dos colonos. A ocasião para tal foi a seguinte: Pe. Topp que nos levou a Teresópolis dissera aos colonos que um dos franciscanos era doutor. Ele pensava naturalmente no Pe. Amando que estudou em Roma e tinha recebido título de doutor. Mas os colonos não pensavam outra coisa senão no doutor de medicina. Como nesta região não havia médico, eles nos procuravam para auxiliar em suas doenças. Pe. Amando (...) deu-me a incumbência de auxiliar o povo na medida do possível. (...). A boa gente tinha confiança em nós, pois Deus nos ajudou, que os meus esforços em muitas ocasiões não fossem em vão. Às vezes eu tive que ir aos doentes, sobretudo em desastres, que entre os colonos, devido ao trabalho na mata virgem, aconteciam. (...). Uma vez tive que ficar 14 dias em Capivari com um colono que teve uma fratura perigosa da perna e amassamentos diversos, quando derrubava uma árvore. Foi curado totalmente⁴²⁹.

A socialização do conhecimento, enquanto meio para “fazer-se entender”, também foi método constante usado pela igreja para manter seus fiéis e perpetuar sua história. Em Teresópolis, Frei Humberto Themans escreveu em sua crônica o esforço, por ele realizado, para instruir e doutrinar os colonos na religião católica. Ele assim relata:

⁴²⁷ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, p. 25.

⁴²⁸ WERNET, Augustin. Op. cit., p. 4.

⁴²⁹ THEMANS, Humberto. Op. cit., p. 47.

Eu prestava a algumas crianças de colonos que moravam perto, o ensino primário. Domingos e dias santos eram para mim de muito trabalho. Depois do ofício divino, que só se realizava antes do meio-dia, eu cavalgava uma hora e meia para o interior, para dar aulas às crianças. Como o caminho para lá era muito ruim e o lugar era bem ermo, faltava às crianças meios para irem à escola. Eu tentei dar-lhes alguns ensinamentos de leitura e escrita. Custava paciência e esforço, pois eram crianças da mata virgem, crescidas sem nenhuma outra visão. Também os pais não sabiam ler, nem escrever. Com o que eu mais me preocupava era com o ensino de religião. Principalmente com a preparação para a confissão e a comunhão. Embora tivessem 15 e mais anos, as crianças não tinham ainda confessado. (...). Era um quadro de verdadeira vida de missão, quando, na cabana ou com tempo bom ao ar livre, eu estava sentado entre essas crianças do mato e lhes podia transmitir os conhecimentos necessários da religião⁴³⁰.

O texto acima bem evidencia a intenção do franciscano em proporcionar a instrução aos filhos dos colonos. Dessa forma, eles ficavam cientes de seus “deveres” para com a religião e esta estava garantindo, assim, a sua perpetuação. A escola também se constituía num considerável instrumento de controle comunitário. Em 1869, os imigrantes reclamaram da falta de subsídios públicos para a manutenção das escolas e, por isso, as mesmas foram fechadas. Afirmavam: “os pais estão na triste situação de verem seus filhos crescerem sem ensino e doutrina e tornarem-se incultos e indisciplinados”⁴³¹. Nela as crianças “aprendiam a se comportar” e era onde o professor “configurava o indivíduo” e, uma vez que tenham aprendido, era preciso serem “mantidas na linha”⁴³². A escola atuava de forma catequética, instruindo religiosamente seus alunos, contribuindo na formação de uma comunidade orante, repassadores da moral religiosa aprendida à comunidade. Além da função disciplinadora, é preciso considerar que os franciscanos procuravam vocações sacerdotais e religiosas que lhes garantissem uma sobrevivência autônoma no futuro. Neste ambiente sacral, o padre era uma das pessoas mais consideradas e nisto viam os filhos dos imigrantes a oportunidade de ingressar na vida religiosa, tornando-se padre. E a historiografia confirmou essa tese⁴³³.

A atividade religiosa também serviu aos propósitos de distinção étnica – embasada em critérios de fé e religiosidade (...) – principalmente quando articulada com a escola alemã, sendo destacado, no caso da Igreja Católica, o grande número de vocações e a atuação das ordens religiosas com vinculações alemãs⁴³⁴.

⁴³⁰ Ibid., pp. 46-7.

⁴³¹ Jornal *Kolonie Zeitung*, n 28, ano 7, de 10 de julho de 1869, p. 119.

⁴³² BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 89.

⁴³³ Confira nos ANEXOS IV e V a grande quantidade numérica de vocações sacerdotais e religiosas surgidas na região.

⁴³⁴ SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã...*, p. 297.

Teresópolis foi o ponto de partida para novas fundações franciscanas, como paróquias, conventos e colégios. Os frades partem para Lages e Blumenau em 01 de maio de 1892, quando tomam posse do colégio e da paróquia⁴³⁵; Rodeio; Curitibanos e Campos Novos, em 1894; Petrópolis, a partir de 16 de janeiro de 1896 e Curitiba, em 1898⁴³⁶. Depois assumem paróquias em Gaspar, Curitibanos, Rio de Janeiro, São José, Florianópolis, Angelina, Palhoça e Estreito⁴³⁷.

A primeira igreja definitiva da Colônia, com construção iniciada sob a coordenação do padre Guilherme Roer, em 1874, e concluída em 1876, não resistindo mais às necessidades da época, “carece de uma reparação completa”, diz frei Xisto em dezembro de 1895⁴³⁸. A “reparação completa” da igreja foi efetivada no primeiro semestre do ano seguinte, inclusive com a construção de uma nova torre⁴³⁹.

Frei Amando permaneceu por um ano em Teresópolis, período este em que realizou inúmeras excursões religiosas no amplo território catarinense. Depois, foi chamado à Alemanha e, no retorno, fixou residência no Convento São Francisco, em Salvador, na Bahia, de onde deu início ao processo da restauração da Província de Santo Antônio, após a aclimação em Teresópolis⁴⁴⁰. Frei Xisto sucedeu a Frei Amando, como Superior e Cura em Teresópolis⁴⁴¹.

Os franciscanos permaneceram em Teresópolis até 1900, quando vários acontecimentos abalaram a existência do pequeno convento, culminando na transferência definitiva dos frades para Santo Amaro do Cubatão, hoje Santo Amaro da Imperatriz. Entre os motivos da transferência dos frades, o mais importante e decisivo foi o Conselho Presbiteral realizado na Bahia, em 18 de julho de 1893, com os superiores das casas franciscanas sediadas no Brasil. Este Conselho foi convocado pelo padre Frei Irineu Bierbaum, então Comissário Provincial da Saxônia, responsável pelos trabalhos dos frades, “para deliberar da

⁴³⁵ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, pp. 22ss.

⁴³⁶ SCHEPER, Wenceslau. “Rumo a um Centenário”. In: **Revista Vida Franciscana**, ano LXI, n. 58, setembro de 1984, p. 76.

⁴³⁷ ENTRES, Gottfried. **Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catharina**. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 238.

⁴³⁸ Livro do Tombo da Paróquia de Teresópolis (1895-1940), pp. 5ss.

⁴³⁹ *Ibid.*, p. 9.

⁴⁴⁰ BAHLMANN, Amando. **Memórias...**, pp. 74ss.

⁴⁴¹ Confira a relação dos padres que trabalharam em Teresópolis, no período de 1862, a 1945 no ANEXO III.

ocupação de lugares ou de seu abandono, tanto na Província de Santo Antônio como no Estado de Santa Catarina”⁴⁴².

Neste Conselho ficou acordado, entre outras coisas, que “Teresópolis será entregue (à Diocese), assim que for possível”⁴⁴³, sob a argumentação de que o “pequeno lugar não oferecia condições para um amplo desenvolvimento”⁴⁴⁴, Além de que a fundação e abertura de novos conventos estariam necessariamente condicionados à possibilidade de neles viverem 5 ou 6 padres e um número conveniente de irmãos franciscanos. Esta deliberação significou um duro golpe para o pequeno convento de Teresópolis, onde só podiam se sustentar 2 ou 3 padres⁴⁴⁵, além de inviabilizar a planejada construção de um novo convento mais cômodo e espaçoso. Além disso, Frei Bierbaum considerava “arrematada tolice construir casas no sul, quando no norte existiam conventos grandes, belos e vazios”⁴⁴⁶.

Ao que tudo indica, as deliberações do Conselho Presbiteral tiveram caráter retroativo e condenou o Berço da Missão Franciscana no Brasil à inanição. Diante dessas diretrizes assumidas pelo Conselho Presbiteral, o terreno já adquirido para a construção do Convento foi novamente alienado, e, com os recursos financeiros obtidos de outras fontes para a referida obra, foi construída a sacristia da igreja paroquial de Teresópolis⁴⁴⁷. A comunidade franciscana em Teresópolis foi desfeita em 1893. Os irmãos franciscanos que lá residiam foram transferidos e Frei Xisto ficou sozinho para não deixar a paróquia abandonada. Após 5 anos, em agosto de 1898, Frei Burchardo Sasse foi enviado a Teresópolis para auxiliá-lo. Segundo Elzeário Schmitt:

Foi por causa disto que precisaram abandonar o berço da missão, e a uma parte dos frades muito desagradou tal modo de proceder. (...). É claro que ao povo tal reviravolta nas coisas desagradou muito, e para alguns o fato serviu para caluniarem os frades,

⁴⁴² BAHLMANN, Amando. “Crônica (Incompleta) da ‘Missio de Bahia’”. In: **Revista Vida Franciscana**, Ano LIII, n. 50, outubro de 1976, p. 12.

⁴⁴³ WILLEKE, Venâncio. **A Restauração da Província...**, p. 21.

⁴⁴⁴ SCHEPER, Wenceslau. Op. cit., p. 74.

⁴⁴⁵ SCHMITT, Elzeário. **"Therzopolis" e uma Utopia Franciscana no Sul**. Coleção Centenário, n. 4, São Paulo: Província Franciscana, 1991, p. 96.

⁴⁴⁶ WILLEKE, Venâncio. **A Restauração da Província...**, p. 21.

⁴⁴⁷ SCHMITT, Elzeário. **"Therzopolis" e uma...**, p. 96. Dom José de Camargo Barros, bispo de Curitiba, em visita a Teresópolis em 1895, assim escreve no Livro do Tombo à página 3v: “A sacristia, que é um puxado do lado do Evangelho, é boa e bem arranjada, forrada e assoalhada”.

como se estes tivessem roubado o dinheiro, quando, pelo contrário, eles precisaram tirar do seu para que se completasse a construção da sacristia⁴⁴⁸.

Em 1899, o bispo de Curitiba, para não ver Teresópolis abandonada pelos franciscanos, permitiu que os frades a administrassem a partir de Blumenau⁴⁴⁹. Mas, devido à distância entre Teresópolis e Blumenau, esta administração se tornou inviável. Reforçou-se, assim, a intenção de criar uma residência franciscana em Santo Amaro do Cubatão. Articuladas as negociações com o padre Arcângelo Ganarini, foi adquirido, em maio de 1900, um imóvel que passou a servir como residência para os frades advindos de Teresópolis⁴⁵⁰. Realizada a transferência para Santo Amaro, por solicitação do Bispo Diocesano, os franciscanos passaram a atender, além da nova paróquia com 6.000 habitantes e Teresópolis com 7.000 habitantes, a paróquia de Enseada de Brito com 3.500 habitantes⁴⁵¹.

Seria pertinente levar em consideração que as deliberações do referido *Conselho*, com relação a Teresópolis, tiveram caráter retroativo, se não oficialmente, ao menos efetivamente. Quando o *Conselho* se realizou em julho de 1893, a missão franciscana no Sul era composta por mais de quinze padres, mais de vinte três irmãos leigos, treze noviços e três clérigos, enviados em quatro expedições missionárias. Considerando os desafios apresentados aos frades em Teresópolis, quer-se crer que a situação religiosa em Santo Amaro do Cubatão não era, em curto prazo, compensadora. Além de ter 1.000 habitantes a menos que Teresópolis, o espaço físico da nova casa paroquial deixava, em muito, a desejar, sendo necessárias providências no sentido de organizar a construção de um convento⁴⁵².

Embora os franciscanos, desde maio de 1900, tivessem se estabelecido em Santo Amaro, seu superior continuava a receber provisão em favor de

⁴⁴⁸ Livro de Crônicas da Residência dos Franciscanos de Santo Amaro (1900-1969), p. 7. Cf. também SCHMITT, Elzeário. "Therzopolis" e uma..., p. 96.

⁴⁴⁹ SCHMITT, Elzeário. "Therzopolis" e uma..., p. 97.

⁴⁵⁰ Livro do Tombo da Paróquia de Santo Amaro (1895-1917), pp. 33v e 34.

⁴⁵¹ Livro de Crônicas da Residência dos Franciscanos de Santo Amaro (1900-1969), p. 8.

⁴⁵² A referida construção teve início em 1903 em terras adquiridas de Bernardo Voges e Germano Lückmann. Devido a distância entre o convento e a Igreja o mesmo foi vendido posteriormente às Irmãs da Divina Providência depois de concluída a construção do convento ao lado da Igreja matriz onde ainda hoje se encontra a residência franciscana. Mais detalhes confira SINZIG, Pedro in: **Nach 30 Jahren – Vierte Chronik (1915-1921)**, p. 87ss, edição da Província Franciscana. Cf. também Livro de Crônicas da Residência dos Franciscanos de Santo Amaro (1900-1969), p. 9. O antigo convento acima referido hoje é sede do atendimento parapsicológico de Frei Hugolino Back e sua equipe.

Teresópolis, para que, como delegado do Governo Diocesano, pudesse exercer todos e cada um dos atos de jurisdição paroquial, como se fosse Vigário efetivo da mesma paróquia⁴⁵³.

A reestruturação da vida religiosa franciscana no Brasil, cujo pretexto era a catequese dos indígenas na região de Belmonte, no sul da Bahia, teve por berço a Colônia Teresópolis. Ainda que a intenção primordial fosse a restauração da província de Santo Antônio, havia, também, o desejo da fundação de uma província independente, evitando uma contaminação pelos frades remanescentes das antigas províncias, sob a denominação provisória “Nossa Senhora do Sagrado Coração”. Como pano de fundo a reestruturação franciscana, visava a consolidação de um catolicismo romanizado em detrimento ao luso-brasileiro, consistindo na fundação de conventos no sul, notadamente em Santa Catarina e, posteriormente, na repovoação dos inúmeros conventos da Província Santo Antônio, no nordeste, tornou-se estratégia de ação.

A administração de toda a “Missão Brasileira”, a partir de Santa Catarina, se tornou insustentável devido a vasta extensão territorial por ela integrada⁴⁵⁴. Por isso foram formados dois comissariados independentes: um no sul, com sede em Blumenau, formado pelos conventos fundados a partir de Teresópolis ainda que, podemos inferir, com a tácita denominação provisória de comissariado/província “Nossa Senhora do Sagrado Coração” ou Imaculada Conceição do Brasil “Meridional”; e outro no nordeste, integrado pela estrutura da antiga província de Santo Antônio.

O projeto de restauração da vida franciscana e de consolidação do catolicismo romanizado fez com que a Província Santa Cruz da Saxônia enviasse para o Brasil 206 franciscanos, entre religiosos e seminaristas⁴⁵⁵. Esse número de frades, aliado a seu vasto campo pastoral, fez com que o Governo Geral da Ordem Franciscana, em 14 de setembro de 1901, erigisse a Missão dos Alemães do Brasil à categoria de Províncias independentes: Imaculada Conceição no sul e Santo Antônio, no nordeste⁴⁵⁶. Com este ato, ambas as províncias foram

⁴⁵³ Livro do Tombo da Paróquia de Santo Amaro (1895-1917), pp. 35, 38 e 88v.

⁴⁵⁴ “Frei Amando Bahlmann, pioneiro da Restauração”, **Cadernos da Restauração**, n. 5, Salvador, 1991, p. 51. Cf. também WILLEKE, Venâncio. **A Restauração da Província...**, p. 25.

⁴⁵⁵ NEOTTI, Clarêncio. “Introdução e Notas”. In: JÉILER, Inácio. Op. cit., p. 11.

⁴⁵⁶ WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 140.

juridicamente declaradas restauradas “sob as mesmas invocações e com os mesmos limites de outrora”⁴⁵⁷. Elas se fizeram valer, para efeito jurídico da instituição canônica e civil, bem como o conseqüente usufruto de seus bens, da estrutura jurídica das homônimas centenárias províncias⁴⁵⁸. Dessa forma houve a restauração da vida franciscana no Brasil nos moldes da romanização do catolicismo.

3.3 Dificuldades na evangelização e transgressões dos preceitos religiosos pelos imigrantes.

Trabalha-se aqui com os conceitos de Peter Berger e Thomas Luckmann⁴⁵⁹ para quem toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo, na qual ela é um produto humano, sendo o homem, por sua vez, um produto desta sociedade. Desta forma, a sociedade é um fenômeno dialético, por ser um produto humano que retroage continuamente sobre o seu produtor. Toda biografia individual, nesta acepção, é um episódio dentro da sociedade que a precede e lhe sobrevive. A sociedade – segundo Berger – existia antes que o indivíduo nascesse e continua a existir após a sua morte. Mais ainda, é dentro da sociedade, como resultado de processos sociais, que o indivíduo se torna uma pessoa, que ele atinge uma personalidade e se aferra a ela e leva adiante os diversos projetos que constituem a sua vida⁴⁶⁰.

Os dois enunciados de Berger, de que a sociedade é produto do homem e o de que o homem é produto da sociedade refletem o fator dialético do fenômeno social⁴⁶¹. A sociedade não se constitui naturalmente. Tudo o que existe é fruto de uma construção histórica e, portanto, tudo é cultural⁴⁶². Dentro deste contexto cultural, a religião possui grande importância por proporcionar e dar sentido à vida das pessoas e, para torná-la mais segura, reveste o mundo, sacralizando-o. A religião, assim, passa a atuar como um escudo protetor –

⁴⁵⁷ TETTEROO, Samuel. Op. cit., p. 57.

⁴⁵⁸ Segundo Venâncio Willeke o decreto da reinstituição das províncias franciscanas “salvou da completa ruína conventos trisseculares, com preciosos acervos de arte sacra, bibliotecas e arquivos. Mas antes de tudo, restituiu ao Brasil a Ordem de São Francisco, radicada no país desde os primórdios de nossa história”. In: WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos na História...**, p. 140.

⁴⁵⁹ BERGER, Peter Ludwig. Op. cit., pp. 15 a 64; BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. Op. cit.

⁴⁶⁰ Ibid., pp. 15ss.

⁴⁶¹ Ibid., pp.15-6.

⁴⁶² Ibid., p. 19.

construído historicamente – para salvar o indivíduo da anomia social. Por isso as pessoas tornam-se receptivas ao discurso religioso: ele assegura, protege, liberta do medo do caos e da instabilidade congênita do ser humano proporcionando-lhe um mundo confortável e seguro. Logo o discurso religioso marca as coordenadas da vida social e dota de significado seus objetos⁴⁶³.

Em Teresópolis, a presença religiosa através da atuação dos padres/sacerdotes muitas vezes extrapolava os meios eclesiais e condicionava os imigrantes e seus descendentes aos “caminhos dos bons costumes”⁴⁶⁴. Esta presença religiosa, diante da inexpressiva atuação do Estado, conduziu não só na fé, mas também condicionou o processo de crescimento da colônia. O padre, pelas circunstâncias, foi constituído no líder de maior expressão da colônia. Nesse contexto, a expressão “o padre falou”, consentida ou não, continha intrinsecamente a “verdade” a ser seguida, a qual abrangia de modo peculiar o cotidiano das pessoas. Os imigrantes, desta forma, atribuíam significado religioso às atividades cotidianas que, muitas vezes, eram internalizadas como verdade incontestável. Além do mais, deve-se estar atento a certas particularidades em áreas coloniais, sobretudo se se considerar o fato da “igreja, muitas vezes, ser a única instituição que cultiva bens culturais”⁴⁶⁵.

No século XIX, tanto na Alemanha, quanto no Brasil, a religião gozava de grande prestígio junto à população, principalmente em pequenas localidades. A pessoa do padre, através de sua atuação, normalmente possuía grande influência social. Entre os imigrantes que se instalaram no Brasil a situação não era diferente. Luís de Boni e Rovílio Costa retratam a reputação e a penetração do poder do padre:

O padre, entre os imigrantes, gozou de um status invejável, não tanto por sua pessoa – seguidamente alvo de duras críticas – como pelo cargo ocupado. Nele encontravam-se conjugados a maior cultura da localidade e a auréola dos poderes sobrenaturais da religião; por isso, sua palavra, mesmo em assuntos profanos, tornava-se geralmente decisiva, e suas bênçãos e maldições ainda hoje são tidas como bênçãos e maldições proferidas por Deus⁴⁶⁶.

⁴⁶³ Ibid., pp. 39ss.

⁴⁶⁴ A condução no “caminho da fé” e no dos “bons costumes” resultou no significativo número de padres e irmãs religiosas nascidas na região cuja listagem vai nos anexos IV e V no presente texto.

⁴⁶⁵ FAUSEL, Erich. “Praeses D. Dohms”. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1961, p. 17, *apud*, BERGER, Manfredo. “A função da Igreja no Processo de Aculturação dos Teuto-Brasileiros”. In: **II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1974, p. 529.

⁴⁶⁶ DE BONI, Luís Alberto e COSTA, Rovílio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979, p. 116.

O aspecto religioso na organização das comunidades tinha por particularidade a influência exercida pelo padre. Diégues Júnior afirma: “É de notável relevo o papel do sacerdote, pela influência que exerce, sobretudo na família”⁴⁶⁷ que se mantinha organizada nos mesmos padrões de sua terra de origem: no trabalho, no casamento, na religiosidade⁴⁶⁸.

No contexto colonial, trabalhar agradava a Deus e, além disso, evitava que os imigrantes se permitissem pensamentos e práticas não abonadas, ou não recomendadas, pela religião. A partir deste discurso, se evidencia que Deus se manifesta pela boca do padre e este, por sua vez, torna-se o instrumento utilizado por Ele para “religar” aos homens. Segundo Augustin Wernet, “toda religião é uma expressão sócio-cultural de fé, de um encontro do homem com o divino”⁴⁶⁹. Nesse contexto a religião, através da representação e das práticas religiosas, foi sumamente importante para a reconstrução do mundo e para a identificação grupal dos imigrantes. “Toda transmissão de significados institucionais implica obviamente procedimentos de controle e legitimação”⁴⁷⁰. A legitimação, por sua vez, justifica a ordem institucional dando “dignidade normativa a seus imperativos práticos”⁴⁷¹. Portadores de uma cosmovisão sacral, os imigrantes concebiam a religião como instância legitimadora da ordem social e da vida cotidiana. Eles acabaram encontrando na religião o sentido para superar suas dificuldades, reencontrar-se como grupo e reorganizar-se social e culturalmente. O sentimento de pertença proporcionado através da prática religiosa fez com que cultivassem a identidade cultural, fortalecendo os valores étnicos. É desta forma que pode ser entendido a representação da edificação de capelas, enquanto locais de culto e formadores de estrutura social.

Na caracterização do discurso religioso de Eni Orlandi, onde o representante fala em nome do representado, isto é, aquele no qual fala a voz de Deus:

Há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens). Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente

⁴⁶⁷ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 138.

⁴⁶⁸ Id.

⁴⁶⁹ WERNET, Augustin. Op. cit., p. 4.

⁴⁷⁰ BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 100.

⁴⁷¹ Ibid., p. 128.

diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal⁴⁷².

Evidencia-se um desnivelamento fundamental na relação locutor e ouvinte: o locutor – o padre, representante de Deus – é do plano da fé – mundo espiritual; o ouvinte – o imigrante, homem –, do plano temporal – mundo temporal. Ou seja, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes, onde a fé domina ou suplanta o segundo plano relacionado ao tempo⁴⁷³. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infinito, infalível e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, portanto, mortais, falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens⁴⁷⁴. Neste binômio entre locutor e ouvinte surge também a desigualdade imortalidade/mortalidade que, por sua vez, instala a relação vida/morte, donde nasce a necessidade da salvação da alma para a qual, como meio, exige-se a fé.

Desta maneira, a voz do padre ou do pregador ou de qualquer representante seu manifesta-se como a voz de Deus. O discurso, mediante sua capacidade de comunicar significados, torna presente o “aqui e agora”⁴⁷⁵, a vontade de Deus. Dada a infalibilidade de Deus, esse atributo é reconhecido nos atos praticados e/ou recomendáveis por seus representantes. Assim o cotidiano dos imigrantes passa a ser conduzido por um representante de Deus, portanto, incontestável. O lugar sagrado, de onde os representantes da Igreja dirigem-se ao povo, lhes confere autoridade o que, muitas vezes, influencia na organização social, normatizando o comportamento dos fiéis. Segundo Berger, “sendo um sistema de sinais, a linguagem tem a qualidade da objetividade. Encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercitivos sobre mim”⁴⁷⁶.

O padre passa a ser “governante supremo” e, por isso, situa-se num plano diferente do que caracteriza o restante da sociedade: a sacralidade do

⁴⁷² ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996, p. 243.

⁴⁷³ Id.

⁴⁷⁴ Id.

⁴⁷⁵ BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 61.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 58.

poder deliberativo do padre facilita a aceitação das decisões pela maioria não consultada.

A distância física de centros comerciais – Desterro, São José, Palhoça –, o isolamento geográfico motivado pela precariedade das vias de acesso à colônia e a baixa fertilidade da terra impunham um desenvolvimento econômico medíocre ao núcleo colonial, bem aquém do desejado/planejado por quem determinou sua fundação: o governo. Internamente, o terreno excessivamente montanhoso, além de impróprio para a agricultura, impedia, muitas vezes, a construção de estradas “por não se haver estudado os acidentes topográficos do terreno antes da fundação da colônia”, escreveu o próprio Presidente da Província⁴⁷⁷.

A fertilidade da terra e sua geografia montanhosa para a prática da agricultura fez com que grandes extensões de terras não tivessem valor comercial. Nesta situação, a terra “não tem o menor valor; situadas longe da costa, dificilmente acessíveis, pela grande falta de estradas, elas não são de utilidade alguma para o imigrante, que se arrisca para ali”⁴⁷⁸.

A influência da igreja se fez representar por uma forma atuante em relação às normas de condutas, através de seu discurso religioso e de sua ação social. Desta forma, foi mediante a articulação do padre que se tornou possível a construção de igrejas, de escolas, sendo que o mesmo até influenciava na escolha dos nomes dos recém-nascidos, “aconselhando” que “ao batizando seja imposto um nome cristão, não devendo este, por conseguinte, ser necessariamente o de um santo”⁴⁷⁹. Dessa forma, segundo a igreja, deveriam os padres fazer “ver aos pais e padrinhos das crianças a conveniência de dar-lhes nomes de santos que os protejam no céu e lhes sirvam na terra de modelo para viverem cristãmente”⁴⁸⁰. Constatou-se que, quando a data de nascimento do batizando coincidissem, ainda que aproximadamente, com a data dedicada a um santo⁴⁸¹, há a predominância na escolha do seu nome para a criança. Assim, as evidências indicam que as crianças do sexo masculino nascidas em 19 de março

⁴⁷⁷ SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado pelo Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863, p. 24.

⁴⁷⁸ HANDELMANN, G. Heinrich. Op. cit., p. 29.

⁴⁷⁹ BORGES, H. “Que nome deve ser imposto à criança no batismo?”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 2, Fasc. 4, dezembro de 1942, p. 1.018.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 1.019.

⁴⁸¹ ALVES, Elza Daufenbach. Op. cit., p. 154.

chamam-se, predominantemente, José; os nascidos em 24 de junho optaram pelo nome João e os nascidos em 29 de junho optavam entre Pedro ou Paulo e assim sucessivamente, conforme demonstramos no quadro abaixo:

Nome do Batizando	Data de Nascimento	Data do Santo	Nome dos Pais	Data do Batismo	Local do Batismo
José	18/03/1864	19/03	Bernard Roters e Josefina Harrig	19/05/1864	Matriz de Teresópolis ⁴⁸²
Isabel	04/07/1864	04/07	Henrich Westrupp e Maria Rosa Mafra	13/09/1864	Vargem Grande ⁴⁸³
Pedro Hermann	29/06/1869	29/06	Franz Koep e Magdalena Mayeres	08/06/1870	Capivari ⁴⁸⁴
Johanna Helena	25/06/1870	24/06	Heinrich Kötters e Maria Berlage	13/08/1870	Matriz de Teresópolis ⁴⁸⁵
Heinrich	14/07/1870	13/07	Matthias Schmitz e Maria Gorges	15/07/1870	Matriz de Teresópolis ⁴⁸⁶
Anna	28/07/1871	26/06	Michael Kehrig e Emília Beeling	24/09/1871	Matriz de Teresópolis ⁴⁸⁷
Johannes	26/06/1875	24/06	Friedrich Schmitz e Anna Sperrfeld	21/08/1875	Matriz de Teresópolis ⁴⁸⁸
Anton	17/06/1878	13/06	Heinrich Schlickmann e Maria Anna Franzener	29/11/1878	São Ludgero ⁴⁸⁹
Anton	17/06/1879	13/06	Johann Gerhard Jasper e Gertrud Krieger	20/07/1879	Matriz de Teresópolis ⁴⁹⁰
João	25/06/1879	24/06	Manuel Elias de Morais e Deolanda de Jesus	27/09/1879	Braço do Norte ⁴⁹¹
Clara	13/08/1879	11/08	Wilhelm Stüpp e Anna Efting	15/10/1879	Matriz de Teresópolis ⁴⁹²
João	24/06/1880	24/06	Pedro Z. de Mattos e Donata da Conceição	20/12/1880	Braço do Norte ⁴⁹³
Joseph	18/03/1881	19/03	Joseph Kuhnen e Gertrud Michels	10/04/1881	Vargem Grande ⁴⁹⁴
Johann	24/06/1881	24/06	Rupert Sellhorst e Helena Michels	23/07/1881	Vargem Grande ⁴⁹⁵

Quadro 4 – Quadro demonstrativo de relação existente entre o nome da criança e a data comemorativa de santos.

⁴⁸² LIVRO de Batizados da Paróquia de Teresópolis (1862-1876), pp. 17v e 18.

⁴⁸³ Ibid., pp. 18v e 19.

⁴⁸⁴ Ibid., pp. 69v e 70.

⁴⁸⁵ Ibid., pp. 71v e 72.

⁴⁸⁶ Ibid., pp. 74v e 75.

⁴⁸⁷ Ibid., pp. 82v e 83.

⁴⁸⁸ Ibid., pp. 117v e 118.

⁴⁸⁹ Ibid., pp. 21v e 22.

⁴⁹⁰ Ibid., pp. 26v e 27.

⁴⁹¹ Ibid., pp. 31v e 32.

⁴⁹² Ibid., pp. 32v e 33.

⁴⁹³ Ibid., pp. 50v e 51.

⁴⁹⁴ Ibid., pp. 61v e 62.

⁴⁹⁵ Ibid., pp. 65v e 66.

A religiosidade também estava presente nas residências dos imigrantes. Na parede da sala e dos quartos de dormir inúmeras molduras sustentavam gravuras de santos e anjos. Na cozinha, por sua vez, um quadro da Sagrada Família ou da Santa Ceia remetia o ambiente à saliente religiosidade. As dificuldades da vida cotidiana, impregnadas de religiosidade, muitas vezes estavam expressas num tecido delicadamente bordado ou pintado, escrito em língua alemã e colocado em lugar de destaque na sala de jantar, na sala de estar ou em outro cômodo da residência dos imigrantes. Ele servia para legitimar ações normativas pragmáticas, referindo-se diretamente a ações concretas. Algumas dessas recomendações dizem o seguinte:

O mais leal guia é e será sempre o bom Deus.



Confia em Deus e constrói sobre tua própria força.



Figura 16 – Gravuras com frases em alemão. Fotografia de 2002. Acervo de Ernestina Faizer Kurth.

Outros exemplos:

Texto em alemão	Tradução
• Wenn des Lebens Stürme toben, richte deinen Blick nach oben.	• Se as tormentas da vida te afligem eleva o teu olhar ao alto.
• Der Herr segne unser Haus.	• O Senhor abençoe nosso lar.
• Vertrau auf Gott in jeder Noth.	• Confia em Deus em cada uma de suas aflições.
• Wohl dem, der den Herrn fürchter und auf seinen Wegen gehet.	• Bem-aventurados os que temem o Senhor e andam no seu caminho.
• Gottes heller Sonnenschein leucht in dieses Haus hinein.	• Que as luzes do sol de Deus entrem e iluminem esta casa.
• Gottes Ruh und Frieden Sei deinem Haus beschieden.	• O descanso e a paz de Deus seja atribuída a este lar e aos seus.
• Gottes Lieb ist alle Morgen neu.	• O amor de Deus se renova a cada manhã.
• Lasset uns Ihn lieben; Denn Er hat uns zuerst geliebet (1Joh. 4,19).	• Ele merece nosso amor por inteiro, pois Ele nos amou primeiro.

Quadro 5 – Relação de frases em idioma Alemão, com tradução em Português.

Cabe ainda destacar entre os imigrantes o espírito de confiança na proteção de Deus. Este espírito pode ser evidenciado no uso, tácito ou explícito, da expressão “se Deus quiser”. Desta forma, pode-se concluir que, por vezes, os imigrantes sentiam-se protegidos por Deus ao acreditarem que a cotidianidade poderia refletir, sobretudo, sua vontade. Assim, se Deus quiser, a colheita será farta, o governo perdoará as dívidas das terras e fundará escolas, o doente se restabelecerá, as dificuldades cessarão, a prosperidade virá e assim por diante.

Segundo Berger, “o homem não só produz um mundo como também se produz a si mesmo. Mais precisamente – ele se produz a si mesmo num mundo”⁴⁹⁶. E, para sobreviver é preciso construir um mundo habitável em detrimento do caos. “A legitimação da ordem instituída enfrenta a contínua necessidade de manter encurralado o caos. Toda realidade social é precária. Todas as sociedades são construções em face do caos”⁴⁹⁷.

E essa produção de si mesmo está relacionada, não só mas também, aos aspectos da assistência religiosa. E esses aspectos não têm se manifestado

⁴⁹⁶ BERGER, Peter Ludwig. Op. cit., p. 19.

⁴⁹⁷ BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit. p. 141.

isoladamente, mas associados a um conjunto de idéias e princípios éticos com o objetivo de normatizar o modo de ver e conceber o mundo dos imigrantes no qual a idéia de religião e/ou etnia ocupava um lugar de destaque e almejava um ideal de vida social enquanto construção historicamente definida e produzida pela atividade humana.

Segundo Berger “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido por eles”⁴⁹⁸. A religião na paróquia de Teresópolis se constituiu num norteador de condutas, conferindo significado para as muitas famílias que, por serem “profundamente religiosas”, tornaram-se modelo de retidão e virtude influenciando, inclusive, os que não partilhavam de tamanha convicção religiosa. Seus ensinamentos eram tidos como realidade certa e, por isso, afirmado enquanto tal. Assim o poder coercitivo da coletividade, aliado à falta de opção de lazer, também se fez presente em favor da participação ativa na vida religiosa comunitária e na observação dos preceitos postulados pela catolicidade. “Os elementos fervorosos arrastavam também os tíbios e frouxos, de modo que a participação se tornou geral. Essa conjunção de esforços era favorecida, ainda, pela falta de quaisquer distrações”⁴⁹⁹.

Os códigos de verdade e as construções do real constituíram-se através do desempenho da igreja que, enquanto instituição “pelo simples fato de existirem controlam a conduta humana”⁵⁰⁰. Ela se mantinha pela legitimidade do grupo, pela base social. A instituição, como se tivesse realidade própria, se apresenta como dadas, inalteráveis e evidentes, mas defronta-se com os indivíduos na condição de fato exterior e coercitivo⁵⁰¹. E esse poder da sociedade instituída “inclui o poder de determinar os processos decisivos de socialização e, portanto, o poder de produzir realidade”⁵⁰².

A chegada dos franciscanos e a maior assiduidade das visitas pastorais em relação aos padres Roer e Topp promoveram maior rigor na doutrinação. Frei Amando, movido por rígidos princípios de disciplina religiosa, não via interesse

⁴⁹⁸ Ibid., p. 35.

⁴⁹⁹ SCHADEN, Francisco. **Início da Organização...**, p. 1.

⁵⁰⁰ BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. Op. cit., p. 80.

⁵⁰¹ Ibid., p. 84.

⁵⁰² Ibid., p. 161

pessoal ou incoerência moral em suas atitudes. Durante uma de suas visitas à capela de Löffelscheidt, surgiram desavenças entre ele e parte da população no resultando em seu arbitrário e imediato retorno da localidade, fechando a capela e levando consigo as chaves. Os colonos, julgando-se inocentes reuniram-se diante da capela trancada, abriram-na “voltando a fazer, como de costume, as reuniões de culto nos domingos e dias santificados”⁵⁰³.

Frei Lucínio Korte e Frei Zeno Wallbroehl seguiram para Löffelscheidt onde, segundo Frei Amando “o povo mal disciplinado e rebelde era contra o vigário”⁵⁰⁴. A Frei Lucínio coube disciplinar o povo e serenar os ânimos e, para tanto, fez uso de uma história com forte relação com o cotidiano da comunidade. No intuito de ser bem sucedido, fez uso da comparação de um homem possuidor de um quintal bem cultivado, prometendo, para um futuro próximo, rica colheita. À noite, por baixo da cerca que o delimita e protege, passa um porco malvado que em pouco tempo deixa seu desastroso serviço. Dito isso, interroga o pregador: “Quem de vós quer ser o porco que invade a tão bem cultivada horta de Nosso Senhor? Ninguém, de certo!”. Como resultado da pregação, um colono, após um período de perturbação no qual era chamado de “porco” pela população, “coberto de vergonha”, retirou-se da colônia. Conclui Frei Amando, cronista desse episódio: “Felizmente os padres reconduziram os paroquianos desobedientes à submissão”⁵⁰⁵. Busca-se assim, o controle da comunidade, a manutenção dos costumes, da moral.

Parece-nos, claramente, a configuração de um significativo poder disciplinar sob o controle dos padres. A interferência da igreja dava-se não só de forma a sublimar o cotidiano dos imigrantes, mas também, explicitamente, no púlpito. Frei Amando, em 1892, sustentou grande oposição de seu diretor da colônia militar Santa Teresa, quando a administrou eclesiasticamente. Tido por ateu e concubinatário público, não admitia a atitude de Frei Amando que exigia a confissão como requisito indispensável para receber a crisma. Além do mais, Frei Amando não consentia que os habitantes de vida escandalosa e os que não recebessem os sacramentos no tempo Pascal fossem padrinhos nos batizados

⁵⁰³ SCHADEN, Francisco. **Notas para a história...**, p. 19.

⁵⁰⁴ BAHLMANN, Amando. **História da Missão...**, p. 29.

⁵⁰⁵ *Ibid.*, pp. 29-30.

que presidia. “O povo logo se sujeitou a estas disposições; não assim o diretor da Colônia. Desejava ser o padrinho em todos”⁵⁰⁶. Diante das admoestações proferidas no altar por Frei Amando, o diretor vinha perdendo prestígio perante a população que já não o convidava para padrinho de seus filhos, o que o deixava irritado. Diante das impicâncias, Frei Amando recorreu ao vice-governador, informando-o “de que aqueles oficiais excediam os limites de suas delegações, intrometendo-se nos negócios da igreja, e se esqueciam da devida reverência aos ministros da igreja, em carta reprimiu a audácia”⁵⁰⁷.

Em Teresópolis, muitas vezes, em meio à floresta virgem, apenas uma simples picada levava à choupana tida por residência. Frei Lucínio Korte, chamado a levar o Santíssimo Sacramento a um doente, nos deixa o seguinte relato:

O caminho péssimo e um ribeirão, cheio de grossas pedras, a passar. O animal tropeçou e o sacerdote levou um banho involuntário até a cintura. Edificante foi o modo de levar o Santíssimo até a choupana do doente. De joelhos perto de suas montarias dez homens esperavam pelo Padre, vestido de sobrepeliz e estola, apertando sobre o peito a Jesus Sacramentado. Um deles segurou o animal para que o Padre pudesse subir. Quando este recebia as rédeas nas mãos, era sinal para os outros montarem. Assim formou-se a pequena procissão: os dois na frente levavam lanterna, com vela acesa, e campainha; os outros, dois a dois, cantavam ou rezavam. Ao aproximar-se de uma casa, dava-se um sinal forte com a campainha e a família ia pressurosa ajoelhar-se à porta ali ficando até que a procissão tivesse passado. A doente era uma senhora, jovem ainda, cercada de pobreza e devoção edificante⁵⁰⁸.

O catolicismo romanizado, através da prática sacramental e do padre enquanto agente mediador salvífico, se faz presente na atuação dos franciscanos.

A religiosidade dos imigrantes expressava-se em seu cotidiano, seja no lar, seja no cumprimento dos preceitos dominicais. Aos domingos e dias santificados pela igreja, por horas e horas pelas picadas úmidas e escuras da mata, vai a família à missa em Teresópolis, na sede as Colônia, receber os sacramentos, participar da doutrina. A sociabilidade se manifestava nos atos religiosos. Não era só ir à missa; era ver gente, era socializar conhecimentos, era atualizar saberes. Era reencontrar-se com os amigos, viabilizando desabafos de amarguras ... e isto todos os domingos.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 31.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 19.

⁵⁰⁸ STULZER, Aurélio e VEIGA, Gabriel. “Frei Lucínio Korte: Um Gigante da Restauração”. In: **Vida Franciscana**, Ano XLVI, n. 39, dezembro de 1969, pp.101-2.

Como se viu anteriormente, a capela era o ponto de encontro espiritual e cultural, meio de integração social para onde convergiam as naturais e legítimas aspirações da comunidade, em torno da qual todos se reuniam para rezar e cantar. Em toda a história da colonização, a religião foi o elemento animador das colônias, inculcando esperança e coragem aos pioneiros, principalmente nas horas de solidão em que tantas vezes se encontravam. Os que, por motivos diversos, não podiam ir à missa, ficavam em casa e, com o devocionário nas mãos, recitavam suas preces elevando seu espírito ao Criador.

Löffelscheidt, por sua localização geográfica, atraía os jovens de outras linhas coloniais em busca de “um pouco mais de distração”⁵⁰⁹. Naturalmente os jovens da Linha Bauer, por serem membros da religião luterana, não freqüentavam a igreja católica, mas ficavam esperando nas imediações da capela até o término dos atos litúrgicos. Numa ocasião, levados pelo tédio ou pela curiosidade, estavam nos peitoris externos das janelas da capela, observando o desenrolar da missa. Frei Josaphat Immenkötter, que presidia a cerimônia, desconhecia esse hábito local. Julgando tratar-se de católicos relapsos, determinou que todos adentrassem na capela. Como não foi obedecido, saiu imediatamente do altar indo pessoalmente buscá-los para assistirem à missa⁵¹⁰.

Mesmo com todo um processo de controle sobre os imigrantes, as recomendações e normas impostas pela igreja não eram vividas em sua totalidade. Entretanto, é bom que se saliente que “ao lado do condicionamento social da igreja, pode haver um condicionamento eclesial da sociedade”⁵¹¹. Apesar das tentativas do condicionamento social pela igreja, havia momentos de escape, nos quais os indivíduos se colocavam numa posição de desvio do rigoroso sistema moral imposto pela instituição eclesiástica. A realização de bailes em algumas comunidades é um dos exemplos. Em Löffelscheidt, nas proximidades da capela, ficava a residência de Peter Schmitz⁵¹², onde se realizavam os bailes.

⁵⁰⁹ SCHADEN, Francisco. **Notas para a história...**, p. 19.

⁵¹⁰ Ibid., pp. 19-20.

⁵¹¹ WERNET, Augustin. Op. cit., p. 6.

⁵¹² Peter Schmitz (☉04/08/1861†04/12/1907); casado com Anna Meurer. Livro de Registro de Óbitos de Löffelscheidt (1866 a 1979), p. 10v.

Não havia propriamente colisão entre a missa e a domingueira... Os franciscanos, porém, condenavam essa diversão com muito mais rigor do que o haviam feito os Padres Roer e Pies, que, não obstante, exigiam vida austera e virtuosa. Em suas práticas, os franciscanos usavam muita severidade, ordenando a supressão total dos bailes. A isso os colonos não corresponderam⁵¹³.

Frei Jerônimo Goldkuhle, um dos franciscanos que atendia a comunidade de Löffelscheidt, era adversário intransigente dos bailes e “em suas práticas não perdia oportunidade para condená-las. De um modo geral, não eram muito boas as relações entre ele a juventude e parte dos adultos...”⁵¹⁴. O relacionamento pouco amistoso era conseqüência das atitudes de uma senhora, outrora luterana, que se convertera ao catolicismo. Exercia a função não-delegada pela população e relatava ao sacerdote, não deixando de desfigurar os fatos, todas as ocorrências havidas na pequena localidade, desde sua última visita⁵¹⁵.

Frei Jerônimo acreditava na veracidade dos fatos que lhe eram relatados. Dessa forma sempre que, na missa, o padre dizia “ter ouvido dizer”, todos inferiam imediatamente a origem da informação. “Na confissão muitos eram despedidos sem absolvição”, escreve Schaden,⁵¹⁶ o que contribuiu para que grande parte da população se tornasse teimosa e obstinada. Tensas eram as relações com Peter Schmitz e seus familiares em função da promoção dos bailes. Não fosse o bastante, um dos filhos de Peter Schmitz pretendia casar-se com uma jovem de confissão luterana. Schaden escreve que, desde a fundação de Löffelscheidt, houvera apenas cinco ou seis casamentos mistos e termina: “em todos esses casos registrou-se a conversão de um dos nubentes ao catolicismo”⁵¹⁷. Já com relação a Teresópolis, o Livro do Tombo apresenta onze registros de casamentos mistos para o período compreendido entre dezembro de 1892 a dezembro de 1897⁵¹⁸.

Não raras vezes, Frei Jerônimo pautava suas ações na imprudência. Em Löffelscheidt, considerando-se vítima de ato de desrespeito, cujos autores desconhecia, acusou publicamente a duas pessoas que, no entanto, deram

⁵¹³ SCHADEN, Francisco. **Notas para a história...**, p. 20.

⁵¹⁴ Id.

⁵¹⁵ Id.

⁵¹⁶ Ibid., p. 20.

⁵¹⁷ Ibid., p. 21.

⁵¹⁸ Livro do Tombo da Paróquia de Teresópolis (1895-1950), pp. 27-28.

provas de sua inocência. Reagindo contra a atitude não-fundamentada do padre, grande parte da comunidade se posicionou a favor dos acusados⁵¹⁹.

Cada indivíduo se submetia, à sua maneira, ao aparato coercitivo impostas pela igreja, fazendo com que as variadas formas de cooptação não surtisses o mesmo efeito. Desta maneira, muitos indivíduos conviviam harmonicamente com o permitido e o proibido pela igreja, percebendo-se aí uma fuga das regras construída socialmente pela instituição eclesiástica. Os bailes, apesar de serem combatidos pela igreja, continuavam a ocorrer em muitas comunidades, evidenciando que nem tudo acontecia de acordo com as determinações emanadas pela Igreja Católica. Este fato torna discutível a obediência cega e absoluta dos imigrantes aos preceitos do catolicismo tornando-a, de certa forma, relativa.

⁵¹⁹ SCHADEN, Francisco. **Notas para a história...**, p. 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há todo o fundamento para crer-se que em breve período será esse centro colonial (Teresópolis) um dos mais abastados da Província de Santa Catarina⁵²⁰.

Esta pesquisa objetivou abordar o processo de formação da Colônia Teresópolis e a atuação da igreja católica, no período de 1860 a 1910.

Pretende-se ter demonstrado a atuação dos sacerdotes, consubstanciada nas lideranças dos padres Guilherme Roer, Francisco Topp, e dos franciscanos, na delimitação da vida cultural dos imigrantes em diversos setores do cotidiano.

Padre Roer dedicou-se inteiramente à assistência espiritual de seus paroquianos, interessando-se pessoalmente por seu bem-estar. Protagonizou a migração para a região do vale do Braço do Norte em busca de melhores condições para os imigrantes. Padre Topp atendeu a vasta região de Teresópolis, bem como seu entorno, preparando os caminhos para a consolidação do catolicismo romanizado em Santa Catarina. Por seu intermédio, os franciscanos se estabeleceram em Teresópolis, tornando-a base para a expansão da restauração da ordem franciscana no Brasil.

O desenvolvimento da Colônia Teresópolis não validou as perspectivas do Governo Imperial, manifestado na epígrafe acima citada, de se tornar “em breve período” um dos centros “mais abastados da Província de Santa Catarina”. Seu isolamento geográfico, frente à precariedade da estrada de Lages e à baixa fertilidade e relevo e excessivamente montanhoso das terras, portanto imprópria

⁵²⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura. Relatório das Terras Públicas e Colonização apresentado, em 04 de março de 1863, ao Ministro da Agricultura pelo Diretor da Terceira Diretoria, Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1863, p. 100.

para a agricultura, motivaram a migração de considerável contingente de imigrantes para outras regiões, inviabilizando um maior desenvolvimento da Colônia Teresópolis.

A Colônia Teresópolis, assim, possibilitou o desbravamento de uma região considerada despovoada até então, além de viabilizar a penetração de correntes migratórias que se expandiram às novas áreas de colonização. Nisto consiste a importância histórica da Colônia Teresópolis no tocante à imigração no Estado de Santa Catarina no século XIX. Mesmo frustrando as perspectivas otimistas quando de sua fundação, Teresópolis proporcionou o povoamento de parte da região da grande Florianópolis e uma frente pioneira que desbravou o sul de Santa Catarina, além de outras regiões. Neste processo, como foi demonstrado, a igreja católica teve sua visibilidade na manifestação de sua atuação, às vezes mais ou menos coercitiva e, entre outros objetivos, promoveu a integração, o equilíbrio e a estabilidade dos imigrantes e seus descendentes.

FONTES

Instituições Consultadas

Arquivo Histórico-Eclesiástico de Santa Catarina – Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC.

Arquivo da Imigração Alemã no Brasil do Instituto Martius-Staden – São Paulo.

Arquivo da Paróquia Católica de São Bonifácio – SC.

Arquivo da Residência Franciscana de Angelina – SC.

Arquivo da Residência Franciscana de Santo Amaro da Imperatriz – SC.

Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil – São Paulo.

Arquivo Histórico de Joinville – SC.

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau – SC.

Arquivo Histórico do Vale do Itajaí Mirim – Brusque – SC.

Arquivo Histórico do Município de Florianópolis – SC.

Arquivo Histórico de Itajaí – SC.

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Biblioteca Científica-Histórica do Instituto Martius-Staden – São Paulo.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC.

Biblioteca Central da UFSC – Setor Santa Catarina – Florianópolis – SC.

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – Florianópolis-SC.

Biblioteca do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC – Florianópolis – SC.

Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Museu Prof. Francisco Schaden – São Bonifácio – SC.

Periódicos, Relatórios e Legislação

Jornal **Kolonie Zeitung**, (Joinville-SC).

Jornal **Der Urwaldsbote**, (Blumenau-SC).

Jornal **O Argos**, (Desterro-SC).

Jornal **O Despertador**, (Desterro-SC).

Jornal **O Catharinense**, (Desterro-SC).

Jornal **O Progressista**, (Desterro-SC).

Jornal **O Caminho**, (Blumenau-SC).

BRASIL, Ministério da Agricultura. Ministro (Manoel Felizardo de Souza e Mello), relatório de 1860 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861.

_____. Ministro (Manoel Felizardo de Souza e Mello). Relatório de 1861 apresentado à Assembléia Legislativa na 2ª sessão da 11ª Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia da Universal de Laemmert, 1862.

_____. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1868.

_____. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869.

_____. Relatório da Terceira Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Apresentado por Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, em 31 de março de 1861. S/l, s/d.

_____. Relatório das Terras Públicas e Colonização apresentado, em 04 de março de 1863, ao Ministro da Agricultura pelo Diretor da Terceira Diretoria, Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1863.

BRASIL, Ministério do Império. Relatório do ano de 1858 apresentado à Assembléia Geral Legislativa, na 3ª Sessão da 10ª Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império [Sérgio Teixeira de Macedo]. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

_____. Relatório do ano de 1860 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 11ª legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

_____. Relatório do Comissário do Governo Luiz Pedreira do Couto Ferraz, datado de 24/04/1859, encaminhado ao Ministério do Império *apud* Relatório do ano de 1858 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império [Sérgio Teixeira de Macedo]. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

COLEÇÃO das Leis da Província de Santa Catarina Promulgadas na Sessão do ano de 1869. Desterro: Tipografia Lopes, 1869.

CONSTITUIÇÕES Brasileiras (Império e República). São Paulo: Sugestões Literárias, 1ª edição, 1978.

DOCUMENTOS. In: SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento-Imigração Colonização**. Joinville: Imprensa Alvorada Ltda., volume I, 1983, pp. 262-303.

IMIGRAÇÃO e Colonização: Legislação de 1747 a 1915. IOTTI, Luiza Horn (Org.). Porto Alegre: Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JAHRESBERICHT der Erziehungsanstalt in St. Isabella, Provinz St. Katharina, Brasilien, de março de 1891 a março de 1893, de autoria do pastor Christian Zluhan. Basileia: Druckerei "Allgemeinen Schweizer Zeitung", 1893.

LEIS Provinciais de Santa Catarina Promulgadas nas Sessões Legislativas de 1835 a 1840. S/l, s/e, s/d.

RELATÓRIO enviado pelo Diretor da Colônia Teresópolis, Theodor Todeschini, ao Presidente da Província de Santa Catarina, datado de 15 de janeiro de 1867, referente ao ano de 1866, *apud* JOCHEM, Toni Vidal. Pouso dos Imigrantes. Florianópolis: Papa-Livro, 1992.

RELATÓRIO sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, do Dr. Ignácio da Cunha Galvão. Rio de Janeiro: Tipografia de J. I. da Silva, s/d [1867?].

SANTA CATARINA, Governo Provincial. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo seu presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu em 02 de abril de 1869. Desterro: Tipografia de J. J. Lopes, 1869.

_____. Relatório apresentado ao Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, pelo vice-presidente João Francisco de Souza Coutinho, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma, em 26 de

dezembro de 1862. Desterro: Tipografia Comercial de Joaquim Augusto do Livramento, 1863.

_____. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, João José de Andrade Pinto, pelo presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província, em 17 de abril de 1861. Desterro: Tipografia de J. J. Lopes, 1861.

_____. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, pelo seu presidente Pedro Leitão da Cunha, em 19 de dezembro de 1863. Desterro: Tipografia de J. A. do Livramento, 1863.

_____. Relatório apresentado ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José de Oliveira, pelo Presidente da Província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, no ato de passar-lhe a administração da mesma Província, em 24 de abril de 1865. Desterro: Tipografia Catarinense de Ávila & Rodrigues, 1865.

_____. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 08 de março de 1861, à Assembléia Legislativa Provincial. S/l, s/e, s/d.

_____. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Ignácio da Cunha Galvão, ao conselheiro Vicente Pires da Motta, em 17 de novembro de 1861. Desterro: Tipografia de J. J. Lopes, 1861.

_____. Relatório apresentado pelo presidente da Província de Santa Catarina, Carlos Augusto Ferraz de Abreu ao coronel Joaquim Xavier Neves, em 11 de agosto de 1869. Desterro: Tipografia de J. J. Lopes, 1869.

_____. Relatório com que Augusto Fausto de Souza, Presidente da Província de Santa Catarina, passou a administração da mesma a Francisco José da Rocha, em 20 de maio de 1888. Desterro: Tipografia do Conservador, 1888.

_____. Relatório do presidente da Província de Santa Catarina, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1865. Desterro: Tipografia Catarinense de Ávila & Rodrigues, 1865.

_____. Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, Francisco José Oliveira, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1864. Desterro: Tipografia Catarinense de F. V. Ávila & Cia., 1864.

_____. Relatórios apresentados à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina e ao primeiro vice-presidente Francisco José de Oliveira por ocasião de passar-lhe a administração o presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1868. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.

Fontes Bibliográficas

BAHLMANN, Amando. “Crônica (Incompleta) da ‘Missão de Bahia’”. In: **Revista Vida Franciscana**, São Paulo, ano LIII, n. 50, outubro de 1976.

_____. “História da Missão Brasileira dos Frades Menores de São Francisco da Província de Santa Cruz da Saxônia”. **Revista Vida Franciscana**, São Paulo, ano LII, julho de 1975, n. 48, pp. 5-50.

COLONIZAÇÃO de São Ludgero, Braço do Norte e Teresópolis. Texto inédito. **Acervo Carneiro**, setor de Obras Raras, Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

CORRESPONDÊNCIAS do Presidente da Província para Arciprestes e Vigários (1875-1883). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

EIN halbes Jahrhundert deutscher Siedlungsarbeit. zur 50. Wiedertekehr des Gründungstages der Kolonie Theresopolis. Blumenau, Jornal **Der Urwaldsbote**, Ano XVIII, n. 31, de 15 de outubro de 1910, pp.1-2.

ESPEY, Clétus. “Unter deutsschen Kolonisten in Südbrasilien”. In: **Die Franziskanermissionen**. 26 Jahresbericht des franziskaner Misissionsvereins, s/l, August 1932, pp. 28-31.

GALVÃO, Ignácio da Cunha. **Relatório sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Tipografia de J. I. da Silva, s/d[1867?].

HOHMANN, Hugo. “Die Kolonieschulen im Pfarrbezirk Theresopolis, Brasilien”. In: **Die Deutsche Schule im Auslande**. XII Jahrgang 1913, März, n. 3, s/l, pp. 122-124. *Apud* pasta Teresópolis no Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis.

INITIUM Missionis Fratrum Minorum Provinciae Saxoniae in Theresopolis (1891-1900)”. In: **Revista Vida Franciscana**, São Paulo, dezembro de 1956, ano XIII, n. 20, pp. 135-138.

LIMPINSEL, Herculano (Frei) – Implicações jurídicas da obra de Restauração da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, pela Província Alemã de Santa Cruz da Saxônia”. Arquivo Histórico de Blumenau-SC. Referência do arquivo para recuperação deste documento – Fundo: Memória da Cidade; Pasta: Religião – Catolicismo.

LIVRO de Batizados da Paróquia de Teresópolis (1862-1876).

LIVRO de Batizados da Paróquia de Teresópolis (1877-1883).

LIVRO de Batizados da Paróquia de Teresópolis (1884-1900).

LIVRO de Crônicas da Residência dos Franciscanos de Santo Amaro (1900-1969).

Livro do Tombo da Paróquia de Santo Amaro da Imperatriz (1895-1917).

Livro do Tombo da Paróquia de Teresópolis (1895-1940).

MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados Históricos e Estatísticos (1640 – 1916)**. Florianópolis: Tipografia “O Dia”, 1917.

O RESTAURADOR da Ordem no Brasil. In: **Revista Vita Franciscana**, 6 Jahgang, São Paulo, Mai 1929.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. “Memória Histórica sobre a Colônia São Pedro de Alcântara”. In: **Os Alemães no Estado de Paraná e Santa Catarina**. Curitiba: Ed. Olivero, 1929.

REGISTROS do Presidente da Província para Arcipreste e Vigários (1860-1875). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

REGISTROS do Presidente da Província para Colônias (1863-1975). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

REGISTROS dos Despachos do Bispo (1840-1975). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SCHAETTE, Stanislaw. “P. Wilhelm Roer”. In: **Der Wegweiser**, Brusque, caderno 12, setembro de 1930.

_____. “Das Bischöfliche Ordinat von Münster”. **Acervo Carneiro**, setor de Obras Raras, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Texto inédito.

SINZIG, Pedro. “Nach 30 Jahren – Vierte Chronik(1915-1921)”. S/l: Província Franciscana, s/d.

TETTEROO, Samuel. **A Ordem dos Frades Menores no Brasil. Resumo Histórico-Cronológico 1500 – 1924**. São João Del’Rei: Tipografia Ação Social, 1924.

UMA Correspondência de Capivari. In: **Revista Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XIV, n. 12, 1973.

Bibliografia

A Colonização Alemã no Vale do Mucuri. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993.

ABRANTES, Visconde de. “Memórias sobre os meios de promover a colonização”. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro, ano II, ns. 2-3, abril-julho de 1941.

ALVES, Débora Bendocchi. “A Imigração Alemã para o Brasil”. In: JOCHEM, Toni & ALVES, Débora. **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois...** São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

_____. “Langsdorff e a Imigração”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 35, 1993, pp. 167 a 178.

ALVES, Elza Daufenbach. “Monsenhor Friedrich Tombrock e a normatização de comportamento em São Ludgero, SC (1896-1957)”. In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo XLII, n. 3 e 4, março/abril de 2001.

_____. **Discurso Religioso Católico e Normatização de Comportamentos**. Florianópolis, 1988. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ALVES, Rubem. **O que é Religião**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AZZI, Riolando. “As Romarias de Juazeiro: Catolicismo Luso-Brasileiro Versus Catolicismo Romanizado”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, vol. 51, fasc. 202, junho de 1991.

_____. “Dom Pedro II e a Reforma do Clero no Brasil”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 314, janeiro-março, 1977.

_____. “Dom Pedro II Perante os Institutos Religiosos do Brasil”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 316, julho-setembro, 1977.

_____. “Elementos para a História do Catolicismo Popular”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, volume 36, fasc. 141, 1976.

_____. “O significado das Prelazias na segunda evangelização do Brasil”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, ano LII, setembro de 1992.

_____. **O Altar Unido ao Trono. Um Projeto Conservador**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BACK, Adolfo. **História de Forquilha**. Criciúma: Editora da UNESCO, 1995.

BAHLMANN, Amando. **Memórias Inacabadas**. Coleção Centenário, n. 11. São Paulo: Província Franciscana, s/d.

BARROS, Roque Spencer M. de. "A Questão Religiosa". In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, volume 4, São Paulo: Difel, 1971.

_____. "Vida Religiosa". In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, volume 4, São Paulo: Difel, 1971.

BENEDUZI, Luís Fernando. "Nem Jerusalém nem Sodoma: A vivência da religião nas comunidades italianas da serra gaúcha nos inícios do século XX". In: SULIANI, Antônio. **Etnias & Carisma**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BERGER, Manfredo. "A função da igreja no processo de aculturação dos teuto-brasileiros". In: **II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

BERGER, Peter Ludwig & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 19ª edição, Petrópolis: Vozes, 2000.

BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado – Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BESEN José Artulino. **A Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis: Cúria Metropolitana, 1983.

_____. **O Clero Catarinense (1500 – 1983) Levantamento Nominal e Biográfico**. Florianópolis: Trabalho inédito, 3 volumes, 1983.

_____. "Duas Formas de Catolicismo – O Processo de Romanização em Santa Catarina". **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, ano 9, n. 2, 1994.

_____. "Igreja e Política em Santa Catarina". **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, ano 10, n. 2, 1995.

_____. "Mons. Francisco Topp – o idealizador da Igreja Catarinense". **Vida Franciscana**, dezembro de 1992.

_____. "Monsenhor Francisco Xavier Topp". **Revista Pastoral de Conjunto**, da Arquidiocese de Florianópolis, 1983, pp. 198-206; 1990.

_____. "Monsignore Francisco Xavier Topp aus Warendorf (1854-1925) – Missionar und Organisator der Kirche im Bundesstaat Santa Catarina/Brasilien". Warendorf Schriften. Warendorf: Schnell Busch & Druck, 1993.

BOHN, Antônio Francisco. **Padre José Maria Jacobs e o Catolicismo em Blumenau**. Blumenau: Três de Maio, 2001.

BOIANOVSKEY, Nailor Novaes. **Imigração e Colonização no Vale do Capivari – SC**. Florianópolis, 2000. Trabalho (Conclusão do Curso de História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BORGES, H. “Que nome deve ser imposto à criança no batismo?”. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 2, fasc. 4, dezembro de 1942.

BROWNE, George P. “Política Imigratória no Brasil Regência”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 307, abril-junho, 1975.

BRUNNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer**. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1994.

COHN, Gabriel (Org.). **Weber sociologia**. Col. Grandes Cientistas Sociais. 7ª edição, São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos Alemães e a Fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke, 1987.

_____. “Alemães Emigrantes: As Causas”. JOCHEM, Toni Vidal (Org.). **São Pedro de Alcântara – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

_____. “Conflitos de interesses sobre a colonização alemã no sul do Brasil na Segunda metade do século XIX”. In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, vol. XXVI, n. 1, 2000.

DALL´ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Orleans: Ed. do Autor, 1973.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

DE BONI, Luís Alberto e COSTA, Rovílio. **Os Italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979.

DE BONI, Luís Alberto. “O Catolicismo da Imigração: Do Triunfo à Crise”. In: LANDO, Aldair Marli (Org.). **RS: Imigração & Colonização**. Série Documenta 4, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DELGADO, Luiz. "A Ordem Franciscana em Terras de Santa Cruz". In: **Écos Marianos**. Aparecida: Suplemento do Santuário, ano XVI, 1942.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DIRKSEN, Valberto. "Padre Roer – Um Santo Sem Milagres". **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, n. 24, 1998.

DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

ENTRES, Gottfried. **Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catharina**. Florianópolis: Livraria Central, 1929.

FÉLIX, Loiva Otero. "Religião e política: os teuto-brasileiros e o PPR". In: MAUCH, Cláudia & VASCONCELLOS Naira. **Os Alemães no Sul do Brasil. Cultura, Etnicidade, História**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

FLORES Hilda Agnes Hübner. **Canção dos Imigrantes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1983.

FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão**. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.

FRAGOSO, Hugo. "Uma contribuição para a história vocacional da Província Franciscana de Santo Antônio". In: **A Vida Religiosa no Brasil – Enfoques Históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

FREI Amando Bahlmann, pioneiro da Restauração. Cadernos da Restauração, n. 5. Salvador: Província Franciscana, 1991.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FURLAN, Osvaldo. "A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil nas comemorações do tricentenário da sua emancipação administrativa". In: **Revista Pastoral de Conjunto**, Arquidiocese de Florianópolis, 1975.

GALIOTO, Antônio. "O Significado das Capelas nas Colônias Italianas do Rio Grande do Sul". In: DE BONI, Luís Alberto. **Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

GERTZ, René E. "A Construção de uma Nova Cidadania". In: **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.

GRIESENBRÖCK, Heribert. "P. Gregor Janknecht – Neubegründer der Franziskanermission in Brasilien". In: **Neubeginn der Franziskaner in Brasilien**. Hrsg. von der Missionsverwaltung der Franziskaner. Werl, Alemanha, 1992.

HALL, Michael. "Reformadores de classe média no império brasileiro: A Sociedade Central de Imigração". **Revista de História**, São Paulo, s.d., n. 105.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, s/d, 4ª ed, tomo I.

HANDELMANN, Heinrich. "O Brasil e a Imigração". In: **História do Brasil**. Tomo II, São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978.

_____. "Prefácio". In: **História do Brasil**. Tomo II, São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978, tomo II.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Vida Religiosa". In: **O Brasil Monárquico**. Tomo II, vol. IV(Declínio e Queda do Império). São Paulo: DIFEL, 1971.

JEILER, Inácio. **Para Compreender a História da Província da Saxônia**. Coleção Centenário, n. 7. São Paulo: Cúria Provincial Franciscana; Petrópolis: Vozes, 1992.

JOCHEM, Toni Vidal & ALVES, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara – 170 anos depois**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

JOCHEM, Toni Vidal (Org.). **São Pedro de Alcântara – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

_____. **A Epopéia de uma Imigração**. Águas Mornas: Ed. do Autor, 1997.

_____. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Papa-Livro, 1992.

KIEMEN, Mathias. "Igreja e Política na Regência". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 307, abril-junho, 1975.

KLUG, João. "As Razões da Imigração". In: JOCHEM, Toni Vidal. **São Pedro de Alcântara – Aspectos de sua História**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

_____. "Germanismo e Luteranismo nas Comunidades Teuto-Brasileiras". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 9, 1990.

_____. **Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868-1938)**. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

KORTE, Lucínio. "Entrevista com Frei Lucínio Korte". **Revista Vida Franciscana**, Ano XLVII, dezembro de 1970.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LACOMBE, Américo Jacobina. "As Ordens Religiosas no fim do Primeiro Reinado e na Regência". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, volume 307, abril-junho, 1975.

LAZARTE, Rolando. **Max Weber: Ciência e Valores**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e Ideologia**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.

LEIDINGER, Paul. "Warendorf und Santa Catarina – Münsterländische Kolonisten und Missionare in Südbrasilien". **Warendorf Schriften**. Warendorf: Schnell Busch & Druck, 1993.

MAGALHÃES, Basílio de. **Estudos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1940.

MEIER, Beat Richadr. "Duas descobertas de documentos primários do século passado". In: **Revista Ágora**, n. 12, Florianópolis, 1990.

MERGEN, Josef. **Die Auswanderungen aus den ehemals preussischen Teilen des Saarlandes im 19. Jahrhundert**. Veröffentlichungen des Institutes für Landeskunde des Saarlandes. Saabrücken, Bande 20, 1973.

NADALIN, Sérgio Odilon. "Imigração Alemã no Brasil: Dois Problemas". In: **III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1980.

NEOTTI, Clarêncio. "Introdução e Notas". In: BAHLMANN, Amando. **Memórias Inacabadas**. Coleção Centenário, n. 11, São Paulo: Província Franciscana, s/d.

_____. "Introdução e Notas". In: JEILER, Inácio. **Para Compreender a História da Província da Saxônia**. Coleção Centenário, n. 7, São Paulo: Província Franciscana; Petrópolis: Vozes, 1992.

NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. "Imagens do Brasil na Alemanha do Século XIX". In: **Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH**. Porto Alegre, 1992.

_____. **German Emigration to Brazil in the Nineteenth Century: Images and Realities**. Davis, California, E.U.A., 1992. Dissertação (Mestrado em História). University of California.

O Clero no Parlamento Brasileiro (1861-1889). Brasília: Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. 5, 1980.

OBERACKER Jr. Carlos H. **A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 4ª edição, Campinas: Pontes, 1996.

PEREIRA, Serafim José. **Missionários Capuchinhos (1840-1997)**. Rio de Janeiro: Cúria dos Capuchinhos, 1998.

PETRONE, Maria Theresa. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. **A Igreja em Santa Catarina – Notas para a sua História**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1977.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “A Questão Religiosa e os Protestantes no Rio Grande do Sul”. In: **Simpósio de História da Igreja**. São Leopoldo: Editora Sinodal e Rotermund S.A., 1986.

_____. “Imigração alemã e Construção do Estado Nacional Brasileiro”. In: Revista **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, número 02, julho/dezembro de 1997.

_____. “O Sistema Político Imperial e a Colonização Alemã no Rio Grande do Sul”. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

POUTIGNAT Philippe, STREIFF-FENART Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PROBST, Alberto. “Uma Colônia Regredindo”. **Revista Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XXX, 1989, n. 2.

RAMBO, Arthur Blasio. “Nacionalidade e Cidadania”. In: **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.

RANGEL, Maria Lúcia de Souza. “Como Taunay sentiu a Imigração Alemã para Santa Catarina”. In: **Notícia Bibliográfica e Histórica da PUC-CAMP**, ano XXV, n. 149, 1993.

RANZI, Serlei Maria Fischer. “Religião e identificação étnica”. In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, vol. XXVI, n. 1, julho de 2000.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1888). Aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, vol. I, 1969.

ROMAG, Dagoberto. **A Ordem dos Frades Menores**. Petrópolis: Vozes, 1953.

SCHADEN, Egon. “Aculturação lingüística numa comunidade rural [São Bonifácio]”. **Jornal de Filologia**, São Paulo, vol. 1, n. 1, julho-setembro de 1953.

SCHADEN, Francisco. “Início da Organização da Vida Espiritual de Teresópolis”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 2º sem., vol. XIII, 1944.

_____. “Notas sobre a Colônia Vargem Grande”. In: **Revista Atualidades**, Florianópolis, números 6, 7, 8, 9, 10/11 e 12 de 1947.

_____. “Notas Sobre o Povoado de Alto-Capivarí”. Texto inédito. S/l, s/d.

_____. **Notas para a História da Localidade de Löffelscheidt**. São Bonifácio: Ed. do Autor, 1946.

_____. **Notas sobre a localidade de São Bonifácio**. Trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia, Florianópolis, 1940.

SCHAUFFLER, Henrique. “Da vida de um alemão no Brasil”. Crônica de Matthias Schmitz. In: **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo VII, n. 12, 1966.

SCHEPER, Wenceslau. “Rumo a um Centenário”. In: **Revista Vida Franciscana**, São Paulo, ano LXI, n. 58, setembro de 1984.

SCHMITT, Elzeário. “Laudes em Teresópolis – 10/07/1991”. **Revista Pastoral de Conjunto**, Florianópolis, n. 309, 1991.

_____. **Therezópolis e uma utopia Franciscana no Sul**. Coleção Centenário, n. 4, São Paulo: Província Franciscana, 1991.

SCHNEIDER, Jürgen. “Emigração Alemã para o Brasil – 1815/1870”. In: **III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre: Ed. da URS, 1980.

SEIFERT, Olavo R. **Confrades da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil**. Coleção Centenário, n. 2, Rio de Janeiro: S/e, 1990.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SEYFERTH, Giralda. "A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito". In: FAUSTO, Boris(Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. "A Identidade Teuto-Brasileira numa Perspectiva Histórica". In: **Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, Etnicidade e História**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

_____. "Identidade étnica numa comunidade teuto-brasileira no Vale do Itajaí". In: **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, vol. XXIV, São Paulo, 1977.

_____. "Identidade étnica, assimilação e cidadania. A Imigração Alemã e o Estado Brasileiro". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 26, ano 9, 1994.

_____. "Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil". In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Região e Nação na América Latina**. Brasília; Editora da UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____. "O sistema de Colonização e a Idealização da Propriedade da Terra". In: **Revista Vicente Só**, n. 38, ano X, Brusque, 1986.

_____. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, Edson Armando. **Identidades Franciscanas no Brasil: A Província da Imaculada Conceição – Entre a Restauração e o Vaticano II**. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

STOER, Hermann. **Crônica da Paróquia de Santa Isabel – A mais antiga Colônia Alemã-Evangélica em Santa Catarina**. In: JOCHEM: Toni Vidal (Org.). Sesquicentenário da Colônia Alemã Santa Isabel 1847 – 1997 Celebração e Memória. Águas Mornas: Comissão dos Festejos, 1998.

STULZER, Aurélio e VEIGA, Gabriel. "Frei Lucínio Korte: Um Gigante da Restauração". In: **Vida Franciscana**, São Paulo, ano XLVI, n. 39, dezembro de 1969.

STULZER, Aurélio. "Da Restauração da Província da Imaculada Conceição". In: **Revista Vida Franciscana**, São Paulo, ano LV, n. 52, junho de 1978.

_____. "Três Séculos de Vida Franciscana no Brasil". In: **Revista Vida Franciscana**, São Paulo, ano XIV, n. 21, junho de 1957.

THEMANS, Humberto. **Viagem ao Brasil e Começo da Missão**. Coleção Centenário, n. 3, São Paulo: Província Franciscana, 1991.

TRAMONTINI, Marcos Justo. "Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos de colonização". In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, vol. XXVI, n. 1, julho de 2000.

TRUDA, F. de Leonardo. "A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ano X, 1930.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **As Colônias de Santa Catarina**. Blumenau: CNPq e Casa Dr. Blumenau, 1988.

WAIBEL, Leo. "Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil". In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XI, n. 2, abril-junho de 1949.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª edição, Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEIMER, Günter. **Arquitetura da Imigração Alemã**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; São Paulo: Nobel, 1983.

WEINGÄRTNER, Nelso. "Alemães escravizados tornam-se pioneiros". **Jornal "O Caminho"**, Blumenau, ano XI, n. 6, junho de 1995.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

WILLEKE, Venâncio. "A Restauração da Província de Santo Antônio". In: **Revista Vida Franciscana**, ano LV, n. 52, junho de 1978.

_____. "Franciscanos no Brasil". **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, Vol. LXIX, ano 69, n. 5, 1975.

_____. "Os Frades Perante a Decadência do Século XIX". In: **Revista Vida Franciscana**, ano LII, n. 49, dezembro de 1975.

_____. **Franciscanos na História do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na Migração e Colonização**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres – Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1995.

ANEXOS

Anexo 1 – Relação de comunidades filiadas e/ou constituídas na Paróquia Santa Teresa d'Ávila, de Teresópolis, confiadas aos pioneiros franciscanos, no período de 1891 à 1900.

Nome da Localidade	Distância da Sede Paroquial	Hoje pertence à Paróquia de:	Nome do(a) Padroeiro(a) Atual:	Hoje: Município de:
Teresópolis	-----	Santo Amaro	Santa Teresa	Águas Mornas
Vargem Grande	08 Km	Santo Amaro	Santa Teresinha do Menino Jesus	Águas Mornas
Rio Novo	15 Km	São Bonifácio	Santa Brígida	Águas Mornas
Löffelscheidt	15 Km	Santo Amaro	Nossa Senhora da Glória	Águas Mornas
Rio Salto	15 Km	São Bonifácio	São Pedro e São Paulo	Águas Mornas
Capivari – São Bonifácio	28 Km	São Bonifácio	São Bonifácio	São Bonifácio
Terceira Linha	32 Km	Angelina	São João Batista	Angelina
Quarta Linha	33 Km	Angelina	Está desativada	Angelina
Taquaras	33 Km	Angelina	São Bonifácio	Rancho Queimado
Angelina – Sede	42 Km	Angelina	Imaculada Conceição	Angelina
Angelina – Sto. Antônio	45 Km	Angelina	Foi desativada	Angelina
Perdidas (hoje Betânia)	46 Km	Angelina	São Sebastião	Angelina
Santa Maria	48 Km	São Bonifácio	Natividade	São Bonifácio
Garcia	55 Km	Angelina	Nossa Senhora das Dores	Angelina
São Martinho	68 Km	São Martinho	São Martinho	São Martinho
Major Gercino	68 Km	Major Gercino	Bom Jesus	Major Gercino
Col. Militar Sta. Teresa	76 Km	Alfredo Wagner	Santa Teresa	Alfredo Wagner
Rancho de Tábuas	23 Km	Angelina	São Pedro	Angelina
Capivari – Santo Antônio	43 Km	São Bonifácio	Santo Antônio	São Bonifácio
Rio São João	63 Km	São Martinho	São José	São Martinho

FONTE: **Revista Vida Franciscana**. São Paulo: Provincialado Franciscano, Ano XIII, n. 20, dezembro de 1956, pp. 135-138, com complementações do autor.

Anexo 2 – Elenco dos Frades da Província Franciscana de Santa Cruz, da Saxônia, na Alemanha, que chegaram em Teresópolis em busca de “clima conveniente” e que resultou na restauração das duas antigas Províncias luso-brasileiras: Imaculada Conceição e Santo Antônio.

Nome do Frade	Categoria	Expedição	Saída da Alemanha	Chegada a Bahia	Chegada ao Rio de Janeiro	Chegada Florianópolis	Chegada a Teresópolis
Frei Amando Bahlmann	Sacerdote	Primeira	23/05/1891	20/06/1891	23/06/1891	04/07/1891	10/07/1891
Frei Xisto Meiwes	Sacerdote	Primeira	23/05/1891	20/06/1891	23/06/1891	04/07/1891	10/07/1891
Frei Humberto Themans	Irmão	Primeira	23/05/1891	20/06/1891	23/06/1891	04/07/1891	10/07/1891
Frei Maurício Schmalor	Irmão Terceiro	Primeira	23/05/1891	20/06/1891	23/06/1891	04/07/1891	10/07/1891
Frei Rogério Neuhaus	Sacerdote	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Zeno Wallbröhl	Sacerdote	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Herculano Limpinsel	Sacerdote	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Lucínio Korte	Sacerdote	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Mariano Feldmann	Irmão Leigo	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Quintiliano Borren	Irmão Leigo	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Germano Wunsick	Irmão Leigo	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Frei Patrício Tuschen	Irmão Terceiro	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891
Carl Wittich	Criado	Segunda	12/11/1891	02/12/1891	08/12/1891	10/12/1891	12/12/1891

FONTE: Revista Vida Franciscana, São Paulo, Ano LII, n. 48, Julho de 1975, pp. 40-50; SINZIG, Pedro. **Frei Rogério Neuhaus**. Petrópolis: Vozes, 1934, p. 77 e THEMANS, Humberto. **Viagem ao Brasil e Começo da Missão**, Coleção Centenário, São Paulo: Provincialado Franciscano, s/d.

Anexo 3 – Elenco dos padres que trabalharam na Paróquia Santa Teresa d'Ávila, em Teresópolis, no período de 1862 – 1942.

Período de Atuação	Nome do Padre	Local e data de Nascimento	Local de data de Falecimento	Ofício Exercido	Local da Residência
06/03/1862 1889	Pe. Guilherme Roer	Münster-Al. 29/09/1822	Porto Alegre-RS 08/10/1891	Vigário	Teresópolis
01/1890 1891	Pe. Francisco Xavier Topp	Warendorf-Al. 19/09/1854	Florianópolis-SC 25/12/1925	Vigário	São Ludgero
1891 07/1892	Frei Amando Bahlmann	Essen-Al. 08/05/1862	Nápoles-It. 05/03/1939	Vigário	Teresópolis
07/1892 1900	Frei Xisto Meiwes	Hagel -Al. 01/02/1853	Florianópolis-SC 28/08/1926	Vigário	Teresópolis
12/1891 1892	Frei Lucínio Korte	Erwitte-Al. 01/07/1866	Rodeio-SC 20/06/1942	Coadjutor	Teresópolis
12/1891	Frei Zeno Wallbröhl	Erpel-Al. 30/07/1866	Petrópolis-RJ 03/06/1925	Coadjutor	Teresópolis
20/08/1898 10/12/1898	Frei Burchardo Sasse	Bochum-Al. 24/11/1870	R. de Janeiro-RJ 14/10/1941	Coadjutor	Teresópolis
04/10/1904 1906	Pe. João Batista Steiner	Lustingem-Al. 17/07/1844	Teresópolis-SC 13/07/1935	Coadjutor	Teresópolis
13/12/1906	Frei Jerônimo Goldkuhle	Wiedenbrück-Al. 12/11/1874	Florianópolis-SC 30/01/1934	Pároco	Santo Amaro
22/12/1908	Pe. Ernesto Schultz	Misselbexbach-Al. 04/08/1872	Alemanha	Encarregado	-----
1907	Frei Jacó Hofer	Meppen-Al. 08/06/1873	R. de Janeiro-RJ 09/01/1964	Coadjutor	Santo Amaro
1907	Frei Meinrado Pierre	Duisburg-Al. 19/08/1871	Lages-SC 19/10/1921	Encarregado	Santo Amaro
1907 1908	Frei Osvaldo Schlenger	Elsen-Al. 06/01/1869	Curitiba-PR 09/07/1952	Encarregado	Santo Amaro
1909	Frei Lucínio Korte	Erwitte-Al. 01/07/1866	Rodeio-SC 20/06/1942	Pároco	Santo Amaro
20/12/1909 1937	Pe. Augusto Schwirling	Lichtenau-Al. 25/02/1872	Brusque-SC 16/01/1961	Cura	Teresópolis São Bonifácio V. do Cedro

26/05/1916 1918	Pe. Carlos Fueshtjohann	Alemanha	-----	Coadjutor	Teresópolis
1918 1919	Pe. José Sundrupp	Greven-Al. 09/07/1871	Rezende-RJ 09/09/1951	Coadjutor	-----
30/12/1917 18/05/1919	Pe. Francisco Giesberts	Straelen-Al. 18/12/1873	Armazém-SC 29/10/1953	Cura	São Bonifácio
1919	Frei Policarpo Schuhen	Recklinghausen- Al. 17/10/1873	Porto União-SC 22/08/1939	Vigário	Santo Amaro
1919 1922	Pe. Bernardo Blaesing	Suedlohn-Al. 23/02/1889	Florianópolis-SC 25/07/1965	Coadjutor	São Bonifácio
04/1923 07/1935	Pe. João Batista Steiner	Lustingem-Al. 17/07/1844	Teresópolis-SC 13/07/1935	Coadjutor	Teresópolis São Bonifácio
1922 1940	Pe. Augusto Schwirling	Lichtenau-Al. 25/02/1872	Brusque-SC 16/01/1961	Cura	São Bonifácio
31/01/1940 1942	Pe. Gregório Locks	São Ludgero-SC 17/11/1914		Coadjutor	Anitápolis

FONTE: JOCHEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Ed. Papa-Livro, 1992, p. 174. BESEN, José Artulino. **O Clero Catarinense 1500-1983**. Florianópolis, 3 volumes, inéditos. **Elenco dos Religiosos Falecidos (1894-1989)**. Coleção Centenário n. 1, Rio de Janeiro: s/e, 1990. **Anuário Católico do Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS, 1997. Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis. Legenda: Al. = Alemanha; It. = Itália; RS = Rio Grande do Sul; SC = Santa Catarina; PR = Paraná. Salientamos que devido a vasta extensão territorial da paróquia de Teresópolis e a interinidade de muitos padres, além dos diversos locais de residência (Teresópolis, Santo Amaro, São Bonifácio, Vargem do Cedro e Anitápolis), dificultou a precisão exata na determinação do "período de atuação" dos respectivos padres. Os campos em aberto significam que não tivemos sucesso na busca dos respectivos dados para preenchê-los.

Anexo 4 – Elenco dos Sacerdotes e Religiosos nascidos na Paróquia Santo Amaro (Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz).

Nome do Padre/Religioso	Ordenação Sacerdotal/ Profissão Solene	Clero ou Ordem Religiosa	Data de Nascimento	Local e Data de Falecimento	Filiação do Sacerdote ou Religioso
Frei Bartolomeu Meurer	Petrópolis-RJ 21/12/1929	Franciscano	25/02/1907	São Paulo-SP 20/02/1966	João Meurer e Filomena Meurer
Frei Odorico Durieux	Petrópolis-RJ 30/05/1931	Franciscano	14/05/1908	São Paulo-SP 26/11/1997	Pedro Durieux e Augusta Durieux
Frei Manoel Philippi	Petrópolis-RJ 17/12/1932	Franciscano	07/08/1907	Blumenau-SC 04/01/1949	Manoel Philippi e Isabel Michels
Frei Teodoro Zimmermann	Petrópolis-RJ 20/11/1940	Franciscano	05/01/1914	Curitiba-PR 05/07/1992	Estephano Nicolau Zimmermann e Maria Rengel Zimmermann
Frei Basílio Prim	Petrópolis-RJ 02/07/1957	Franciscano	06/01/1930	Rondinha-PR 09/02/1994	João Alberto Prim e Apolônia Hoffmann Prim
Frei José Luiz Prim	Petrópolis-RJ 15/12/1961	Franciscano	14/06/1935	-----	José Egídio Prim e Matilde Schmidt Prim
Frei Marino Prim	Petrópolis-RJ 15/12/1962	Franciscano	03/07/1934	-----	João Alberto Prim e Apolônia Hoffmann Prim
Dom Frei Lino Vanboemmel	Petrópolis-RJ 15/12/1962	Franciscano	24/07/1934	-----	Guilherme Vanboemmel e Cristina Boeing Vanboemmel
Frei Alécio Antônio Broering	Agudos-SP 06/07/1962	Franciscano	09/05/1936	-----	Rodolfo Broering e Lídia Turnes Broering
Frei Hipólito Martendal	Petrópolis-RJ 15/12/1965	Franciscano	13/08/1937	-----	Pedro Matias Martendal e Maria Momm Martendal
Frei Fidêncio Vanboemmel	Santo Amaro-SC 14/12/1979	Franciscano	25/03/1953	-----	Albertino Vanboemmel e Bernadete Kirchner
Frei José Lino Zimmermann	Rio Negro-PR 07/05/1965	Franciscano	28/08/1940	-----	Leonardo Zimmermann e Maria Lofi Zimmermann
Frei Gregório Martins	Florianópolis-SC 26/05/1968	Franciscano	06/06/1943	-----	Avelino Gregório Martins e Bernardina Coelho Martins
Pe. Roberto Fritzen	Brusque-SC 30/07/1983	Diocesano	30/07/1953	-----	Germano Fritzen e Olga Brand Fritzen
Pe. Osvaldo Prim	Brusque-SC 08/12/1953	Diocesano	16/03/1924	Palhoça-SC 17/12/1985	Nicolau Prim Júnior e Emília Brüggmann Prim
Frei Antônio Otávio Ferreira	Santo Amaro-SC 13/12/1970	Franciscano	05/04/1944	-----	Otávio Ferreira e Maria Ferreira
Pe. Alvino Broering	Navegantes-SC 07/09/1989	Diocesano	02/03/1963	-----	Júlio Estêvão Broering e Regina Back Broering

Pe. Timóteo José Steinbach	Vargem Grande Ág. Mornas-SC 22/07/1989	Diocesano	21/01/1958	-----	José Steinbach Filho e Cecília Maria Loch Steinbach
Frei Luiz Carlos da Rosa	Santo Amaro-SC 26/08/1995	Franciscano	04/02/1968	-----	Francisco da Rosa e Geni Kuhnen da Rosa
Frei João Batista Kreuch	Santo Amaro-SC 06/12/1998	Franciscano	20/10/1969	-----	Evaldo Kreuch e Olga Romilda Fuck Kreuch
Pe. Tarcísio Pedro Vieira	Santo Amaro-SC 07/09/1995	Diocesano	06/05/1970	-----	Pedro João Vieira e Zilma da Cunha Vieira
Pe. João Bernardino de Assunção	Forquilha São José-SC 10/12/1988	Diocesano	29/03/1956	-----	Bernardino de Assunção e Cecília Ferreira da Assunção

FONTE: BESEN, José Artulino. **O Clero Catarinense 1500-1983**. Florianópolis, 3 volumes, inéditos. **Elenco dos Religiosos Falecidos (1894-1989)**. Coleção Centenário n. 1, Rio de Janeiro: s/e, 1990. **Anuário Católico do Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS, 1997. Arquivo Paroquial de Santo Amaro da Imperatriz; Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis; Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, São Paulo. Os campos em aberto significam que não tivemos sucesso na busca dos respectivos dados para preenchê-los.

Anexo 5 – Elenco das Irmãs Religiosas nascidas na Paróquia Santo Amaro (Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz).

Nome da Religiosa	Congregação Religiosa	Nome Civil da Religiosa	Data Votos Perpétuos	Data de Nascimento	Data e Local de Falecimento	Filiação da Religiosa
Irmã Zélia Maria Cordeiro	Missionárias da Consolata	Zélia Maria	29/01/1977	23/07/1947	-----	Gervásio Bonifácio Cordeiro e Edite Martins Cordeiro
Irmã Elizete Martins	Missionárias da Consolata	Rosires Maria	29/01/1959	17/10/1928	-----	Bernardino Severiano Martins e Maria Carlota Martins
Irmã Odete Martins	Missionárias da Consolata	Lydia Maria	20/01/1961 ou 1960?	15/07/1930	-----	Bernardino Severiano Martins e Maria Carlota Martins
Irmã Lenita Martins	Missionárias da Consolata	Osmarina Maria	29/01/1962 ou 1961?	15/07/1930	-----	Bernardino Severiano Martins e Maria Carlota Martins
Irmã Filomena Gerent	Clarissa		11/10/1944	03/02/1919	-----	José Gerent e Leopoldina Gerent
Irmã Antônia Schwinden	Divina Providência	Ida	13/07/1960	31/08/1928	-----	Antônio Hugo Schwinden e Jesuína Maria da Conceição Schwinden
Irmã Lourdes Martins	Divina Providência		22/04/1973	04/11/1945	-----	Avelino Gregório Martins e Bernardina Coelho Martins
Irmã Catarina Zimmermann						
Irmã Teresinha Justen	Franciscana de São José		02/01/1977	02/07/1946	-----	Lino Justen e Águetha Hillesheim Justen
Irmã Cora dos Santos	Divina Providência	Josina Verônica	12/07/1965	24/04/1929	-----	Arcanjo José dos Santos e Verônica Coelho
Irmã Horácia Althoff	Divina Providência	Verônica	05/01/1929	17/01/1905	-----	Pedro Althoff e Clara Michels Althoff
Irmã Maria Helena Althoff	Divina Providência	Adelaide	05/01/1931	01/07/1906	Lages-SC 02/04/1983	Pedro Althoff e Clara Michels Althoff
Irmã Maria Edite Prim	Franciscana de São José		25/07/1953	02/07/1918	-----	João Alberto Prim e Apolônia Hoffmann Prim
Irmã Sinforosa Prim	Franciscana de São José	Úrsula	02/02/1959	04/07/1923 07/05/1971	João Alberto Prim e Apolônia Hoffmann Prim
Irmã Maria Regina Prim	Divina Providência	Domitilda	05/01/1946	19/08/1914	-----	José Egidio Prim e Mathilde Schmitt Prim
Irmã Alzília Prim						José Egidio Prim e Mathilde Schmitt Prim
Irmã Maria das Dores Prim						Clemente Prim e Clara Justen Prim
Irmã Theogona Haverroth	Divina Providência	Elisabeth	31/12/1911	18/04/1880	Tubarão-SC 04/12/1918	Heinrich Haverroth e Gertrud Busch
Irmã Clarinda Martins		Rosa?				Cândido Martins e
Irmã Margarida Coelho	Franciscana de São José	Maria Margarida	02/02/1948	20/06/1921 18/02/1986	João José Coelho e Maria Antônia da Silva Coelho

Irmã Luiza Coelho	Franciscana de São José	Luiza	26/07/1948	25/04/1920	-----	João José Coelho e Maria Antônia da Silva Coelho
Irmã Theóphora Kuhnen	Divina Providência	Therese	23/12/1907	21/06/1872	Trindade-SC 25/06/1957	Matheu Kuhnen e Maria Kuhnen
Irmã Theodista Kuhnen	Divina Providência	Helene	23/12/1907	09/02/1874	Tubarão-SC 31/10/1953	Matheu Kuhnen e Maria Kuhnen
Irmã Calasância Back	Divina Providência	Gertrud	15/08/1919	07/12/1885	Lages-SC 14/07/1975	Fernando Back e Susanna Perard Back
Irmã Alzira Schmitt	Divina Providência	Rosa	05/01/1925	20/08/1891	Rio Negro-PR 04/08/1968	João Schmitt e Maria Kuhnen Schmitt
Irmã Marlene Schmitz	Escolares de Nossa Senhora	Marlene	28/05/2000	05/08/1965	-----	Evaldo Irineu Schmitz e Terezinha Hillesheim Schmitz
Irmã Isolene Lofi	Escolares de Nossa Senhora	Isolene	28/04/1991	18/04/1960	-----	Amando Lofi e Elizabeth Thiesen Lofi
Irmã Roseli Aparecida Duarte	Escolares de Nossa Senhora	Roseli Aparecida	16/05/1993	04/11/1963	-----	Bertolino Duarte e Adelaide Duarte
Irmã Cecília Beppler	Franciscana de São José		16/07/1966	17/05/1934	-----	Gregório Beppler e Verônica Kraus Beppler
Irmã Maria Julita Zimmermann	Divina Providência	-----	16/02/1973	10/08/1942	-----	Leonardo Zimmermann e Maria Lofy Zimmermann
Irmã Clara Zimmermann	Franciscana de São José		28/07/1973	12/08/1944	-----	Leonardo E. Zimmermann e Maria Loffy Zimmermann
Irmã Mirian de Jesus Crucificado Cordeiro	Carmelitas	Lenita Cordeiro	01/05/1997	17/04/1962	-----	Gervásio Bonifácio Cordeiro e Edite Martins Cordeiro
Irmã Edite Guesser	Divina Providência	-----	13/11/1994	28/03/1967	-----	Orlando Guesser e Paulina Ana Guesser
Irmã Luci Martins	Fraternidade Esperança			20/07/1941	-----	Avelino Gregório Martins e Bernardina Coelho Martins
Irmã Adelir Weber	Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	-----	24/07/1999	24/02/1968	-----	Helmuth Weber e Águeda Loch Weber
Irmã Roselâne Weber	Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	-----		03/07/1970	-----	Helmuth Weber e Águeda Loch Weber
Irmã Teresinha Hermínio Maria						
Irmã Edesiva Cecília de Pinho	Divina Providência	-----	11/02/1965	30/07/1930	-----	João Francisco de Pinho e Cecília Cândida de Pinho
Irmã Márcia Momm	Divina Providência	Evódia	05/01/1943	17/09/1912	-----	Clemente Momm e Catarina Kuhnen
Irmã Maria Prim						José Egídio Prim e Matilde Schmidt Prim
Irmã Andréia Petri	Franciscana de São José			30/05/1976	-----	José Quirino Petri e Bernadete Felisbino Petri
Irmã Rosalina Campos	Catequista Franciscana				Falecida	Alexandre da Cunha Campos e Francisca Campos

Irmã Leocádia Campos					Falecida	Alexandre da Cunha Campos e Francisca Campos
Irmã Maria Germana Campos			02/02/1954	20/09/1916	-----	Juvenal da Cunha Campos e Maria Isabel Garcia
Irmã Laura Fuck	Divina Providência	Rosália		24/01/1886	17/12/1977	
Irmã Maria do Carmo Coelho	Escolares de Nossa Senhora	Maria do Carmo	13/12/1998	22/08/1965	-----	Normalino Coelho e Gilda Martins Coelho
Irmã Helena Martins Coelho	Escolares de Nossa Senhora	Helena		12/01/1970	-----	Normalino Coelho e Gilda Martins Coelho
Irmã Leonida da Silva	Divina Providência	Dalci	12/07/1952	23/09/1926	-----	José Bento da Silva e Ignácia da Silva
Irmã Albertina Prim	Franciscana de São José		11/02/1990	07/07/1963	-----	Longino Prim e Thereza Bernadete Prim
Irmã Ivódia Voges	Franciscana de São José	Ivódia	19/07/1981	24/11/1944	-----	José Voges e Bernardina Espíndola Voges
Irmã Ermerinda Campos	Catequista Franciscana					
Irmã Bernardina Campos	Franciscana de São José				Falecida	Alexandre Campos e Francisca Ferreira Campos
Irmã Isarina Campos	Divina Providência	Verônica	15/07/1931	24/11/1905	Trindade-SC 26/10/1991	Alexandre da Cunha Campos e Francisca Campos
Irmã Celeste de Souza	Divina Providência	Maria Ângela	06/04/1969	13/07/1935	-----	Manoel Inocêncio de Souza e Balbina Martins de Souza
Irmã Marilene Duarte da Silva	Escolares de Nossa Senhora	Marilene	28/05/2000	24/09/1970	-----	
Irmã Deolanda Rachadel	Divina Providência	-----	13/04/1974	22/09/1944	-----	Olívio Sálvio Rachadel e Maria Teresa Rachadel

FONTE: Arquivo Paroquial de Santo Amaro da Imperatriz; Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis; Arquivos Provinciais das seguintes congregações religiosas: Divina Providência, Franciscanas de São José, Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, Fraternidade Esperança, Escolares de Nossa Senhora, Carmelitas, Missionárias da Consolata, Clarissas, Catequistas Franciscanas, etc. Os campos em aberto significam que não tivemos sucesso na busca dos respectivos dados para preenchê-los.